

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA E  
GEOCIÊNCIAS**

**TERRITORIALIDADES RURAIS EM  
JÚLIO DE CASTILHOS – RS: DA PECUÁRIA  
EXTENSIVA À AGRICULTURA FAMILIAR**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**Vinicius Silva Moreira**

**Santa Maria, RS, Brasil  
2008**

**TERRITORIALIDADES RURAIS EM JÚLIO DE CASTILHOS –  
RS: DA PECUÁRIA EXTENSIVA À AGRICULTURA  
FAMILIAR**

**por**

**Vinicius Silva Moreira**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Mestre em Geografia.**

**Orientador: Prof. Cesar De David**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2008**

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Ciências Naturais e Exatas  
Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a Dissertação de Mestrado

**TERRITORIALIDADES RURAIS EM JÚLIO DE CASTILHOS – RS: DA  
PECUÁRIA EXTENSIVA À AGRICULTURA FAMILIAR.**

elaborada por  
**Vinicius Silva Moreira**

Como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Mestre em Geografia**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

---

**Dr. Cesar De David**  
(Presidente/Orientador)

---

**Dr. Gláucio José Marafon** (UERJ)

---

**Dra. Carmen Rejane Flores Winiewsky** (UFSM)

---

**Dr. Eduardo Schiavone Cardoso** (UFSM) – Suplente

Santa Maria, 29 de Fevereiro de 2008.

**DEDICO ESTE TRABALHO A MINHA FAMÍLIA.**

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Povo brasileiro que paga seus altíssimos impostos, sendo que, uma ínfima parcela deste valor destina-se a Educação.

A UFSM e ao GPET pela oportunidade de desenvolver esta pesquisa e garantir o acesso ao ensino superior público, gratuito e de qualidade.

A CAPES pelos 12 meses de bolsa de estudo, que certamente sem esse auxílio, não conseguiria terminar a pesquisa.

Ao Professor e amigo Cesar De David, pela paciência e o profissionalismo em orientar esta pesquisa.

A minha família, em especial aos meus pais Denoide e Marilisa e aos meus pais do coração, tio Vanderlei e tia Dalva, que sempre me apoiaram e auxiliaram na minha caminhada.

A minha fiel companheira Greice, pela paciência e compreensão da minha ausência em vários momentos.

Aos meus amigos.

E, a todas as pessoas que de alguma maneira ou de outra, auxiliaram na minha educação formal e não formal.

*“A lei da contradição inerente às coisas, aos fenômenos, ou a lei da unidade dos contrários, é a lei fundamental da dialética materialista, por esse motivo que a luta não é um banquete de pessoas bem-educadas. É uma sublevação, um ato de violência pelo qual uma classe derruba uma outra.”*

Fragmento do discurso de **Mao Tse-tung** em agosto de 1937, proferido nas margens do rio Huang-ho (Rio Amarelo) junto as famílias camponesas, preparando-as para a luta, para a revolução Comunista Chinesa.

## **RESUMO**

Dissertação de Mestrado  
Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências  
Universidade Federal de Santa Maria

### **TERRITORIALIDADES RURAIS EM JÚLIO DE CASTILHOS – RS: DA PECUÁRIA EXTENSIVA À AGRICULTURA FAMILIAR.**

AUTOR: VINICIUS SILVA MOREIRA

ORIENTADOR: CESAR DE DAVID

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 29 de Fevereiro de 2008.

O município de Júlio de Castilhos sofreu transformações significativas em seu espaço rural nas últimas décadas. Isso ocorreu devido à retração do latifúndio, domínio da pecuária extensiva, em favor da agricultura moderna da soja. A fragmentação parcial dos criatórios de gado e sua reestruturação ocorreram através de três formas predominantes: o arrendamento, a venda das propriedades e a desapropriação das terras improdutivas, realizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, pois não estavam exercendo sua função social. Os assentamentos rurais possibilitaram a introdução e o desenvolvimento da agricultura familiar no Município e a conseqüente a diversificação da produção agrícola. Compreender os processos responsáveis pela dinâmica do espaço rural do Município e os conflitos decorrentes, no período entre 1960 a 2007, analisando as transformações produtivas, fundiárias e socioeconômicas responsáveis pela formação dos territórios rurais constituem os objetivos desta pesquisa. A metodologia é analítica-descritiva, fundamentada em trabalhos de campo, através de observações e entrevistas com os agricultores e proprietários rurais, além de outros informantes qualificados.

Palavras-Chave: Latifúndio Pastoril, Agricultura Empresarial, Territorialização, Assentamentos Rurais, Agricultura Familiar.

## **ABSTRACT**

Dissertation of Master degree  
Post-Graduation in Geography and Geosciences  
Federal University of Santa Maria

### **RURAL TERRITORIALITIES IN JÚLIO DE CASTILHOS – RS: FROM EXTENSIVE CATTLE RANCHING TO FAMILY FARM.**

AUTHOR: VINICIUS SILVA MOREIRA

ADVISER: CESAR DE DAVID

Date and Defense's place: Santa Maria, 29 of February of 2008.

Júlio de Castilhos City has undergone significant transformations in its rural space last decades. It has happened because of large lands retraction and extensive cattle ranching in favour of Soya new agriculture. The partial fragmentation of cattle breeding and its reorganization has occurred in three main forms: land rent, land sell and expropriation when non-productive land. It was carried out by Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) because they were not taking their social function. The rural settlements made possible the introduction and the development of family farm in Júlio de Castilhos City and consequently the diversification of agricultural production. This research aimed at understanding the processes held responsible for the dynamics of Júlio de Castilhos rural space and its resulting conflicts from 1960 to 2007. Moreover, it was analyzed productive, landing and socio-economic transformations responsible for the formation of rural lands. The methodology is analytical and descriptive, based on field researches, through observation and interviews with farmers, landowners and other qualified informants.

Key-Words: Grazing Land, Entrepreneurial Agriculture, Territorialization, Rural Settlements and Family Farm

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Número de cabeças da Pecuária em Júlio de Castilhos – RS .....	58
TABELA 2 – Unidades de Industrialização da COTRIJUC .....	78
TABELA 3 – Unidades de Recebimento e Armazenagem de grãos da COTRIJUC .	79
TABELA 4 – Unidades Comerciais e Administrativas da COTRIJUC .....	79
TABELA 5 – Empresas de armazenagem da produção agrícola em Júlio de Castilhos .....	82
TABELA 6 – Produtividade Física da Soja em Júlio de Castilhos / RS .....	84
TABELA 7 – Produção de leite em Júlio de Castilhos (1975 – 1990) .....	115
TABELA 8 – Produção de leite em Júlio de Castilhos (1989 – 2007) .....	115

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Fluxograma explicativo da gênese de um Movimento Social .....	88
FOTOGRAFIA 1 – Sede da Fazenda do Cerrito.....	44
FOTOGRAFIA 2 – Mangueira e brete de madeira de lei na Fazenda do coqueiro...	44
FOTOGRAFIA 3 – Cerca de pedra na Fazenda da Caneleira .....	45
FOTOGRAFIA 4 – Casa do proprietário na Cabanha Santa Maria do Pinhal.....	53
FOTOGRAFIA 5 – Vaca Charolês com filhotes em confinamento na Cabanha Bom Retido.....	53
FOTOGRAFIA 6 – Reprodutor Charolês na pastagem de aveia – Cabanha Santa Maria do Pinhal.....	54
FOTOGRAFIA 7 – Cavalo Crioulo no Haras e Centro de Treinamento Água Funda	54
FOTOGRAFIA 8 – Após o banho o cavalo recebe escovação em sua pelagem.....	56
FOTOGRAFIA 9 – O funcionário dando uma dose de vermífugo oral ao cavalo.....	56
FOTOGRAFIA 10 – O cavalo da raça crioulo, no estábulo individual, comendo ração com cenouras .....	57
FOTOGRAFIA 11 – Ovinos em pastagem nativa na Fazenda Irmãos Mazza .....	59
FOTOGRAFIA 12 – Sede da Matriz da COTRIJUC .....	77
FOTOGRAFIA 13 – CESA unidade de Júlio de Castilhos, filial nº11 .....	81
FOTOGRAFIA 14 – CESA unidade de Júlio de Castilhos, perfilamento dos graneleiros .....	81
FOTOGRAFIA 15 – Marasca unidade de Júlio de Castilhos.....	82
FOTOGRAFIA 16 – Produção de laranjas no Assentamento Ramada.....	100
FOTOGRAFIA 17 – Casa em precárias condições de moradia no assentamento Alvorada.....	104
FOTOGRAFIA 18 – Em primeiro plano a horta da família, ao fundo casa sendo construída .....	104
FOTOGRAFIA 19 – Quiosque do assentamento Alvorada .....	107
FOTOGRAFIA 20 – Prédio da escola do assentamento Alvorada .....	107

FOTOGRAFIA 21 – Assentado alimentando suas 10 vacas leiteiras com farelo de milho. ....	111
FOTOGRAFIA 22 – Família de assentados recebendo geladeira e freezer comprados com o dinheiro da produção do leite do primeiro semestre. Compra efetuada no comércio de Júlio de Castilhos .....	111
GRÁFICO 1 – A quantificação da pecuária em Júlio de Castilhos/RS, no período de 1970 a 2007 .....	60
GRÁFICO 2 – A produção e área da soja em Júlio de Castilhos/RS .....	85
MAPA 1 – Mapa de localização do Município de Júlio de Castilhos – RS .....	18
MAPA 2 – Mapa de localização dos estabelecimentos de pecuária intensiva no Município de Júlio de Castilhos/RS.....	52
MAPA 3 – Mapa de localização e abrangência das unidades da COTRIJUC .....	77
MAPA 4 – Mapa de localização dos Assentamentos Rurais em Júlio de Castilhos .	96

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAIs – Complexos Agroindustriais

CAPES –

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe

CESA – Companhia Estadual de Silos e Armazéns

COPEC – Cooperativa de Assistência Técnica

Corsan – Companhia Riograndense de Saneamento

COTRIJUC – Cooperativa Tritícola de Júlio de Castilhos

CPT – Comissão Pastoral da Terra

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

Embrapa – Empresa Brasileira Agropecuária

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FIBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

GPET – Grupo de Pesquisa em Educação e Território

ha – Hectare

HUSM – Hospital Universitário de Santa Maria

IVJC – Inspeção Veterinária de Júlio de Castilhos

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITR – Imposto Territorial Rural

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

ONU – Organização das Nações Unidas

PIB – Produto Interno Bruto

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

PRONAF – Programa Nacional de Agricultura Familiar

ton – Toneladas

UDR – União Democrática Ruralista

UFSC – Universidade Federal de Santa Maria

## LISTA DE ANEXOS

<b>ANEXO A</b> – ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADA AOS REPRESENTANTES DO TERRITÓRIO DA PECUÁRIA .....	128
<b>ANEXO B</b> – ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADA AOS REPRESENTANTES DO TERRITÓRIO DA LAVOURA EMPRESARIAL E O AGRONEGÓCIO .....	129
<b>ANEXO C</b> – ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADA AOS REPRESENTANTES DO TERRITÓRIO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS .....	130
<b>ANEXO D</b> – ESTRATIFICAÇÃO DAS PROPRIEDADES RURAIS DE JÚLIO DE CASTILHOS .....	131

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	16
<b>1 – AS MATRIZES TEÓRICAS DOS TERRITÓRIOS RURAIS</b> .....	24
<b>1.1 – O Território</b> .....	24
1.1.1 – Espaço e Poder: A Gênese do Território.....	24
1.1.2 – A polissemia do conceito Território.....	26
<b>2 – O LATIFÚNDIO: DOMÍNIO DA PECUÁRIA EXTENSIVA</b> .....	36
<b>2.1 – Histórico da Ocupação, Colonização e Formação da grande propriedade no Estado Gaúcho</b> .....	36
<b>2.2 – O Território da Pecuária castilhense: Manutenção e Dinâmica</b> .....	42
2.2.1 – A Pecuária Extensiva.....	42
2.2.2 – A Pecuária Intensiva .....	47
2.2.2.1 – Bovinocultura.....	47
2.2.2.2 – História do gado Charolês no Rio Grande do Sul.....	48
2.2.2.3 – Cabanha e Haras: Estabelecimentos da Pecuária Intensiva ....	50
<b>2.3 – A Pecuária Castilhense em números</b> .....	57
<b>2.4 – Reflexões sobre o Território da Pecuária</b> .....	61
<b>3 – AGRICULTURA EMPRESARIAL: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO PELO CAPITAL</b> .....	63
<b>3.1 – As transformações capitalistas no agrário Gaúcho com a criação dos Complexos Agroindustriais (CAIs)</b> .....	63
<b>3.2 – Lavoura Empresarial: O domínio da soja e a formação da agroindústria</b> 72	
3.2.1 – Gênese e dinâmica do território da soja em Júlio de Castilhos .....	72
3.2.2 – A soja castilhense em números: Produção e Produtividade .....	83
<b>3.3 – Reflexões sobre o Território da Agricultura Empresarial</b> .....	86
<b>4 – OS ASSENTAMENTOS RURAIS: NOVAS CONFIGURAÇÕES NO ESPAÇO AGRÁRIO CASTILHENSE</b> .....	87

<b>4.1 – O despertar de um Movimento Social</b> .....	87
<b>4.2 – Histórico do MST</b> .....	90
<b>4.3 – Um novo Território no Rural Castilhense</b> .....	92
<b>4.4 – A territorialização dos Assentamentos rurais em Júlio de Castilhos</b> .....	97
4.4.1 – Assentamento Ramada .....	97
4.4.2 – Assentamento Alvorada.....	102
4.4.3 – Assentamento Santa Júlia .....	108
<b>4.5 – Reflexões sobre o Território dos Assentamentos Rurais</b> .....	113
<b>5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	117
<b>6 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	121
ANEXO A.....	128
ANEXO B.....	129
ANEXO C.....	130
ANEXO D.....	131

## INTRODUÇÃO

O município de Júlio de Castilhos teve sua origem ligada à existência de uma das primeiras reduções jesuíticas que se tem notícia, mesmo antes dos Sete Povos das Missões.

Esta redução jesuítica era denominada de Redução da Natividade e datava-se de 1633. Localizava-se a dez quilômetros ao sul da usina da cascata do Ivaí, no atual município de Pinhal Grande que pertencia no século passado ao território Castilhense. Ressalta-se que em 1635 a redução jesuítica espanhola “*Natividad del Nuestra Señora*” contava com mais de oitocentas famílias indígenas do grupo Tapes. (COSTA, 1991)

A continuidade da Redução da Natividade foi insustentável por vários motivos: Primeiro por ser um local longínquo da civilização do Prata, – Buenos Aires e Montevideu –principais cidades da época; segundo por localizar-se em uma vasta área de difícil acesso; terceiro devido às epidemias, que reduziam drasticamente a população indígena e, por último, devido ao surgimento dos bandeirantes que capturavam os índios com a finalidade de vendê-los como escravos no sudeste brasileiro. Ela findou-se em 1638 e seus remanescentes migraram para outras áreas mais ao sul, para a atual República da Banda Oriental do Uruguai. (COSTA, 1991)

Os índios remanescentes com o auxílio de padres jesuítas, dirigiram-se ao Norte das Províncias do Prata, atual Província de Corrientes na Argentina, saindo dos domínios da coroa portuguesa. Anos mais tarde, voltaram para as áreas em litígio entre Portugal/Espanha, passando à outra margem do Rio Uruguai e formando de 1660 a 1690 os Sete Povos das Missões, ao Noroeste do atual Estado Gaúcho.

Após um século de desocupação do centro do Estado Gaúcho, famílias vindas da Província de São Vicente, atual estado de São Paulo, começaram a povoar o centro da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, em fins do século XVIII, e início do século XIX. Essas famílias tinham a finalidade de povoar e colonizar o sul do vasto território brasileiro e, também, praticar uma pecuária, pois haviam milhares de cabeças de gado bovino que ficaram desgarrados das grandes estâncias dos Sete Povos das Missões, após sua destruição pelas Guerras Guaraníticas e invasão dos Bandeirantes.

O pequeno povoado chamado Vila Rica, no centro do Rio grande do Sul, foi crescendo com a prática da pecuária, e anos mais tarde, com a queda da Monarquia

no Brasil e a implantação de uma nova República, a Vila foi elevada a Município, recebendo o nome de seu ilustre filho, Júlio de Castilhos. (COSTA, 1991)

O Município de Júlio de Castilhos está situado no centro do Estado do Rio Grande do Sul, no Extremo Sul do Brasil, com uma latitude de 29°13'39" Sul do Equador e uma longitude de 53°40'38" Oeste de Greenwich. O centro do perímetro urbano da cidade está sobre uma coxilha do planalto basáltico sul-rio-grandense a uma altitude média de 514 metros do nível do mar. (Mapa 1)

Conforme a localização geográfica, o município situa-se em uma região subtropical, com quatro estações bem definidas e com temperatura anual média de 18°C. Precipitações bem distribuídas durante o ano, situado entre as nascentes dos rios Toropí e Ivaí, no topo do planalto basáltico meridional sul-rio-grandense.

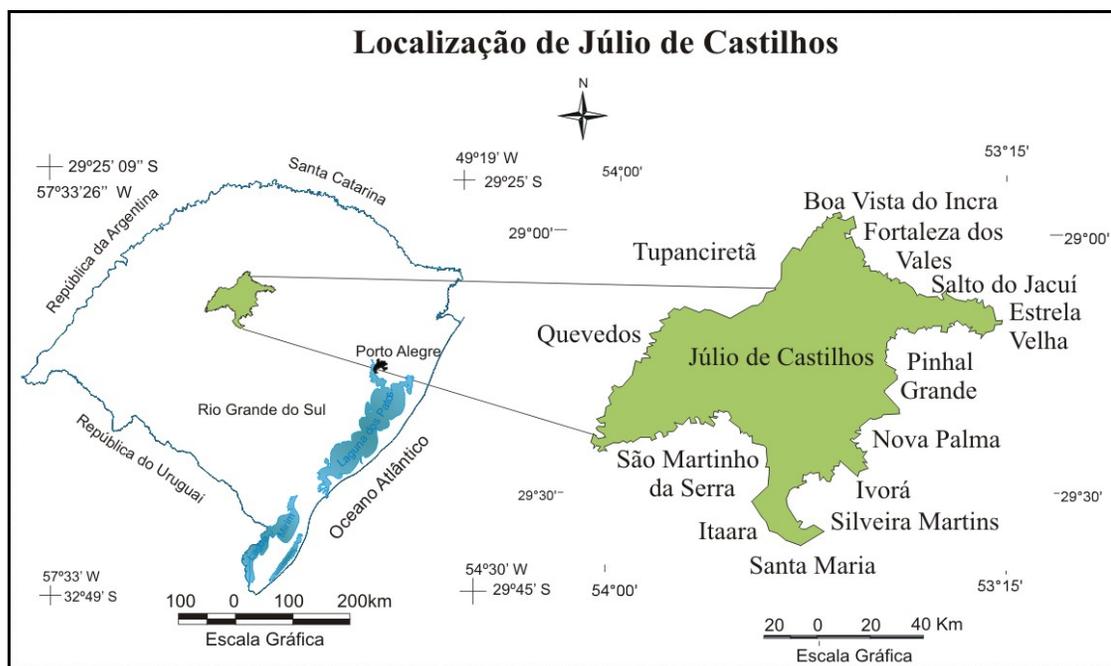
As precipitações pluviométricas ocorridas no município de Júlio de Castilhos são canalizadas para duas bacias hidrográficas. Ao leste, as águas pertencem à bacia do Rio Ivaí, afluente do Rio Jacuí, o qual deságua na Lagoa dos Patos; e as águas ao oeste, dirigem-se ao Rio Toropí, afluente do Rio Ibicuí, pertencente a bacia do Rio Uruguai, que irá desaguar no Estuário do Prata.

A área atual do Município é de 1.964,09 Km<sup>2</sup>, onde 0,73% corresponde ao perímetro urbano que é de 14,5Km<sup>2</sup>, e sua área rural compreende 1.949,59Km<sup>2</sup>, ou seja, 99,27% da área municipal. Segundo FIBGE (2007), Júlio de Castilhos tem uma população de 20.416 habitantes, com uma densidade populacional de 10,39 hab/Km<sup>2</sup>.

Embora Júlio de Castilhos seja considerada uma cidade de pequeno porte, ela tem relevância para a economia gaúcha, em razão da expressiva produção agrícola, pois um total de 55,40% da economia do Município está baseada no setor primário que corresponde a um valor adicionado de R\$ 50.766.859,34 do Produto Interno Bruto (PIB) do qual 37% deve-se ao setor terciário. (Secretaria Municipal de Desenvolvimento, 2007)

A área ocupada pela agropecuária é de 1869,38 Km<sup>2</sup>, o que equivale a 95,73% da área do município. Destaca-se que a agricultura ocupa, atualmente, 68.530 hectares correspondendo a 34,89% da área municipal. Esta área ocupada pela agricultura corresponde a lavouras permanentes e temporárias. As permanentes perfazem 0,27% das áreas, ou seja, apenas 530 hectares. Por sua vez, as lavouras temporárias, ocupam 68.000 hectares ocupando 34,62% do espaço agrícola do Município. (Secretaria Municipal de Desenvolvimento, 2007)

As áreas de pecuária somam 119.470 hectares, ou seja, 61,28% do espaço rural do Município. As pastagens naturais são predominantes, ocupando 95.000 hectares, ou seja, 50,54% da área. Já, as pastagens cultivadas perfazem um total de 15.000 hectares, ocupando 7,98% da área destinada a pecuária. (Secretaria Municipal de Desenvolvimento, 2007)



Mapa 1 – Mapa de localização do Município de Júlio de Castilhos – RS  
Fonte: Trabalho de Laboratório desenvolvido no GPET.

Destaca-se também que a área municipal sem exploração econômica, corresponde a 9.470 hectares, ou seja 5% da área do município, uma vez que a mesma é inaproveitável por apresentar o sítio urbano, matas, rios e reservas. O Município em estudo, apresenta 1.424 propriedades rurais, com área média de 117,64 hectares. Entretanto, essa média encobre a desigual estrutura fundiária, pois oculta os latifúndios pastoris. A mão-de-obra ocupada nos estabelecimentos agropecuários é de 4016 pessoas, correspondendo a 19,67% da população. (Secretaria Municipal de Desenvolvimento, 2007)

O Município apresentou transformações significativas no espaço rural nas últimas décadas. Isso ocorreu devido a subutilização das terras da pecuária, exploradas de forma extensiva característica do latifúndio pastoril, – em parte ocupadas pela produção agrícola empresarial. A fragmentação parcial dos criatórios de gado forçou sua reestruturação produtiva. Em geral, houveram três formas de

ocupação dessas áreas, um através do arrendamento, o outro da compra e venda das propriedades, e no terceiro caso, pela desapropriação, realizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, das terras ociosas que não estavam exercendo sua função social,

A ocupação de terras com reduzida ou nenhuma produção; através dos assentamentos rurais, possibilitou a expansão e desenvolvimento da agricultura familiar no Município e sua conseqüente diversificação agrícola.

Essa pesquisa foi composta por cinco partes ordenadas, que somadas de forma segmentada, concretizam a investigação.

Primeiramente, foram realizadas 10 disciplinas no Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, que totalizaram 30 créditos; e que foram cursadas no período de Março a Dezembro do ano de 2006. Através das leituras propostas nessas disciplinas, o suporte científico dado ao projeto da pesquisa foi de suma importância. Essa primeira fase foi a base para o segundo passo da pesquisa, a qual condicionou as bibliografias para as matrizes teóricas.

O segundo momento da pesquisa, de Janeiro a Março de 2007, foi composto pela preparação e apresentação da qualificação, o qual efetivou-se na data de 15 de Março de 2007. A banca examinadora da qualificação foi de grande valia, pois sugeriu algumas alterações estruturais pertinentes no projeto da pesquisa e, complementou o suporte teórico, indicando mais bibliografias visionando o objeto de estudo e seus objetivos.

Após qualificar o projeto de pesquisa, conforme sugestões da banca, a terceira etapa ocorreu com a preparação do trabalho de campo, realizada no período de Abril a Julho de 2007. Nessa ocasião, confeccionaram-se roteiros investigativos e entrevistas semi-estruturadas, as quais seguem em anexo (Anexo A, B e C). Cabe ressaltar que as entrevistas semi-estruturadas não são fechadas, e sim, dão suporte de orientação na conversa com o entrevistado.

A construção desses roteiros e entrevistas foram realizadas com base nos objetivos da pesquisa e, com a finalidade de levantar informações primárias, uma vez que, para o contato das informações secundárias foram utilizadas duas vias, uma pelos censos do IBGE, adquirida através de consulta aos seus anuários e *site* oficial, e outra, por meio de órgãos, entidades e empresas situadas ou pertencentes a Júlio de Castilhos.

Para a coleta das informações qualitativas, Triviños (1987) ressalta que a entrevista semi-estruturada é um dos principais meios que o investigador dispõem. Conforme esse mesmo autor, a entrevista semi-estruturada é entendida como:

(...) aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas dos informantes. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa. (TRIVIÑOS, 1987, p.146)

O trabalho de campo, efetivado nos meses de Agosto e Setembro de 2007, foi a quarta etapa da pesquisa, subdividido em duas fases. A primeira, compôs o trabalho de campo realizado no meio urbano, com o levantamento de dados quantitativos na Secretaria Municipal de Desenvolvimento, na Inspeção Veterinária de Júlio de Castilhos – IVJC, no Cartório de Registro de Imóveis Rurais de Júlio de Castilhos, na Companhia Estadual de Silos e Armazéns – CESA, na Cooperativa Triticola de Júlio de Castilhos – COTRIJUC e algumas outras empresas locais. Essa primeira parte efetivou-se mais rápida, devido a acessibilidade dentro do espaço urbano, pois todas as visitas foram agendadas e realizadas nos dez primeiros dias do mês de agosto. Como a IVJC possui um cadastro atualizado de todas as propriedades castilhense, com nome do proprietário, telefone e endereço. Com a permissão dessa instituição, recorreu-se a essas informações para concretizar a etapa seguinte.

Assim, posteriormente, a segunda fase do trabalho de campo, iniciada no dia 20 de Agosto de 2007, consistiu em visitar o meio rural castilhense, com a finalidade de fazer entrevistas com os representantes dos três territórios; primeiro o latifúndio pastoril, segundo a agricultura empresarial e terceiro os assentamentos rurais. Os informantes de cada segmento foram previamente escolhidos, ora pela sua importância no território que o representa, ora pelo destaque de sua produção, ou ainda, sua representatividade perante outros indivíduos do seu mesmo território.

A ordem das visitas e entrevistas foram relacionadas com a mesma perspectiva de análise proposta por Milton Santos em 1978, onde a sociedade através do tempo e suas relações imprimiu e imprime suas características no espaço natural,

transformando-o em espaço geográfico, assim, empregando o conceito de Formação Sócio Espacial.

Dessa maneira, do dia 20 ao dia 27 do mês agosto de 2007, o trabalho de campo consistiu em identificar os possíveis informantes e contatá-los via telefone para agendar uma possível visita em suas propriedades. Alguns, recusaram sumariamente a visita e a entrevista, outros aceitaram, mas solicitaram para não serem identificados. Assim, respeitando a vontade dos mesmos, foi adotado quando referidos, o “ENTREVISTADO nº. X” a todas as 24 pessoas ouvidas, dessa forma preservando suas identidades. Com relação ao número de entrevistas, essas tiveram a finalidade de elucidar os três territórios do rural castilhense, com isso, as pessoas entrevistadas são indivíduos conhecedores de cada realidade, como já expressado anteriormente, por fazerem parte ou por terem maior destaque, ou ainda, por serem reconhecidas no território que estão inseridas.

O trabalho de campo no meio rural ocorreu no período compreendido entre os dias 28 de agosto a 30 de setembro, onde cada visita, com o propósito da entrevista, durava em média um dia inteiro ou mais. A demora para a realização de apenas uma entrevista deveu-se pela distância das propriedades rurais, em relação ao meio urbano, pelas más condições de algumas estradas e o pior, pela falta de meio de transporte para algumas localidades no interior Castilhense.

Dessa forma, onde havia linha de ônibus facilitava o trabalho, embora os horários fossem esporádicos, com um ou dois horários por dia, passando em frente a propriedade. É relevante salientar que o ônibus faz seu trajeto na estrada principal, e, muitas propriedades visitadas ficam retiradas dois a cinco quilômetros da estrada principal, quando não estão em uma estrada secundária. Por muitas vezes, a carona em camionetes, em tratores e até mesmo em carroceria de caminhões se fez presente para efetivar as entrevistas. E, por duas vezes, em duas propriedades distintas, o pernoite foi assegurado no galpão com os peões. Para superar essa dificuldade de locomoção foi alugado uma motocicleta, para percorrer o meio rural e concretizar as entrevistas que faltavam.

Mesmo com o aluguel da motocicleta, as visitas continuaram durando em média um dia, pois muitos entrevistados convidavam para o almoço e faziam questão de mostrar uma parte de sua propriedade, uns a cavalo, outros de trator e alguns a pé.

O material obtido nas coletas de dados são predominantemente descritivos e ricos em descrições de pessoas, citações, acontecimentos; incluindo transições de entrevistas e depoimentos. Citações são, freqüentemente, usadas para subsidiar uma afirmação ou esclarecer um ponto de vista. Todos os dados da realidade são importantes. (LÜDKE & ANDRE, 1986).

A elaboração final da pesquisa consistiu na quinta e última etapa, realizada de Outubro de 2007 a Janeiro de 2008, procurou agregar todos os conhecimentos empírico, acadêmico e científico na redação final dessa pesquisa.

Dessa forma, verificou-se, no Município, uma desconcentração no uso da terra, que foi possível porque a lavoura empresarial, para se expandir, necessitou de terras com características adequadas para a sua produção e uma parcela destas terras se distribuiu nas áreas ocupadas predominantemente pela pecuária, e o outro fator foi a inserção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST que através da luta pela terra, pressionou o Estado fazendo com que o INCRA promovesse a fragmentação das grandes propriedades. Verifica-se, assim, uma reorganização no uso do solo, através da pecuária, da agricultura empresarial e da agricultura familiar em áreas antes tradicionalmente caracterizadas pelo latifúndio pastoril.

A problemática central da pesquisa está embasada nos seguintes questionamentos: 1º) Quais motivos explicam a decadência econômica da pecuária, em detrimento da agricultura empresarial, uma vez que aquela atividade era a principal detentora do fator terra? 2º) Quais as razões que explicam a emergência da agricultura familiar, decorrente da formação dos assentamentos rurais em áreas antes ocupadas pela grande propriedade?

A pesquisa tem por objetivo principal analisar o processo, constituição e desenvolvimento dos sistemas agrários no município de Júlio de Castilhos, entendendo o espaço rural em suas três configurações distintas; a pecuária, a agricultura empresarial e a agricultura familiar.

Nessa perspectiva, resgata-se as transformações do latifúndio no Rio Grande do Sul, compreendendo sua gênese e suas perspectivas. Com isso, o espaço agrário castilhense, que originou-se com latifúndio pastoril, sofreu duas grandes transformações, a primeira com a agricultura empresarial, que foi e é subsidada por interesses do capital e; a segunda deve-se a fragmentação espacial, devido ao surgimento de três assentamentos rurais promovidos pelo INCRA.

O Município de Júlio de Castilhos apresenta-se como um importante pólo produtivo no setor agropecuário, com ênfase na criação de gado de corte, da raça Charolês<sup>1</sup> e a cultura da soja. Entretanto, a diversificação da produção agrícola ocasionou a redução parcial dos criatórios de gado e, conseqüentemente, dividiu o espaço com outras atividades, sejam pecuárias (ovinos, gado leiteiro), sejam agrícolas (soja, milho, trigo, hortaliças e frutas).

A área ocupada com a lavoura empresarial tem uma característica especial, com o cultivo de soja ou milho no verão e o cultivo do trigo, aveia ou azevém no inverno, empregando a técnica da rotatividade dos cultivos anuais. Esta técnica está associada à adubação química, utilização de agrotóxicos e forte mecanização (colheitadeiras, tratores, ceifadeiras, arados, etc.), seguindo o modelo da modernização da agricultura.

Dessa forma, transformou-se o meio rural do Município, diversificando os sistemas agrícolas, alterando-se as relações de trabalho, as técnicas de produção e a estrutura das propriedades, cuja implantação deve-se à política nacional do governo militar, nos anos 70, em que incentivou a agroexportação (Empresa rural) através de financiamentos em extensão rural, que foi difusora de tecnologias, deixando em segundo plano a agricultura familiar, não somente em Júlio de Castilhos, mas nos demais municípios brasileiros.

Essa realidade começou a mudar a partir da queda dos governos militares, quando surge um novo momento no Brasil, a redemocratização. Essa nova fase brasileira possibilitou que a luta pela terra, antes sufocada, renascesse e trouxesse uma antiga proposta de liberdade ao campo, a reforma agrária ou a tentativa dela.

---

<sup>1</sup> Diz-se de raça bovina originaria da França. Raça com baixa quantidade de gordura e carne bastante musculosa.

# 1 – AS MATRIZES TEÓRICAS DOS TERRITÓRIOS RURAIS

## 1.1 – O Território

Essa primeira seção da revisão da literatura, tem por finalidade a discussão e compreensão do Território e a sua plenitude, analisando desde a gênese até a polissemia do conceito.

### 1.1.1 – Espaço e Poder: A gênese do Território

Quando o homem atua no meio ambiente com suas idéias e formas de produzir, ele provoca uma nova organização do espaço. A organização espacial oferece condições para englobar as tradicionais considerações sobre as relações entre o homem e o meio e sobre a diversidade regional.

O domínio e a organização do espaço foram elementos que contribuíram para a sistematização geográfica na Alemanha, pois se preocupavam com a unificação do Estado Alemão, em que a questão do espaço era primordial. Para isso ocorrer, a cátedra alemã recorreu e se embasou na filosofia positivista, a qual norteou os primeiros passos da ciência geográfica. A filosofia positivista é baseada em três fases, o organicismo, o evolucionismo e o funcionalismo.<sup>2</sup> Entretanto, vale ressaltar que o espaço analisado na perspectiva funcional não se limita a ser organizado e hierarquizado. Ele não para de se transformar.<sup>3</sup>

A relação entre Estado e espaço foi um dos pontos privilegiados por Ratzel, através da teoria do Espaço Vital, em que representava uma proporção de equilíbrio, entre uma determinada população e os recursos disponíveis, para suprir suas necessidades de progredir e suas permanências territoriais.

Na Nova Geografia, a ciência geográfica era vista como a ciência que se refere à formulação de leis, que regem a distribuição espacial de alguns fenômenos da superfície terrestre.

A Geografia dedica-se aos estudos das organizações espaciais, sendo estas entendidas como a estrutura dos elementos e processos que explicam o funcionamento de qualquer espaço organizado. A noção de espaço está ligada à de tempo, de movimento e conseqüentemente ao conceito do processo.

---

<sup>2</sup> Sobre esse assunto, consultar: Bezzi, M. L.; Marafon, G. J. *Historiografia da ciência geográfica*. Santa Maria: UFSM, CCNE, Curso de Geografia, 2005, p. 25 – 50.

<sup>3</sup> Claval, 2004, p. 18.

Com o avanço da tecnologia, o espaço foi entendido em função da acessibilidade, levando ao conceito de espaço relativo, o qual se refere à posição que um lugar ocupa, em relação a outras localidades; podendo se expressar de diversas maneiras (ex: tempo de percurso, custo dos transportes). A posição relativa pode sofrer transformações com o decorrer do tempo, em virtude das inovações técnicas e dos meios de circulação e de comunicação.

Na Geografia Crítica, o espaço é considerado relacional, sendo percebido como conteúdo e representando no interior de si mesmo outros tipos de relações, que existem entre os objetos e os seus atores.

A sociedade é dinâmica e se identifica com o espaço vivido e vice – versa, imprimindo sua história no mesmo. (MOREIRA, 2004) Portanto, considera-se o espaço como o ambiente resultante das relações de seus agentes sociais e, não deve ser estudado como sendo a adição de partes menores, o espaço é total e uno.

Faz-se necessário uma compreensão do que é o poder, para entender o que é o território, uma vez que, buscou-se uma reflexão do que é o espaço ao longo das escolas geográficas. Assim, segundo RAFFESTIN (1993, p. 52):

O poder, nome comum, se esconde atrás do Poder, nome próprio. Esconde-se tanto melhor, quanto maior for a sua presença em todos os lugares. Presente em cada relação, na curva de cada ação: insidioso, ele se aproveita de todas as fissuras sociais para infiltrar-se até o coração do homem. A ambigüidade se encontra aí, portanto, uma vez que há o “Poder” e o “poder”.

Com isso, pode ser observada a dualidade epistemológica da palavra. A primeira, nome próprio, referindo e manifestando-se por intermédio dos aparelhos complexos, que encerram o território, controlam a população e dominam os recursos, é o poder visível, maciço e identificável, representado pelo Estado.

Em contrapartida, o segundo, nome comum para Raffestin, é aquele que não se vê, é aquele que se acreditou tê-lo derrotado pelo capitalismo, é o poder dos atores excluídos, são as relações de uma sociedade organizada. O “poder” é concretizado na revolta de seus agentes sociais, buscando através de movimentos a re-inserção dos mesmos, a uma ordem que os excluiu; o capitalismo.

Mesmo assim, RAFFESTIN (1993, p. 53) diz que:

Pode-se pensar que tudo isso é bastante intuitivo. Certamente, mas não é muito fácil fazer de imediato uma descrição clara, enquadrada por um

sistema de conceitos coerentes e unívocos, do poder que brota de estruturas profundas e não de estruturas de superfície.

Com isso, é demonstrada a preocupação em construir um conceito para o poder, sendo este, complexo em suas relações.

No que se trata de Território, este corresponde ao espaço caracterizado pelas relações de poder, ou seja, é o espaço que sofre o domínio dos agentes políticos, econômicos e sociais, o Estado tem seu espaço ou território definido, o que nem sempre ocorre com as nações, que devido a sua antiguidade, complexidade ou aspirações, podem não ter território definido. (HAESBAERT, 2004)

As palavras de RAFFESTIN (1993, p. 144), nos dizem que o território é “... um espaço onde se projeta um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão original”, e o território é a prisão que os homens constroem para si.”

Em complemento a essas palavras, CLAVAL (2004, p. 33) diz que: “... o espaço, transformado em território, oferece aos grupos uma base e uma estabilidade, que eles não teriam sem isso. Faz nascer um sentimento de segurança. O território constitui um dos componentes essenciais das identidades”.

Após a leitura de Raffestin sobre as duas formas de poder, conclui – se que o “Poder” territorializa o espaço e, o “poder” dá a dinâmica ao território, assim, propiciando e concretizando a luta pela manutenção das classes sociais, e, a busca da reinserção social dos indivíduos excluídos, que será analisado em um momento posterior com a gênese do movimento social.

### 1.1.2 – A polissemia do conceito Território

Segundo MORAES (1984), o conceito de território tem sua origem nas ciências da Botânica e da Zoologia do final do século XVIII. A este conceito estava ligado o local de domínio de uma determinada espécie vegetal ou animal. A partir disso, este conceito é incorporado à geografia, através da proposta formulada por Friedrich Ratzel no, Antropogeografia (1882). Assim, ele define o território pela propriedade, onde o Estado ou uma comunidade possui o domínio e a posse de uma determinada área, cabendo ao Estado a função de protegê-la.

Para compreender melhor as idéias ratzelianas, sobre o território na ciência geográfica é pertinente conhecer um pouco de sua trajetória e contribuição científica para a geografia.

De acordo com estudos feitos por MORAES (1990), Ratzel foi fundamental no processo de sistematização da ciência geográfica, além de ter sido um dos precursores do positivismo, adotado pela ciência posteriormente.

Suas idéias estavam baseadas na relação entre a sociedade e as condições ambientais, sendo assim, desenvolveu estudos na área da antropologia e da política, com destaque para a ciência política, quando aborda temas como o Estado, as fronteiras, a guerra, entre outros. Ao escrever a obra Geografia Política, ele acaba influenciando seus discípulos em suas teorias geopolíticas como Mackinder, Kejéllen e Haushofer.

Mas a maior preocupação de Ratzel, conforme MORAES (1990, p.8) “entender a difusão dos povos na superfície terrestre”, para isso era preciso articular história, etnologia e geografia. Assim, era preciso conhecer a humanidade, os povos, as raças e suas culturas, a sua genética; para isso, a história buscaria no passado a trajetória desses povos, e, a geografia tentaria explicar as relações, que se estabeleceriam entre o homem e o meio natural, seja no seu local de origem, seja ao longo de sua trajetória.

Ainda segundo MORAES (1990), a obra de Ratzel, Antropogeografia (1882), divide-se em três ramos: o primeiro, diz respeito a influência das condições naturais sobre o homem, isso explicaria a diversidade humana e o desenvolvimento das sociedades; o segundo, trata sobre a distribuição da humanidade sobre a terra; o terceiro, sobre a formação dos territórios, que poderia ser explicado através da relação do homem com a natureza.

Dessas relações, o meio influencia em diversos aspectos da vida do homem, tanto como indivíduo, quanto em comunidade, fosse pela disponibilidade de recursos e riquezas naturais, posição geográfica, pela mestiçagem, etc... , essas influências se manifestariam na base econômica e social do homem.

Outra teoria pela qual ele ganhou notoriedade foi a do espaço vital. Ele viveu a formação do Estado alemão e suas idéias estavam baseadas no expansionismo. Afirmava que uma sociedade, num determinado estágio de progresso ou desenvolvimento, necessitava de novas áreas para manter a sua condição.

Assim, como diz MORAES (1990, p. 22) “Para Ratzel quando há o progresso de um povo, a expansão é inevitável, seja em função do meio pelo uso intenso, seja pela pressão demográfica.”

Portanto, o território para Ratzel seria abordado através da propriedade, onde sua posse poderia ser adquirida nas lutas ou defesas de povos ou nações ou pelos seus territórios. Também a violência e a guerra seriam componentes naturais na história das conquistas e dos contatos entre sociedades.

Quanto ao Estado, o seu surgimento conferiu-lhe a função de delimitação do território, assegurando a sua defesa. MORAES (1990, p. 25) "... quando a sociedade se organiza para defender o seu território, ela se transforma em Estado." É preciso defender os recursos naturais e riquezas de uma dada sociedade em um determinado território, a fim de zelar pelo bem-estar e segurança da mesma.

Constata-se que há uma ligação entre Estado e território, em que um não existe sem o outro, bem como não há território sem sociedade. O homem não é um elemento separado da Terra, ele faz parte dela, e, portanto, deve ser considerado nas relações de poder e nas relações com a natureza ou entre os homens.

O homem, através das relações de poder, exerce influência no meio e este por sua vez influencia nas decisões e na vida humana. Há uma grande inter-relação em que o homem vai projetando na superfície terrestre os seus domínios, o seu poder, abrangendo diversos territórios.

Na busca do sentido e significado do termo território, procurou-se em RAFFESTIN (1993, p. 143) que "o território se forma a partir do espaço, e é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível."

Nesse sentido, o território se constrói embasado no espaço, que por sua vez está marcado por relações de poder entre os seus diversos atores, que projetam nele, também, trabalho, energia e informação.

Para RAFFESTIN (1993), é a partir do espaço que se expressam as relações de poder dos diversos atores e seus respectivos territórios. A superfície terrestre passa a ser tecida em malhas e redes, que representam o poder construído por esses atores sobre uma base territorial.

A essa disposição estão ligados fatores elementares na dinâmica da produção territorial, e, das relações de poder como a distância (física ou geográfica) e a acessibilidade (temporal, econômica, social, cultural...). De acordo com o autor, citado anteriormente, todos somos atores e participamos na construção de territórios, em diversos estágios ou em momentos e lugares diferentes, seja através

de uma grande empresa, do Estado ou na organização de um clube, por exemplo. E essa produção territorial se processa nas relações do campo e do poder.

Para RAFFESTIN (1993) falar sobre território significa também delimitar, caracterizar, distinguir uma determinada área das demais, pois há nessa área uma relação de domínio, de poder, de um grupo. Contudo é importante salientar, que a delimitação econômica é mais vulnerável do que os limites político-administrativos, que tendem a serem estáveis. Segundo o autor, isso ocorre, basicamente, porque o primeiro caso resulta de um poder de fato e o segundo, de um poder legitimado, ratificado.

Nesse pensamento, percebe-se que o espaço é o palco das ações humanas, ações que procuram legitimar interesses políticos e econômicos através de relações de poder; formando assim, diversos territórios sobre a superfície terrestre, seja o território delimitado pelo Estado, seja aquele constituído por outros agentes sociais.

Para SOUZA (2005), a definição de território, também, segue as relações de poder, de dominação, de informação sobre um espaço. Ele destaca que não se trata apenas do conceito de “território nacional”, com sentimento pátrio, de defesa, limitada na figura do Estado, mas de territórios que são construídos e desconstruídos a todo o momento, variando no tempo e no espaço, ou seja, desde uma rua até o globo ou desde séculos à dias, sendo que a sua longevidade pode durar dias, meses, anos, décadas, ser temporária ou permanente.

SOUZA (2005), comenta ainda, que o território na geografia política era considerado como algo que pode ser apropriado por um grupo e, a partir daí construir uma cultura, uma identidade, dessa sociedade com o solo, ao qual ela pertence e mantém relações. Esse território, no entanto, estaria sujeito a modificações nas suas delimitações, uma vez que seus limites podem ser expandidos ou contraídos pelo uso da força.

Contudo, o autor faz referência a outro tipo de conceituação do termo, onde entra em cena um campo de forças, de poder que produz sobre o espaço redes e nós, separando os diferentes domínios.

Um território baseado nas relações sociais inseridas no espaço, nos processos de inclusão e exclusão do sistema vigente, deflagrando lutas e disputas pelo espaço como por exemplo, os territórios da prostituição, das drogas e até mesmo de áreas rurais.

Conforme SOUZA (2005, p. 97), “o território não é o substrato, o espaço social em si, mas um campo de forças, as relações de poder especialmente delimitadas, operando, distante, sobre um substrato referencial”.

O espaço terrestre passa a refletir as relações de poder e de produção dos homens, que organizados em sociedade, mantêm-se interdependentes dos recursos do solo, passando a exercer o poder, o domínio sobre a terra e os homens em busca do controle ou da sobrevivência.

Nesta abordagem social sobre o território, MORAES (2000, p.18) também trás a sua contribuição para esta questão, quando afirma que o território não pode existir se não houver uma sociedade organizada, que se apropria da natureza e a transforma através de seus meios de produção. Na medida que esse processo avança no tempo, insere-se a importância da história humana na relação com o meio, apropriado e mudado por ela ao longo das gerações por isso, “o território é, portanto uma expressão da relação sociedade/espaço, sendo impossível ser pensada sem o recurso aos processos sociais”.

Conforme Moraes, as teorias humanistas propuseram uma nova maneira de pensar o território, através de uma reflexão econômica, política e social do espaço terrestre, alimentada pelas lutas de classes, pelo domínio da propriedade dos meios de produção, a inserção de um novo sistema econômico, a exploração acelerada dos recursos naturais, entre outros. Além disso, fatores empregam, também, uma análise histórica sobre a palavra, pela qual o homem se organizou espacialmente ao longo do tempo, na construção de territórios e na sua desconstrução pois, MORAES (2000, p.21) nos diz que:

... o território é antes de tudo uma escala de análise da sociedade/espaço, isto é, um recorte analítico que objetiva uma visão angular específica da história. Em tal entendimento, o território emerge como espaço dotado de uma historicidade própria, que corresponderia à espacialidade de uma dada formação econômica e social.

Com base nisso, poder-se-ia verificar a formação histórica do território nacional brasileiro, o qual se consolidou através de grandes interesses econômicos e políticos, cuja gênese estava no processo de expansão territorial lusitano, pela conquista de espaços e de riquezas que atendessem as necessidades do mercado europeu.

De acordo com MORAES (2000), o Brasil no início do seu descobrimento não despertou muita atenção dos colonizadores portugueses porque estes não conseguiram encontrar as tão cobiçadas especiarias como condimentos e metais preciosos. O atrativo da nova terra estava na diversidade natural e, posteriormente, no interior do continente.

A coroa portuguesa passou a investir no domínio e posse das terras, para possíveis explorações futuras. Esse processo de ocupação se deu de forma lenta e gradual; ocorrendo, primeiramente, no litoral com as capitânicas hereditárias e depois no interior através das entradas e bandeiras.

A costa do Brasil serviu para o comércio de Portugal desde o princípio, exportando os produtos aqui explorados como foi o pau-brasil, açúcar, ouro, café, entre outros.

A sociedade brasileira, que se organizou nesse território, constituía-se de vários grupos étnicos como os índios, escravos africanos e portugueses. Como salienta MORAES (2000) os colonizadores aproveitaram a grande diversidade de grupos indígenas para conquistar o território, devido as hostilidades existentes entre eles.

Para PRADO JÚNIOR (1987), o processo de formação territorial do Brasil caracterizou-se pela exploração dos recursos naturais em proveito do comércio europeu, unicamente. Esta organização permitiu, que a sociedade aqui formada, tivesse profunda relação com a formação e evolução histórica e econômica. A economia se restringiu basicamente no fornecimento de açúcar, tabaco, ouro, café para a Europa, esse era o objetivo do colonizador; assim, através dessa vertente a estrutura social do país, estava embasada de acordo com o arranjo econômico e político dos principais ciclos econômicos do Brasil, sustentados na mão-de-obra escrava, ora indígena, ora africana. Ainda sobre a formação do território brasileiro, vale salientar as palavras de MORAES (2000, p. 26 - 27):

...a constituição do território nacional brasileiro se fez calcada nessa herança espacial colonial. E sobre o território da colônia-conjunto de formas, pelas quais se estruturou um sistema produtivo e uma vida social dos portugueses em terras americanas - que começa a edificação do espaço nacional, após a emancipação política que cria o novo país. A primeira tarefa da nação recém-independente foi exatamente garantir a soberania sobre as diferentes regiões da antiga colônia... A herança colonial, no que importa a dimensão espacial, teve sua influência integral na definição da nova situação...o território colonial foi, assim, o suporte sobre o qual se iniciava a formação territorial do país emergente.

Nesse sentido, a consolidação territorial do país teve como fundamento as bandeiras, na conquista e dominação de espaços, que constituíram reservas de valor, para explorações futuras e, também, a história diplomática brasileira na definição das fronteiras, cabendo citar aqui os tratados de Madrid e Santo Idelfonso. Cabe destacar além disso, que o processo de formação do Brasil o caracterizou em períodos e regiões distintas, no século XVI, XVII e XVIII, com uma estrutura econômico-social diferenciada, marcando a época de instalação, consolidação e exploração portuguesa; ou seja, de apropriação, transformação e construção do espaço, do território.

PENHA (2005), faz uma análise sobre o conceito de território, desde sua gênese nas ciências como a Biologia, passando pela conceitualização de Ratzel. Mas a sua idéia está alicerçada na relação do Estado e o território. Ele coloca, que durante a Idade Média, o vínculo com a terra era estabelecido por grupos, numa relação quase individual ou familiar, mas a partir do surgimento do Estado moderno, esse vínculo passou a tornar-se cada vez mais legitimado ou institucionalizado, especialmente, devido as novas relações sociais, econômicas e políticas que segundo SCHIERA (1986, p. 26) causaram:

...efeitos devastadores sobre os espaços fechados e limitados dos senhorios feudais, fundados sobre uma economia natural exclusivamente agrícola e de troca e sobre a organização social correspondente, estática e integrada, prevalentemente concentrada sobre as relações pessoais do senhor com seus subordinados.

Com o fim da Idade Média, ocorre uma nova organização espacial e social onde há o desaparecimento dos feudos e o surgimento de porções de terras delimitadas e dominadas por determinados grupos que mantêm relações entre si. Para SCHIERA (1986, p. 26):

...do sistema policêntrico e complexo dos senhorios de origem feudal se chega ao Estado territorial concentrado, unitário, através da chamada racionalização da gestão do poder e da própria organização política imposta pela evolução das condições históricas materiais.

Assim, o Estado moderno surge principalmente, na Europa, com muita singularidade e como expressão de um poder que é a representação de uma

homogeneidade populacional/cultural. Ao território, vincula-se um sentimento de nacionalismo, uma identidade.

POGGI (1981), coloca que a partir da fragmentação da superfície terrestre em vários Estados, surgiram os atritos, pois cada um queria garantir ou manter seu domínio, sua soberania. Esses atritos, transformaram-se em questões de limites e fronteiras, mas é para a soberania interna dos países, que o autor chama a atenção, destacando que no século XIX essa idéia de soberania alcançara toda a Europa Ocidental ou seja, cada país com seu território e com plenos poderes político-espaciais sobre ele.

De acordo com PENHA (2005) a questão do território e da soberania reconfigurou-se a partir da Revolução Francesa, ao deslocar a soberania interna do Estado para o povo, vinculando a nação ao território. A partir daí, misturam os interesses políticos e econômicos no trato sobre o território, cujo conceito agora transcende o judiciário. O Estado passa a ser um agente do enriquecimento da burguesia, pelos impostos, moeda, metais e agricultura, caracterizando o território sob uma dimensão econômica, que acaba sendo reforçada com o surgimento e aceleração da industrialização. Nesse contexto, surge pela linha marxista a idéia da apropriação do espaço, como um processo de uso, de trabalho e não apenas de domínio.

Sendo assim, conforme define CALABI; INDOVINA (1992), o território é marcado pela ação do trabalho humano, que transforma a terra agregando capital a ela, o território transmuta-se em meio de produção, através do sistema capitalista.

Nesta perspectiva, ainda, pode-se analisar de acordo com MORAES; COSTA (1984), que o território é constituído pela fixação do trabalho sobre a terra, na sua materialização e complexidade, já o Estado representa a institucionalização política da sociedade e do espaço que ela ocupa. Neste caso, o Estado aparece como uma condição para o surgimento do território.

Nas palavras de SÁ (1986, p. 23), "...o Estado é classicamente definido como coletividade politicamente organizada, estabelecida em território delimitado, e, em contrapartida, o território é entendido como o espaço de jurisdição do Estado."

Com isso, pode-se dizer conforme PENHA (2005) que o território nacional surge na nacionalidade vinculado a um símbolo, uma identidade, uma cultura de um determinado povo e, relacionado a ele está o mapa, que neste caso tem a função equivalente a da bandeira nacional, como uma imagem representando uma unidade,

uma homogeneidade. A nação passa a se identificar com o seu território, fixando no imaginário popular um sentimento de nacionalismo.

Inserida nessa ideologia territorial, a história da humanidade apresentou algumas idéias nesse sentido, como: o território natural, o território prometido e o território vital.

De acordo com PENHA (2005), o território natural surgiu no final do século XVIII, na França. Sua economia era predominantemente agrária, cuja população está voltada para a propriedade da terra, para o campo.

Procura-se, então, uma redivisão da terra e dos limites políticos, definidos pela naturalização das fronteiras. Assim, o território representa a extensão da nação e não mais do rei.

Já o território prometido diz respeito a geopolítica norte-americana. É marcado pela construção histórica do território dos Estados Unidos, numa mescla de imperialismo e teologia, até a sua projeção exterior.

Para os norte-americanos havia uma terra prometida, um refúgio para a opressão, mas para se chegar a sua terra era necessário atravessar um longo caminho pelo mar. Portanto, segundo PENHA (2005), os norte-americanos desde a origem de sua nação estão sempre a procura de uma nova fronteira, esteja ela na superfície terrestre ou no espaço interplanetário.

Com referência ao território vital, PENHA (2005), analisa, que os alemães desenvolveram uma ideologia baseada na preservação de uma comunidade, na unificação, pelo fato de não possuir espaços vazios, nem fronteiras naturais. É baseado nisso também, que Ratzel conduziu suas idéias, na formação de um Estado, construindo posteriormente, a teoria do espaço vital, que segundo MORAES (1990, p. 23), representa “uma relação de equilíbrio entre a população e os recursos, mediada pela capacidade técnica. Seria a porção do planeta necessária para a reprodução de uma dada comunidade”.

Consolidado o novo Estado alemão, era preciso assegurar o seu território e desenvolver políticas expansionistas. A teoria ratzeliana sobre o espaço vital, seria retomada, anos mais tarde, por Haushofer, para ele quando este espaço tornava-se reduzido, cabia aos estadistas expandi-lo e se o mesmo sofresse alguma ameaça exterior, era responsabilidade do poder nacional defendê-lo.

Para PENHA (2005), essa teoria teve suas conseqüências para o mundo, a Europa e especialmente para a Alemanha. Portanto, o que se conclui, é que a

apropriação de um território é o resultado de uma ação política do Estado, e, não de uma intervenção divina.

Este mesmo autor, cita também a formação territorial do Brasil. Aqui, diferente do caso alemão, havia um “espaço sem povo”, a extensão territorial, acabou contribuindo para a fundação de uma nacionalidade, apesar das contradições sociais e raciais. Nesse caso, o povo não teve grande expressão na definição do território, uma vez que, os povos indígenas eram considerados partes da natureza, possíveis de serem explorados pelos colonizadores bem como suas terras. O mesmo procedeu com os escravos africanos, cuja relevância era a sua mão-de-obra barata.

Assim, para MORAES (1988), a identidade nacional do brasileiro está ligada com a extensão territorial, a uma “conotação cartográfica” e não, com o povo que dele faz parte.

Pensar o território, nos leva a considerá-lo de acordo com as relações mantidas pela sociedade, com o meio no qual ela está inserida e, também nas relações entre os homens, no poder exercido pelo homem, principalmente através dos meios e instrumentos de produção e transformação do espaço, já que podemos considerar o território como um espaço de apropriação e de uso por um grupo de pessoas.

A análise, que se deve fazer hoje sobre o território, torna-o não apenas como uma área delimitada por acidentes geográficos; mas, também, articulada de processos sociais, que são o reflexo das intervenções antrópicas na superfície terrestre, criando naturalidades e complexidades de energia, informações e poder. Essa análise, passa pelo resgate histórico e cultural da formação e consolidação de seus territórios, para se compreender a formação atual dos mesmos.

O território é uma mescla de construção política (soberania), econômica (meios de produção), jurídica (legitimidade), ideológica (identidade) e militar (expansão, defesa). Devido a isso, concretizam-se os conflitos entre os agentes sociais, que são excluídos, segregados ou minorias dentro dessa mescla. Assim, esses indivíduos organizados criam forças e são ouvidos pelo Estado através do surgimento de um Movimento Social que, concretiza a luta pelos seus ideais ou pela busca de sua identidade, ou ainda; na busca de uma territorialização. Essa discussão será melhor compreendida e analisada no próximo subitem.

## **2 – O LATIFÚNDIO: DOMÍNIO DA PECUÁRIA EXTENSIVA**

### **2.1 – Histórico da ocupação, colonização e formação da grande propriedade do Estado Gaúcho**

A ocupação do território gaúcho pelos europeus, deu-se no século XVII, por volta de 1626, através dos jesuítas a serviço da Coroa Espanhola. A porção noroeste do Rio Grande do Sul, hoje denominada Missões, foi o local onde os padres jesuítas fundaram os primeiros núcleos estáveis no espaço sul-riograndense, no qual os índios<sup>4</sup> foram os primeiros habitantes. Sobre esse assunto ROCHE (1969, p.28) descreve que os “jesuítas reuniram os índios em reduções onde praticavam a agricultura”, e ainda introduziu os gados bovino e ovino, dando início à atividade pecuária. Dessas reduções surgiram os Sete Povos das Missões<sup>5</sup> que tornaram-se um centro econômico importante, cujas principais atividades eram a produção de erva-mate, a extração de couro e a pecuária.

Dessa forma, a primeira etapa da ocupação do território gaúcho foi realizada pelos padres jesuítas, em favor da coroa espanhola, fazendo dos índios força de trabalho especializada. Isso atraiu o interesse dos Bandeirantes vindos de São Paulo, que buscavam escravos para as empresas e para agricultura lá existente, dizimando, assim, esta sociedade que havia sido estabelecida no território gaúcho (QUEVEDO DOS SANTOS, 1993).

Um século após a ocupação espanhola ocorre a ocupação portuguesa, em que se inicia a constituição da dinâmica socioeconômica do Rio Grande do Sul, a partir do primeiro quarto do século XVIII, com a distribuição de sesmarias, nas áreas de fronteiras com Argentina e Uruguai. Conforme as palavras de MARTINS (1997, p. 13-14), sobre as sesmarias, nos diz que: “...este sistema era desigual e injusto, pois somente as pessoas que fossem brancas, puras de sangue e católicas, poderiam receber a posse de um título de sesmaria. Então, o acesso a terra estava interdito aos hereges, aos gentios, aos negros, aos mouros e aos judeus”.

Esta foi à estratégia adotada pela Coroa Portuguesa, para garantir a posse e defesa das terras localizadas ao sul de sua colônia, constituindo alojamentos de

---

<sup>4</sup> Guaranis, Charruas e Guaianas (FORTES, 1981).

<sup>5</sup> No total, foram 30 povos missioneiros. Destes, sete localizavam-se no Rio Grande do Sul, 13 no Paraguai e 10 na Argentina. Os Sete Povos das Missões foram: São Borja, São Nicolau, São Miguel, São Luiz Gonzaga, São Lourenço, São João Batista e Santo Ângelo. (SEHN e ILHA, 2000)

acampamentos militares e construções de fortes, assim como, a distribuição de sesmarias (com área de até 13.068 ha) a pessoas de prestígio e, ou militares de maior patente, sendo profundamente segregador, raramente atenderam ao caráter social da distribuição das terras (COSTA, 1988).

Desse modo, a Metade Sul foi a primeira a ser ocupada a partir do século XVII, por imigrantes ibéricos e aventureiros paulistas, formando uma estrutura fundiária de grandes propriedades de pecuária extensiva, através de doações de sesmarias, provocando uma pobreza estrutural pela restrição de acesso a terra para a maioria da população, que vagava pelos pampas à busca de uma ocupação (TORRONTÉGUY, 1994).

Muitos autores (BRUM, 1987; COSTA, 1988; PESAVENTO, 1997) vêem na doação de sesmarias e na expansão da pecuária, os marcos na formação da estrutura fundiária gaúcha, como a única forma de viabilizar a ocupação e defesa do território, levando em conta a extensão de terras e escassez de elementos povoadores.

Na metade do mesmo século, com o intuito de ocupar o território, a Coroa Portuguesa envia centenas de famílias açorianas a porção sul do Estado. Estas famílias sofrem dez anos de abandono e penúria, os que sobreviveram receberam propriedades rurais. Estas propriedades, chamadas “datas”, eram de tamanho menor, aproximadamente 900 hectares e se destinavam à agricultura, com o objetivo de diversificar a produção pastoril, principalmente a produção do trigo, para abastecer a Colônia (BRUM, 1987).

Assim, essas duas frentes foram as primeiras a ocuparem a Mesorregião Sul do Rio Grande do Sul, o que delineou a formação sociocultural dessa região, baseada na atividade pecuária em propriedades de grandes extensões territoriais.

Segundo HEIDRICH (2000), a Metade Sul ou Macrorregião Sul ocupa grande parte de sua totalidade, caracterizando-se pela atividade pastoril, concentração fundiária e índice de densidade demográfica pouco significativo. Nas reflexões do autor, trata-se de um espaço caracterizado, principalmente, pela presença de campos nativos, os quais particularizam a paisagem como sendo o Bioma do Pampa Gaúcho. Nele a ocupação humana, aproveitando os recursos do meio ambiente desenvolveu a economia da pecuária de corte, utilizando-se de sistema de produção extensivo e extensivo-intenso.

Os pedidos e concessões de sesmarias, para a formação de estâncias, ocorreram durante o século XIX, fazendo com que as terras antes devolutas ficassem legais, formando a propriedade privada. Os maiores beneficiados eram os tropeiros e os militares reformados, que recebiam terras como gratificação por serviços prestados. As sesmarias eram terras devolutas, medindo três léguas, o equivalente a 1.080 hectares. Porém, existiam estâncias com 30 léguas. A primeira concessão foi feita em 1732 e por volta de 1803 a Campanha gaúcha já estava totalmente repartida entre aproximadamente 500 grandes proprietários. Acrescenta-se a isso a forma não democrática de distribuição das sesmarias. Quem não possuísse propriedade, de acordo com a legislação portuguesa, não poderia receber sesmaria.

Dessa forma, os menos favorecidos não tinham o direito de receber direitos de propriedade, autenticando o predomínio do latifúndio e as fortes barreiras para o acesso a terra. Com isso, a posse de uma sesmaria constituía em poderes econômicos, sociais e políticos. Em torno da grande propriedade haviam as Datas, sendo vários estabelecimentos pequenos, onde reuniam-se os que trabalhavam sob as ordens do grande estancieiro, ou os que necessitavam de sua proteção, ou até mesmo os que tinham medo de sua força (ROCHE, 1969).

A partir da metade do século XIX, a Mesorregião Sul era a região de maior dinamismo da economia do Estado, pois ela articulava-se com a economia do centro do país, através do fornecimento de charque, alimento consumido pelos escravos mineiros do centro-oeste brasileiro e pelas camadas mais pobres das populações urbanas, pois esse artigo não tinha prestígio nas classes mais abastadas, que podiam consumir carne fresca a um preço mais elevado. (BRUM, 1987)

Sobre o charque no Rio Grande do Sul, ALONSO e BANDEIRA, (1990, p.71) nos dizem que:

Viabilizou economicamente a efetiva ocupação do território gaúcho e ajudou a construir a prosperidade em Pelotas, núcleo onde se encontrava o maior número de charqueadas, e de Rio Grande, porto através do qual o produto era exportado, que eram os principais centros urbanos da região Sul.

Nesse sentido, BRUM (1987, p. 25) complementa dizendo que:

A sociedade constituída pela pecuária e pelo charque na Mesorregião Sul caracterizava-se pela concentração da propriedade e da renda, existindo

um reduzido número de assalariados, já que a pecuária não exigia grande contingente de mão-de-obra. Assim, a grande propriedade concentrada na posse de poucos proprietários e a forma como se organizou o trabalho gerou duas classes bem distintas e fortemente hierarquizadas: a dos estancieiros (proprietários) e a dos peões (dependentes). Alguns milhares de grandes proprietários eram donos de terras e utilizava nas estâncias de criação o trabalho dos peões, além de escravos para os serviços domésticos, no trabalho pesado das charqueadas predominava o braço escravo.

Ao abordar a ocupação nas áreas de fronteira do Rio Grande do Sul, conforme as palavras de PRADO JÚNIOR (1985, p. 96-97) expõem que:

No início do século XIX, estabelecem-se as primeiras estâncias regulares, sobretudo na fronteira, onde mercê das guerras se concentra a população constituída a princípio quase exclusivamente de militares e guerrilheiros. Distribuem-se aí propriedades a granel: queria-se consolidar a posse portuguesa, garantida até então unicamente pelas armas. O abuso não tardou, e apesar da limitação legal das concessões (3 léguas, equivalentes a 108 km<sup>2</sup>, para cada concessionário), formam-se propriedades monstruosas.

A apropriação militar da terra, como se assistiu, foi acompanhado da expansão econômica da pecuária sulina, oportunizando o enriquecimento de sua camada senhorial, ou seja, o fortalecimento dos pecuaristas tendeu a se expressar também no plano político-administrativo (PESAVENTO, 1997).

Desse modo, o estabelecimento das primeiras propriedades instaladas no território gaúcho foram realizadas de formas desiguais, privilegiando poucas pessoas, geralmente militares e tropeiros, além dessas propriedades terem uma área muito grande, associadas à atividade pecuarista, estes fatores vieram a ocasionar uma pequena densidade demográfica na região sul do Rio Grande do Sul, formando “lacunas” entre uma cidade e outra.

Conforme Jean Roche (1969), expõem em sua obra, a doação de sesmarias no Brasil cessou a partir do Decreto Lei de 1822, outorgado pelo então Príncipe Regente Dom João VI, assim, levando a intensificação da posse e a aglutinação desordenada das terras por particulares, paralelamente aos objetivos de povoamento e de defesa do território, pois somente no ano de 1850, ou seja, após 28 anos é que foi regulamentada uma nova lei para a terra, a Lei 601/1850, essa, conhecida como Lei de Terras.

Com isso, surgiu a necessidade de adequarem-se as províncias à reorganização geral da economia brasileira, que se conduzia pelas novas diretrizes

do capitalismo internacional. E para atender a este princípio econômico, ocorreu a política imigratória cujos objetivos básicos eram os de criar o trabalho livre nas áreas de produção para a exportação e de um mercado interno consumidor, além de contribuir com o povoamento estratégico de regiões periféricas.

Com base em uma nova política imigratória, fundada nas linhas do capitalismo internacional, o Rio Grande do Sul em 1824<sup>6</sup>, recebe a primeira leva de imigrantes alemães (total de 38 indivíduos), no município de São Leopoldo. Cada família recebeu um lote de 77 hectares como livre propriedade, isenção de qualquer tipo de imposto ou prestação de serviço pelo prazo de dez anos. A partir de 1851, estes lotes diminuíram de 77 para 48,4 hectares e, em 1889, para 25 hectares, esta unidade era chamada de “lote colonial” (ROCHE, 1969).

Estes imigrantes provenientes da Alemanha vieram de seu país, onde viviam numa situação de tensão social, com o intuito de povoar áreas antes desabitadas (colônias) e que produzissem gêneros alimentícios necessários para o consumo interno do Brasil. O primeiro fluxo de imigrantes deu em 1824, o segundo em 1845, em todo o século XIX foram criadas 142 colônias no Rio Grande do Sul, principalmente no Vale dos Sinos. (QUEVEDOS DOS SANTOS e TAMANGUEVIS, 1990)

A outra fase de colonização do território gaúcho, veio com os imigrantes italianos no final do século XIX, 1875, no qual tem início a última etapa de povoamento do Rio Grande do Sul, onde estes imigrantes: “Vão se localizar nas terras devolutas do Império, situadas na encosta superior do Planalto. A vinda dos imigrantes está ligada ao processo de substituição da mão-de-obra e a política de imigração e colonização do Governo Imperial”. (GIRON, 1980, p.47)

GIRON (1980, p. 51-52) explica, que os processos de emigração da Itália ocorreram devidos aos “excessos populacionais, esgotamento de terras, as crises agrícolas, a política fiscal, o desflorestamento, a política comercial”.

Os imigrantes italianos até o início do século XX, já chegavam a aproximadamente oitenta e quatro mil colonos (84.000), esses se concentraram em pequenas propriedades nas áreas do Planalto, porções norte e nordeste do Estado. Assim, colonizava-se para ocupar vazios demográficos, para firmar a ocupação de terrenos. Coloniza-se para abrir e proteger a navegação de rios, defender fronteiras,

---

<sup>6</sup> De 1824 a 1830, chegaram ao Rio Grande do Sul cerca de cinco mil (5000) imigrantes alemães.

aumentar a produção de gêneros alimentícios, que eram ínfimos e finalmente até para dirigir a atividade de certas classes. A colonização assim encarada compreende diversas formas e aproveita diversos elementos (AZEVEDO, 1975).

A ocupação do Estado do Rio Grande do Sul dividiu-se em duas etapas, a primeira ocorrida na Mesorregião Sul, caracterizando-se pela grande propriedade, distribuição de renda mais concentrada, pecuária e baixa densidade demográfica, resultando em núcleos urbanos mais distantes uns dos outros, no qual o município de Júlio de Castilhos está inserido. A outra etapa de ocupação foi realizada na Mesorregião Nordeste e Norte, caracterizando-se pela pequena propriedade, produção diversificada (policultura), distribuição de renda menos concentrada e densidade demográfica mais elevada, resultando em uma proximidade dos municípios.

Na Macrorregião Sul, a formação de propriedades com grandes extensões de terra e a origem luso-brasileira dos primeiros habitantes foi condicionante, já na Macrorregião Norte, o processo de ocupação se deu através de pequenas áreas coloniais, constituídas basicamente por colonizadores imigrantes alemães e italianos. (ROCHA, 1999).

Costa (1988), ressalta que os maiores municípios em extensão territorial, também são os mais antigos do Estado e que suas emancipações ocorreram até o final do séc. XIX. Associando densidade demográfica e estrutura fundiária, evidenciam-se contrastes muito nítidos. Na Macrorregião Sul, com grandes e poucos municípios, contrapondo-se, a Macrorregião Norte, que apresenta uma malha municipal repleta de pequenas unidades territoriais a partir do norte de Porto Alegre e por todo o centro-norte do Estado.

## 2.2 – O Território da Pecuária Castilhense: Manutenção e Dinâmica

A palavra que melhor descreve esta seção é o vocábulo “Herança”; refiro-me ao sentido literal da palavra; a herança fundiária, a herança cultural, a herança ideológica e patriarcal. Assim, o território da pecuária Castilhense se concretiza na fusão dessas heranças. Como visto na seção anterior, a questão fundiária na macrorregião sul do Rio Grande do Sul provém das Sesmarias e, as grandes propriedades de Júlio de Castilhos seguem essa premissa.

De acordo com o Cadastro de Imóveis Rurais<sup>7</sup> em janeiro de 2007, haviam 38 propriedades com mais de 1000 hectares em Júlio de Castilhos, correspondendo a 59.900 hectares, ou ainda, 32,04% das áreas rurais. Em soma a isso, é relevante salientar, que 13 propriedades possuem mais de 2000 hectares, ou seja, 15,99% da área rural do Município.

A herança fundiária, somada a herança cultural e a herança ideológica, forma o estereótipo do Gaúcho, do homem do campo, que cultua suas tradições e defende o seu bem maior, o seu território, a sua Estância, como é denominada a propriedade. Segundo as palavras do ENTREVISTADO 1, referindo-se a sua propriedade de 2264 hectares, ele diz que: “A minha Fazenda é um lugar sagrado, sou da 6ª geração, ela foi do meu tataravô e será dos meus filhos, não vendo e não entrego nenhum palmo de terra pra ninguém e se puder compro mais.”

Mas é importante ressaltar que, alguns poucos desses patriarcas são indivíduos tradicionais, que nem sempre acompanham as inovações tecnológicas, muitas vezes ficando retrógrado a modernização e ao melhoramento genético de seu rebanho, praticam a pecuária extensiva; outros, procuram agilizar o ciclo produtivo com a prática da bovinocultura e outros; agregam valor ao seu rebanho com plantel de qualidade genética através de suas Cabanhas.

### 2.2.1 – A Pecuária Extensiva

As propriedades pecuaristas extensivas, embasadas nas Categorias de Análise do Espaço Geográfico, proposta por Milton Santos<sup>8</sup>, pode-se dizer que; permanecem as mesmas por gerações, com uma casa grande de paredes muito grossas e altas, esporadicamente reformada e pintada, algumas com mangueiras e cercas, ainda de

---

<sup>7</sup> A estratificação da relação de certificados de cadastros de imóveis rurais em Júlio de Castilhos, encontra-se no Anexo D

<sup>8</sup> SANTOS, M. **Espaço & Método**. 3. ed. São Paulo: Nobel, 1992. p. 49 – 59.

pedra (Herança Escravocrata), outras um pouco mais modernas, feitas de madeira nobre e cercas de arame. (Fotografias 1, 2 e 3)

A atividade se perpetua a mesma de séculos atrás, ou seja, a atividade da pecuária extensiva em campo nativo do pampa. A organização estrutural ainda é centenária, onde o patriarca dita as ordens para o capataz, que são repassadas fielmente e cumpridas pelos peões. O tempo parece não haver, pois as transformações são ínfimas, quase não sentidas ou não percebidas.

O planejamento das atividades anuais e a organização do trabalho na pecuária extensiva é simples, segundo o ENTREVISTADO 2, proprietário de 3600 hectares, fala que consiste em duas etapas. “A primeira é no inverno quando fazem a contagem dos animais, marcação de todos os bovinos ainda não marcados e castração dos terneiros machos. A segunda etapa é arrebanhar os animais com mais de dois anos e comercializar nos frigoríficos.”

Conforme o ENTREVISTADO 2, a marcação e castração é feita no inverno, pois o risco do animal sofrer com os parasitas nos locais onde foram molestados é menor, pois no inverno não há moscas, sendo que a assistência médica ao rebanho é feita pelos próprios peões, que percorrem os campos, diariamente, com seus cavalos. E, a segunda etapa ocorre no final do verão, início do outono, quando os animais estão com o máximo de peso, devido a pastagem nativa no verão ser melhor que a do inverno, assim a comercialização é feita em grande parte com frigoríficos e a forma de pagamento é sempre à vista, pois muitos pecuaristas exigem em dinheiro vivo, ou seja, em espécie.

É importante ressaltar, que todo esse manejo da pecuária extensiva oculta e mascara um grave problema social, o Latifúndio. O ENTREVISTADO 3, Médico Veterinário em Júlio de Castilhos, conhecedor desse problema, alerta dizendo que: “Para a produção da pecuária extensiva em campo nativo é recomendado colocar 475 Kg de boi vivo por hectare sem prejudicar o campo, mas essa prática nem sempre é respeitada, pois existem propriedades que não chegam a 50 Kg de boi vivo por hectare.” E ele enfatiza sorrindo; “Tem terra sobrando para pouco gado.”

Segundo o relato do ENTREVISTADO 3, isso demonstra que muitas propriedades rurais não estão cumprindo com sua função social, deixando de aumentar a produção, mas conservando e concentrando a terra na mão de poucas famílias.



Fotografia 1 – Sede da Fazenda Cerrito. Casa construída em 1911.  
Fonte: Trabalho de campo realizado nos meses de Agosto/Setembro de 2007.



Fotografia 2 – Mangueira e brete de madeira de lei na Fazenda do Coqueiro.  
Fonte: Trabalho de campo realizado nos meses de Agosto/Setembro de 2007.



Fotografia 3 – Cerca de pedra na Fazenda da Caneleira  
Fonte: Trabalho de campo realizado nos meses de Agosto/Setembro de 2007.

O ENTREVISTADO 2, quando questionado sobre a possibilidade de arrendar suas terras, respondeu de forma incisiva e áspera. “Arrendar pra quem? Pra esses gringo planta soja e arranca os mato? Pra essa gente assusta meu gado com aquele maquinário? Não arrendo!”

Após longos segundos de silêncio total, uma nova pergunta. Questionado sobre a possibilidade de vender a propriedade, ou se já recebeu proposta de compra. A resposta foi mais áspera que a anterior, respondendo: “Eles que não se atrevam! Eles sabem com quem eles tão lidando. Eu toco chumbo nessa gente. Não vendo.”

Quando o entrevistado se refere aos “gringo”, está se referindo aos sojicultores, que na grande maioria são descendentes italianos e, quando fala em “arranca os mato”, ele se refere aos desmatamentos feitos em bosques e matas de galeria em prol da expansão das lavouras. Na pecuária extensiva, os bosques conhecidos como capões e as matas de galeria são muito importante para proteger os bovinos, pois no inverno é abrigo das madrugadas frias e das geadas e, no verão abriga os animais do sol do meio-dia.

Quando o ENTREVISTADO 2 se refere a “essa gente” está falando dos fiscais do INCRA, pois essa propriedade já foi alvo de quatro ocupações, promovidas pelo MST nos últimos anos.

Segundo relato do ENTREVISTADO 2, nessas quatro invasões a essa Fazenda, na última houve resistência pelos proprietários e conflito armado, onde foram contratados e pagos capangas, que na sua grande maioria eram Policias Militares e Civis de Júlio de Castilhos e cidades vizinhas. Esses homens estavam fora da escala de serviço, sendo que todos estavam mascarados com toucas pretas.

Conforme as palavras do proprietário:

Foi numa manhã bem cedo. Aquela gente veio cercando pelo mato, lá por trás, vinham com foice e facão outros de mão limpa, mas nós já sabíamos que eles iam vim por lá. Mulheres e crianças arrebetaram a porteira, todos com facão na mão e gritando. Nós estávamos aqui na sede e vimos toda a movimentação deles. Estávamos bem armados e já sabíamos a estratégia deles. Eles eram brabos. (Risos)

Pergunto quantos pessoas haviam para defender a propriedade naquele momento e como se desenrolou os fatos. O entrevistado diz:

Nós éramos em uns 15 homens, todos com espingarda e revólveres, alguns tinham pistolas, tinha um rifle, as mulheres da casa ficaram no quarto. Eles continuaram avançando, foi quando um grupo deles teve a infeliz idéia de jogar foguete e rojão em nossa direção para nos assustar. Foi uma coisa muito feia. (Risos) Aí o chumbo comeu! (Risos) Nós não atiramos pra matar, foi só pra assustar. Atiramos acima da cabeça. (Risos) Foi uma correria, uma gritaria. Nunca vi tanta gente extraviada nesses campos aí de baixo.

Pergunto o que aconteceu após e se alguém havia morrido. O entrevistado diz:

Daqui até a cidade da uns 10 quilômetros, a polícia demorou pra vim e nós continuamos atirando, se não eles podiam voltar, mas eles sumiram. Ninguém morreu, eu não deixei atira pra mata se não eu ia me incomoda com essa justiça porca.

Ao passar três dias, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra ocupa outra área dessa propriedade, um local longe da sede da Fazenda, mas ainda dentro da propriedade e próximo a uma estrada e a um rio. Isso deveu-se ao medo de nova represália, ao medo de uma nova investida armada, por parte dos proprietários contra essas famílias de acampados.

Passados 23 dias após a ocupação, a família proprietária conseguiu através de um mandato judicial a reintegração de posse.

Devido a essa luta ter acontecido no ano de 2002, ficou impossível saber quais as pessoas e famílias, que participaram da ocupação desse episódio, para ter maiores detalhes, talvez essas pessoas já estejam assentadas ou na pior das hipóteses, continuam em baixo de lonas pretas na luta pela tão almejada terra.

Após a segunda entrevista, ficou explícito que os detentores do poder, geralmente, pertencem à classe rica, exploram as classes inferiores, manipulando e explorando os miseráveis. Portanto, os processos de exploração sempre possuíram dois lados, os dominantes e os dominados, nesse episódio; os latifundiários e os sem terra.

### 2.2.2 – A Pecuária Intensiva

A pecuária intensiva no município de Júlio de Castilhos teve sua origem com a chegada da raça bovina denominada, Charolês. Com isso, instalou-se a primeira Cabanha<sup>9</sup> no Rio Grande do Sul, voltada para essa raça. Dessa forma, será compreendida nos subitens que seguem nessa seção, o que é bovinocultura, a história do Charolês no Estado gaúcho e uma análise de como essa prática está se desenvolvendo em Júlio de Castilhos.

#### 2.2.2.1 – Bovinocultura

Com a Modernização da Agricultura, que será melhor analisada e discutida no próximo capítulo, a partir dos anos 60/70, proporcionou uma capitalização a mais aos pecuaristas, que detinham naquele momento a totalidade da terra, ou seja, ceder suas terras para o cultivo da soja através do arrendamento. Assim, há uma transformação na configuração tradicional da pecuária, onde o pecuarista continua proprietário da terra, mas adaptando a sua produção (rebanho bovino) com o mercado da soja.

A luta pelo território rural que acontece na pecuária extensiva, não acontece na bovinocultura. Deve-se isso, ao motivo de que na bovinocultura a terra está sempre sendo trabalhada, ora com soja, ora com pecuária, ou seja, uma rotatividade, uma

---

<sup>9</sup> Palavra derivada do vocábulo hispânico “Cabaña”. Diz-se de estabelecimento rural especializado em pecuária intensiva; estabelecimento especializado em uma única raça; estabelecimento com grande potencial genético em determinada raça.

dinâmica mais intensa e percebida, uma propriedade rural com dois estabelecimentos.

Essa adaptação, de acordo com o relato do ENTREVISTADO 3, concretiza-se da seguinte maneira:

O pecuarista, proprietário da terra faz um contrato de arrendamento com seu arrendatário geralmente no mês de agosto, vende todo seu rebanho até o dia 30 de setembro, logo após entrega a terra. O arrendatário por sua vez, planta a soja em outubro e colhe em Abril. Na medida em que a colheitadeira vai ceifando, o trator vem com uma plantadeira logo atrás fazendo o plantio direto da aveia ou do azevém. Até o dia 30 de abril a terra tem que ser devolvida ao dono com uma pastagem de inverno plantada (aveia ou azevém) e mais 5 sacos de soja por hectare em média, depende do contrato.

Dessa forma, o ENTREVISTADO 4, proprietário de 430 hectares relata:

Recebi essas terras de herança de papai, sou dentista e não tenho tempo para me dedicar ao campo. Encontrei na Bovinocultura uma ótima alternativa para não me desfazer desta terra.

Com isso, o proprietário rural compra bois já castrados com idade entre 12 meses e 18 meses das fazendas, que trabalham com a pecuária extensiva ou em assentamentos rurais, colocando-os nas suas pastagens de inverno (Aveia ou Azevém), já plantadas pelos sojicultores. Assim, o lucro é duplo, pois recebem o valor do arrendamento em abril e o valor da venda do boi gordo em setembro, não precisando abandonar suas atividades urbanas.

#### 2.2.2.2 – História do Gado Charolês no Rio Grande do Sul<sup>10</sup>

Na cidade de Pelotas/RS, no ano de 1885 chegaram àquela cidade dois reprodutores da raça Charolês, importados da França pelo Governo Imperial.

Os dois reprodutores foram confiados a dois estancieiros de renome na época: Eliodoro de Azevedo e Souza e, Mâncio de Oliveira. Segundo a ABCC, da continuidade daquelas criações não se têm registros.

Atribui-se a importação do Governo Imperial à influência do médico veterinário Mr. Claude Rebougeon. Este técnico francês foi contratado pelo Governo do Império,

---

<sup>10</sup> Sobre esse assunto, saiba mais na Associação Brasileira de Criadores de Charolês (ABCC), através do Site <[www.abcc.com.br](http://www.abcc.com.br)>

para estudar a localização de uma escola de Agronomia e Veterinária no Rio Grande do Sul.

Na época, Pelotas concentrava todos os estabelecimentos industrializados de carne no Estado: as charqueadas. Por este motivo, a região foi escolhida. Não há dúvidas quanto à influência do veterinário francês na importação. Contam os antigos estancieiros da região, que o gado branco ou barroso era denominado de "gado Rebourgeon".

No fim do século passado e nos primeiros anos do decorrente, a Sociedade Agrícola e Pastoril, em Pelotas, editava uma revista que tratava de assuntos agropastoris. Muitas vezes, a revista publicava artigos assinados por "Gé de Figueiredo", ou simplesmente "Gé", que além de assuntos gerais referentes à pecuária, costumava fazer referências elogiosas aos cruzamentos com o Charolês, quando na época, os cruzamentos eram praticados com raças britânicas Hereford e Durham.

"Gé de Figueiredo" era o pseudônimo usado por João de Souza Mascarenhas, jovem apaixonado pelos problemas da pecuária, paixão que conservou durante toda vida.

Alguns estancieiros se interessavam pelos comentários de "Gé", pedindo-lhe endereços de criadores de Charolês. A estes era fornecido o endereço de Anibal José de Souza, brasileiro radicado no Uruguai, com criação há tanto tempo que já produzia touros puros por cruza<sup>11</sup>, no fim do século XIX.

Em 1901, "Don" Aníbal enviou a seu sobrinho, João de Souza Mascarenhas, cinco exemplares da raça, todos puros por cruza, sendo quatro novilhas e um tourinho.

Na época, João Mascarenhas não era criador, mas comerciante de gado na Estância Capão Alto, no município de Bagé. Por isto, doou os cinco animais ao seu irmão, Cypriano de Souza Mascarenhas, estancieiro do município de Júlio de Castilhos. Ele estava procedendo cruzamentos do gado comum - "crioulo" ou "franqueiro" - com touros Hereford e Durham, importados do Uruguai. Usou o tourinho Charolês em vacas crioulas. Os produtos obtidos desta cruza apresentavam-se muito mais desenvolvidos do que os obtidos com a cruza das raças inglesas. Em vista do bom resultado obtido com este cruzamento

---

<sup>11</sup> Progenitores com descendência direta de bovinos franceses sem haver cruza com outras raças.

experimental, Cypriano encomendou a seu tio Don Aníbal dez touros puros por cruza. A importação ocorreu no ano de 1904, considerada a data da primeira importação de Charolês para o Estado do Rio Grande do Sul. No ano de 1906, Cypriano adquiriu da mesma procedência cinqüenta touros.

Em 1910, tendo resolvido utilizar somente reprodutores Charolês em sua estância, encomendou os cinqüenta reprodutores. Neste ano, Don Anibal não criava mais Charolês no Uruguai.

A propaganda das raças inglesas, promovida no Uruguai pelos frigoríficos, todos de firmas britânicas, desestimulava a utilização de outras raças. Naquela época, buscavam-se bovinos, que produzissem carne com grande cobertura de gordura, que era exigência do mercado consumidor europeu. Esta característica a raça Charolês não possuía e não possui. Em vista disto, Cypriano de Souza Mascarenhas viu-se na contingência de ir buscar reprodutores no país de origem da raça. Para tanto, no ano de 1911, importou da França dois tourinhos. Foi a primeira importação de Charolês, promovida por um particular vindo direto da origem, ou seja, vindo da França. No ano de 1913, mais dois tourinhos foram importados pelo mesmo criador, da mesma procedência.

Com o advento da Primeira Grande Guerra, as importações tornaram-se impraticáveis. Dois anos após o termino da 1ª Guerra Mundial, em 1920, Cypriano reiniciou as importações, sempre com dois reprodutores.

No ano de 1927 foram importadas da França duas novilhas, o que possibilitou a abertura do *Herd Book*<sup>12</sup> da raça no Brasil. Atualmente, no Brasil, o *Herd Book* Charolês já ultrapassou o número de 250.000 em seus registros.

#### 2.2.2.3 – Cabanhas e Haras: Estabelecimentos da pecuária intensiva.

Atualmente, no município de Júlio de Castilhos, há dois estabelecimentos voltados para a pecuária intensiva de Charolês, sendo elas; a Cabanha Bom Retiro com fundação em 1920 e a Cabanha Santa Maria do Pinhal fundada no ano de 1976. Também há outro estabelecimento, só que este é voltado para a pecuária intensiva de cavalos crioulos; o Haras e Centro de Treinamento Água Funda, com 26 anos de atividade, ou seja, fundado em 1981. (Mapa 2)

---

<sup>12</sup> A tradução literal é "Livro do Rebanho". Diz-se de livro de registro da raça com reconhecimento internacional. O controle desses registros estão de posse da Associação Brasileira de Criadores de Charolês (ABCC). Site <[www.abcc.com.br](http://www.abcc.com.br)>

Os três estabelecimentos pertencem a três grandes propriedades rurais que, além de praticarem Cabanhas e Haras, utilizam suas terras para o cultivo da soja e a bovinocultura, sendo suas dimensões; a Bom Retiro com 1950 hectares, a Santa Maria do Pinhal com 1218 hectares e, a Água Funda com 600 hectares.

Seguindo a mesma metodologia de análise utilizada na pecuária extensiva e, sobretudo, não tendo a finalidade de compará-las, mas sim descrevê-las pela mesma ótica, esta seção também é embasada nas Categorias de Análise do Espaço Geográfico proposta por Milton Santos<sup>13</sup>.

Pode-se dizer que; as edificações e estruturas são modernas, com casas novas e confortáveis, tendo em seu interior toda a sofisticação que o capital pode proporcionar. (Fotografia 4)

As instalações dos criatórios tanto para os Charolês, quanto para os cavalos Crioulos são excepcionais, tudo muito limpo, calmo e arejado para os animais não ficarem estressados. Trata-se de animais com a mais pura qualidade genética, campeões em feiras agropecuárias nacionais e internacionais, ou com potencial para isso; com valores cotados em Dólares. (Fotografias 5, 6 e 7)

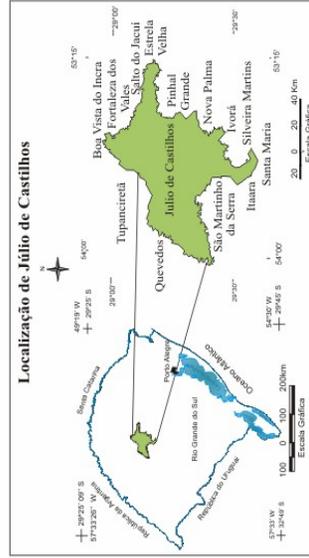
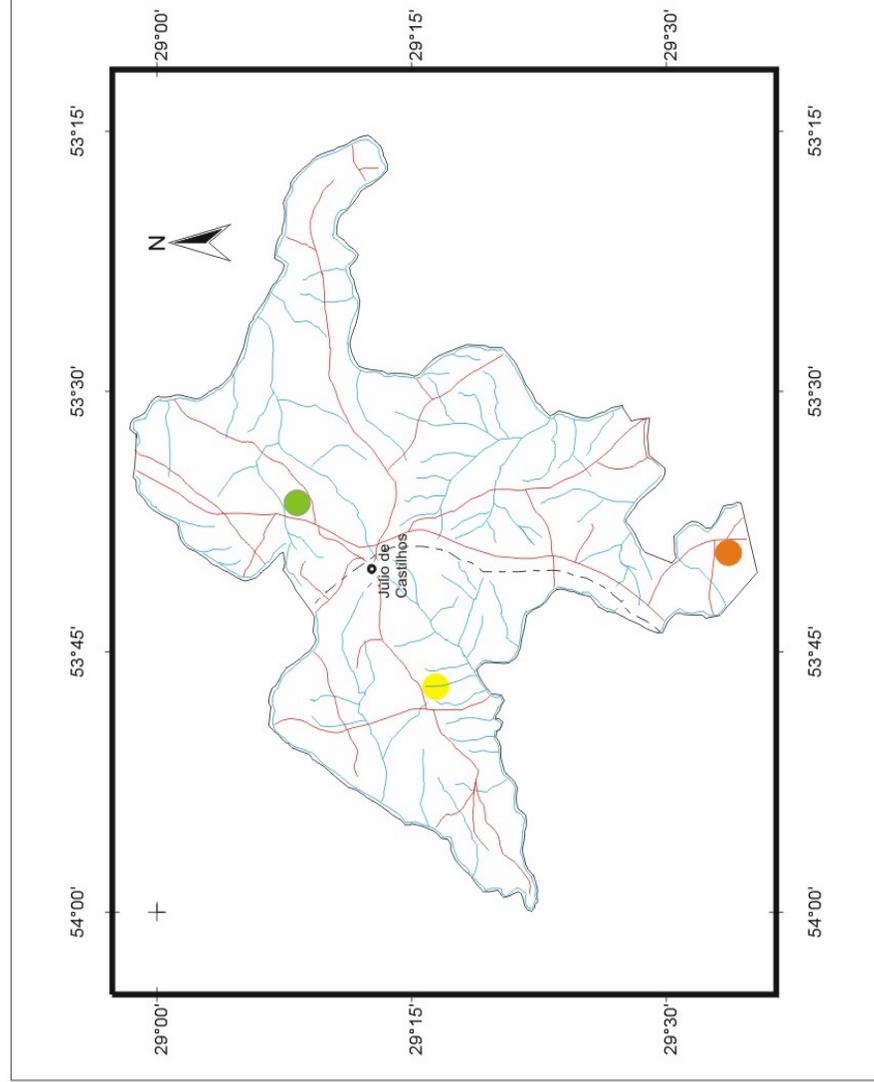
A função das três propriedades se iguala nas formas de estabelecimento, pois todas elas contém as mesmas características. As três propriedades desenvolvem a sojicultura consorciada com a bovinocultura, mas, o que as diferenciam de outras propriedades castilhenses e lhes dá destaque, sem dúvida, é a capacidade e o potencial em desenvolver uma pecuária intensiva de excepcional qualidade genética através de suas cabanhas e haras.

Os três estabelecimentos trabalham de forma empresarial, onde o proprietário investe grandes somas de dinheiro em mão-de-obra especializada, insumos e tecnologia genética no plantel e, por sua vez, ocorre uma alta capitalização no seu produto final.

---

<sup>13</sup> SANTOS, M. **Espaço & Método**. 3. ed. São Paulo: Nobel, 1992. p. 49 – 59.

# Estabelecimentos de Pecuária Intensiva em Júlio de Castilhos/RS



**Convenções cartográficas**

**Zonal**  
 Haras  
 Centro de Tratamento Água Funda  
 Cabanha Santa Maria do Pinhal  
 Cabanha Bom Retiro

**Linear**  
 Rede de Drenagem  
 Limite Municipal  
 Rodovia Principal  
 Rodovia Secundária  
 Ferrovia

**Base cartográfica utilizada**

**Malha Digital**  
 Municípios 2001 IBGE

**Mapa Político**  
 Município de Júlio de Castilhos 2005

**Cartas Topográficas DSG/RS**  
 Escala: 1:50.000  
 Val de Serra - SH22-V-C-14  
 Júlio de Castilhos - SH22-V-C-14

**Sistema de coordenadas**

Projeção Universal Transversa de Mercator - UTM  
 Datum Vertical: Marégrafo de Torres-RS  
 Datum Horizontal: Corrego Alegre-MG  
 Origem da Quilometragem UTM: Equador e Meridiano 57° W, GR.  
 Acessões: as constantes 10.000Km e 500Km, respectivamente.

Escala gráfica  
 0 20 40 Km

Edição Final: 09/2007

Elaboração: Vinicius Silva Moreira    Orientação: Prof. Dr. Cesar de David

Mapa 2 – Mapa de localização dos estabelecimentos de pecuária intensiva no Município de Júlio de Castilhos/RS



Fotografia 4 – Casa do proprietário na Cabanha Santa Maria do Pinhal  
Fonte: Trabalho de campo realizado nos meses de Agosto/Setembro de 2007.



Fotografia 5 – Vaca Charolês com filhotes em confinamento na Cabanha Bom Retido  
Fonte: Trabalho de campo realizado nos meses de Agosto/Setembro de 2007.



Fotografia 6 – Reprodutor Charolês na pastagem de aveia - Cabanha Santa Maria do Pinhal.  
Fonte: Trabalho de campo realizado nos meses de Agosto/Setembro de 2007.



Fotografia 7 – Cavalo Crioulo no Haras e Centro de Treinamento Água Funda  
Fonte: Trabalho de campo realizado nos meses de Agosto/Setembro de 2007.

O Haras e Centro de Treinamento Água Funda investe também em seus seis funcionários, que trabalham semanalmente oito horas diárias em um dos três turnos, com uma escala de plantão nos finais de semana e feriados. Esses funcionários, além de receber devidamente todos os seus direitos trabalhistas, contam com moradia na propriedade, alimentação e mais plano de saúde familiar gratuita.

Dessa forma, há uma grande exigência do proprietário com seus funcionários, no tratamento que é elitizado para os seus cavalos crioulos, pois os estábulos são individuais e climatizados, onde recebem acompanhamento médico veterinário diário e a visita de um zootecnista semanalmente para fazer o balanceamento alimentar. Conforme o relato do ENTREVISTADO 5, ele diz que:

O meu investimento é alto, chega a cerca de 1000 Reais por mês por cavalo, mas já vendi um cavalo para um empresário em São Paulo no ano passado por 87000 Dólares. O investimento é alto e arriscado, pois se um cavalo desses morre o prejuízo é enorme.

Ainda o ENTREVISTADO 5 comentando da aceitação do cavalo crioulo no mercado nacional:

O cavalo crioulo destacou-se nacionalmente com a minissérie da TV Globo (A Casa das Sete Mulheres). O Cavalo do Thiago Lacerda (Garibalde) era daqui, vendi para Globo. É um cavalo forte e resistente para a lida do campo, coisa que o gaúcho do pampa já sabia e agora o Brasil ta descobrindo.

O tratamento dado aos animais é intensivo, como pode ser visto nas fotografias 8, 9 e 10.

Apesar dos animais necessitarem de silêncio e tranqüilidade, a dinâmica é frenética nas instalações, desde o reparo das instalações até a construção e ampliação do estabelecimento. São animais novos que nascem, são animais mais velhos comercializados que saem, ora tem visitas e fluxo de futuros compradores, ora calma.

Assim, a pecuária intensiva no município de Júlio de Castilhos está configurada e reconhecida através de seu plantel premiado em diversas feiras agropecuárias.



Fotografia 8 – Após o banho o cavalo recebe escovação em sua pelagem.  
Fonte: Trabalho de campo realizado nos meses de Agosto/Setembro de 2007.



Fotografia 9 – O funcionário dando uma dose de vermífugo oral ao cavalo  
Fonte: Trabalho de campo realizado nos meses de Agosto/Setembro de 2007.



Fotografia 10 – O cavalo da raça crioulo no estábulo individual comendo ração com cenouras.  
Fonte: Trabalho de campo realizado nos meses de Agosto/Setembro de 2007.

### 2.3 – A Pecuária Castilhense em números

O rebanho bovino tem maior destaque na pecuária de Júlio de Castilhos. No entanto, é expressiva também a participação do rebanho de ovinos, suínos e eqüinos, porém estes rebanhos de criatórios são deixado em segundo plano pelos pecuaristas, salvo os eqüinos criados no Haras Água Funda, como já visto anteriormente. Assim, podemos observar quantitativamente os dados coletados da pecuária através da tabela que segue. (Tabela 01) Dessa forma, segue-se uma análise individual das culturas mais relevantes dentro da pecuária de Júlio de Castilhos, vindo na ordem, bovinocultura, ovinocultura, suinocultura e eqüinocultura.

Na década de 1970 a bovinocultura, no município em estudo, era de 163.471 cabeças, dez anos mais tarde, na década de 1980, houve um crescimento no rebanho, de 2.780 cabeças, totalizando 166.251 cabeças. Destaca-se que mesmo com a falta de incentivo governamental voltado para o setor pecuário, e, um certo abandono dos pecuaristas, em benefício dos financiamentos voltados para a agricultura empresarial, que visa a produção da soja, a criação de bovinos

continuava em leve ascensão até a década de 1990, onde alcançou a marca de 168.944 cabeças.

<b>ANOS</b>	<b>Bovinos</b>	<b>Ovinos</b>	<b>Suínos</b>	<b>Eqüinos</b>
<b>1970</b>	163.471	76.765	18.827	6.230
<b>1980</b>	166.251	64.987	20.483	5.186
<b>1990</b>	168.944	60.905	17.200	6.850
<b>2000</b>	125.334	34.273	7.254	6.543
<b>2007</b>	66.379	13.068	5.656	1.822

Tabela 01: Número de cabeças da Pecuária em Júlio de Castilhos – RS.  
 Fonte: Censos Agropecuários; FIBGE de 1970, 1980, 1990, 2000 e 2007.  
 Organização: MOREIRA, V.S.

Em 2000 o criatório bovino era formado de 125.334 cabeças. Ocorrendo um declínio de 47.185 cabeças bovinas em apenas dez anos. Atualmente, a bovinocultura conta com 66.379 cabeças, assim um abrupto declínio de 58.955 cabeças em menos de sete anos. (Gráfico 1)

Com a introdução da mecanização da lavoura e de políticas agrícolas intensificou-se, nas últimas décadas, a agroexportação de grãos, tendo como consequência a redução dos criatórios no município, pois da necessidade e expansão da lavoura empresarial, imposta pelo padrão agroexportador vigente, foi mister recorrer às terras da pecuária, as quais se constituem em frente de expansão para a agricultura no estado gaúcho.

No entanto, com a queda da bovinocultura e aumento significativo da agricultura de soja e do milho no verão, e do trigo, aveia e azevém no inverno, a prática da pecuária de bovinos ainda é muito relevante no município, devido ao seu plantel ser de boa qualidade genética e premiado em várias feiras agropecuárias.

A criação de ovinos também teve declínio significativo nas últimas décadas, sendo que, na década de 1970 o município contava com 76.765 cabeças, dez anos após, na década de 1980, possuía 64.987 cabeças percebendo-se, assim, uma redução de 11.778 cabeças de ovinos do rebanho Castilhense. (Fotografia 11) Na década de 90, o Município teve outro pequeno declínio da produção ovina, decrescendo para 60.905 cabeças, com uma diminuição de 4.082 animais. Salienta-se que, tal fato se repete pois, no ano de 2000 a pecuária ovina sofreu outro grande

e significativo declínio na sua produção, diminuindo o rebanho a 34.273 cabeças, ocorrendo assim uma retração de 26.632 cabeças. Atualmente o rebanho ovino conta com 13.068 cabeças. (Gráfico 1)



Fotografia 11 – Ovinos em pastagem nativa na Fazenda Irmãos Mazza  
Fonte: Trabalho de campo realizado nos meses de Agosto/Setembro de 2007.

O fato do declínio dos criatórios de ovinos, segundo os entrevistados, deve-se a quatro motivos que desaceleraram essa prática; primeiro, pela forte tendência em utilizar as áreas com a agricultura empresarial, substituindo o ovino pela soja; segundo, pela falta de hábito da população em consumir a carne ovina; terceiro, pelas novas tecnologias têxteis, que deixaram a lã em segundo plano no mercado, pois com o aparecimento de fibras sintéticas na indústria, entre outras, sabe-se que esta gera produtos mais baratos do que a lã, a qual é extraída dos ovinos de forma artesanal, necessitando de uma maior mão-de-obra e, o quarto e último motivo, que desestimulou essa criação foi o abigeato, pois os ovinos são dóceis e fáceis de serem capturados.

Assim, nos últimos trinta anos, no Município, a pecuária de ovinos sofreu drástica queda, passando de 76.765 cabeças, no ano de 1970 para 13.068 cabeças atualmente, o que resultou uma queda de 63.697 ovinos.

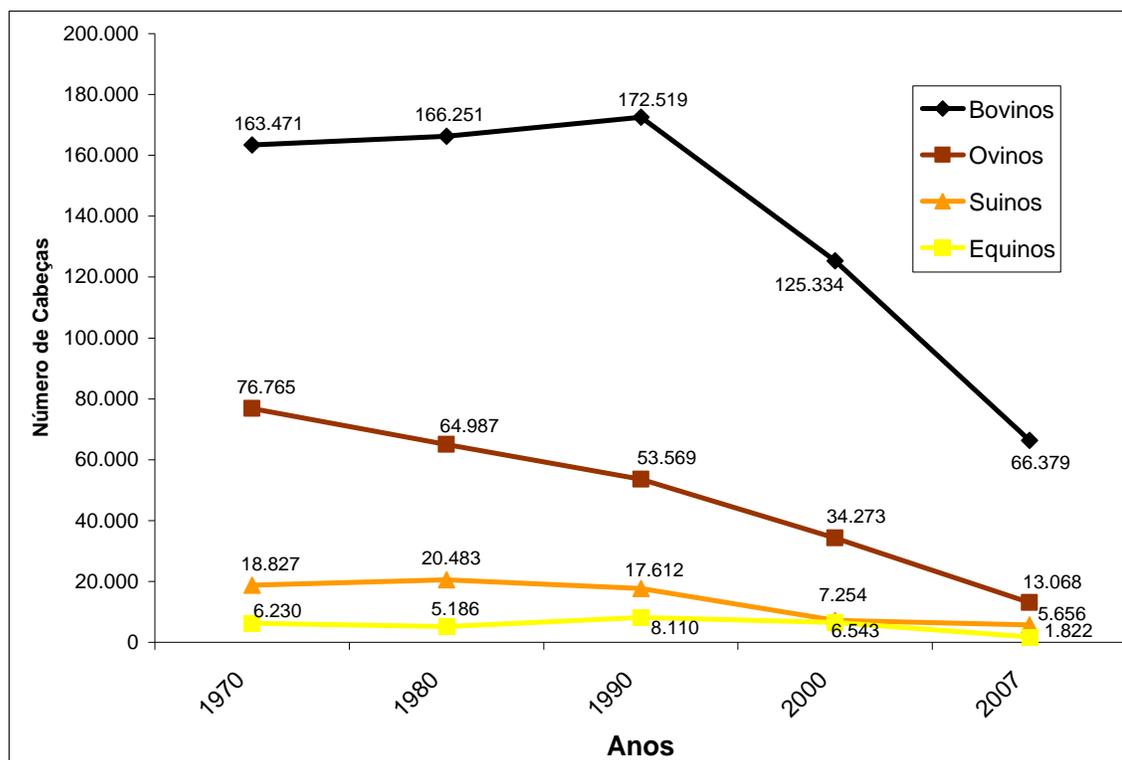


Gráfico 1: A quantificação da pecuária em Júlio de Castilhos/RS (1970 – 2007)

Fonte: Censos Agropecuários; FIBGE de 1970, 1980, 1990, 2000 e 2007.

Organização: MOREIRA, V.S.

A suinocultura em Júlio de Castilhos, também passa por declínios significativos na sua produção, nos últimos quarenta anos. Em 1970, o número total era de 18.827 cabeças, dez anos mais tarde, em 1980, constatou-se 20.483 suínos, ou seja, uma leve ascensão de 1.656 cabeças. No entanto, na década seguinte, em 1990, não conseguiu se manter, assim, a pecuária de suínos decaiu 3.283 cabeças chegando a 17.200 suínos. Em 2000, houve a maior queda na produção de suínos até então conhecida no Município, atingindo apenas 7.254 animais, com uma baixa de sua produtividade de 9.946 cabeças.

Atualmente, esses rebanho contam com 5.656 cabeças. Dois fatores influenciaram nesse processo: a redução do consumo de carne suína e o fechamento do frigorífico do Município.

A decadência da suinocultura, nas últimas décadas, em Júlio de Castilhos, deve-se ao acréscimo do valor da ração, utilizado como base alimentar para os suínos, que acarretou para os pecuaristas duas alternativas: ou aumentar o valor do produto final, para que o consumidor pagasse a diferença do aumento da ração; ou diminuir o seu lucro líquido, podendo chegar ao extremo de trabalhar até com prejuízo.

Atualmente, a produção de suínos no Município está concentrada nos três assentamentos rurais, pois ela foi relegada dos interesses econômicos, pela falta de incentivo e, há outras atividades mais rentáveis e sobretudo com menos horas de trabalho e dedicação.

A criação de eqüinos sempre teve um papel coadjuvante na pecuária do Gaúcho, pois o cavalo sempre foi considerado como uma ferramenta de trabalho no manejo com os bovinos, mas também tem sua relevância no município de Júlio de Castilhos. Na década de 1970, haviam nas propriedades rurais castilhenses, 6.230 animais, na década seguinte, em 1980, houve um decréscimo para 5.186 cabeças. Entretanto, em 1990 houve um aumento significativo na criação de eqüinos, chegando a 6.850 cabeças. No ano de 2000, o Município contava com 6.543 eqüinos, mas nos últimos anos a redução desse criatório foi drástica, chegando atualmente a 1.822 animais.

Como já exposto, o cavalo sempre auxiliou o Gaúcho nos afazeres do campo, mas com a redução dos bovinos em prol da lavoura empresarial, o modelo econômico agroexportador, também atingiu a criação de eqüinos, pois diminuindo o número de bovinos, conseqüentemente, diminui o trabalho e manejo feito no lombo do cavalo.

#### **2.4 – Reflexões sobre o Território da Pecuária**

A formação sócio-espacial do Município, desde sua gênese, foi embasada na atividade da pecuária extensiva. Com o passar dos tempos, gerações foram se sucedendo e poucas famílias no domínio dessas terras, pois essas, priorizavam laços matrimoniais entre as mesmas. Tudo isso pela finalidade da manutenção das propriedades que praticavam a pecuária extensiva.

Assim, a sociedade castilhense foi se desenvolvendo com dois estereótipos, um eram os indivíduos que pertenciam a famílias abastadas detentoras de imensas porções de terra, pessoas conhecidas pela sua influência política na cidade, região e

até mesmo no Estado e; o outro, na grande maioria, por indivíduos espectadores de toda a soberba de famílias ditas tradicionais, proletários rurais ou urbanos, que trabalhavam ou prestavam serviços para as famílias ricas.

O meio rural, somado com a pecuária, foi quem sempre comandou o Município e, após os anos de 1960, a sociedade começou a ter outra configuração, primeiro com os sojicultores e segundo, nos anos de 1980 e 1990, com as famílias dos assentamentos rurais. Mas até hoje, o território da pecuária é caracterizado pelo poder fundiário, pois ainda há 104 propriedades com mais de 500 hectares, correspondendo a 56,69% da área total municipal. (Anexo D)

Com isso, o território da pecuária é um espaço de muito destaque na sociedade castilhense, pois ele ainda continua se mantendo forte, auxiliado com a articulação do arrendamento de suas áreas, essas, em prol de uma agricultura altamente capitalizada.

### **3 – AGRICULTURA EMPRESARIAL: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO PELO CAPITAL**

Esse capítulo da pesquisa, contará com uma discussão sobre as tecnologias empregadas no campo, em prol de uma agricultura capitalizada, a qual vem a competir com os espaços da pecuária tradicional, através da produtividade e lucratividade nos estabelecimentos rurais, mas não desfragmentando a grande propriedade e condicionando problemas sociais no campo.

#### **3.1 – As transformações capitalistas no agrário gaúcho com a criação dos Complexos Agroindustriais (CAIs)**

As transformações na agricultura brasileira são discutidas por diversos autores, no que tange a utilização de novas técnicas e o aumento da divisão social do trabalho. O espaço agrário começa a se modificar a partir do ano de 1850, com o fim do Tráfico de Escravos e em 1888 com a abolição da escravatura, pois esses fatos determinaram uma mudança nas relações de trabalho.

De acordo com Müller (1989, p.20), no Brasil houve três padrões agrários principais “entre 1870 e 1930 predominou o padrão latifúndio-minifúndio, entre esta última data e 1960, (...) surgimento de conexões mais acentuadas entre agricultura e agroindústria. Entre 1960 e 1990 passou a predominar o padrão agrário moderno, industrializado”.

O Complexo Rural era determinado pelas flutuações do comércio exterior, onde a produção agrícola ocupava apenas parte dos meios de produção existentes. Nas próprias fazendas se produziam não só as mercadorias para exportação, mas também manufaturas e equipamentos simples para produção, transportes e habitação, ou seja, o Complexo Rural não dependia da compras de insumos (sementes, adubos, fertilizantes, etc.) e não estava interligado com a indústria. Havia a separação dos setores da economia.

Esse tipo de agricultura também se denomina de tradicional, caracterizado pela utilização intensiva dos recursos naturais, ou seja, a fertilidade natural do solo e a mão-de-obra direta (BRUM, 1988; GRAZIANO DA SILVA, 1982).

As transformações ocorridas no campo brasileiro a partir de 1960/70, com a modernização tecnológica da agricultura, influenciaram decisivamente no que toca a questão agrária. Conforme a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe

(Cepal)<sup>14</sup>, era necessário modernizar o setor e elevar o padrão de vida das populações rurais, de forma que elas pudessem também se constituir em um mercado consumidor para as indústrias emergentes, eliminando o arcaico do meio rural, para desempenhar eficazmente o papel da agricultura, provendo matéria prima para a indústria nacional, que nascia e alimentando a crescente população urbana brasileira.

Então, o padrão agrícola brasileiro começa a mudar através de políticas de financiamento para compras de insumos e máquinas, além de uma integração entre os setores primário e secundário. Essas mudanças causaram alguns impactos socioeconômicos para a sociedade brasileira, principalmente para os pequenos agricultores.

Os municípios gaúchos, tanto nos seus setores agrícola, quanto pecuário sofreram consideráveis transformações, ou seja, seus objetivos cada vez mais vinculados ao mercado exterior. Desta forma, a produção tem uma nova finalidade, isto é, um modelo agroexportador.

Por outro lado, a pecuária extensiva considerada tradicional apresenta significativa diminuição provocada, principalmente, pelo incentivo governamental empregando a tecnologia na agricultura brasileira. Com isso, nota-se que, o setor agrário gaúcho, recebe altos investimentos na agroexportação, deixando em segundo plano a pecuária e a agricultura familiar.

A visão empreendedora no agrário gaúcho, refletido em um futuro aumento de produtividade, colocando a agricultura empresarial com ênfase sobre a pecuária é algo já presente no início do século passado, pois KLIEMANN (1986, p. 81) nos traz que:

Em 1908, a opinião do secretário da Fazenda do RS era que: A roça apresenta a terra amanhada, gorda, mas limita o trabalho do homem, estreita, dá pequenos lucros. Na vida agrícola, para vencer, não basta hoje ter músculos e ter vontade, é preciso espírito progressista e fazer uso dos aparelhos que centuplicam a produção animal. Precisamos pois fugir dos matos para os campos. Carreguemos o húmus das florestas para fertilizalas e preparemos os adubos químicos apropriados para aumentar a sua

---

<sup>14</sup> CEPAL é o organismo da ONU responsável para a promoção do desenvolvimento econômico e social da América Latina, criado no ano de 1948, que teve como premissas de atividades os seguintes pontos: Anos 1950: Industrialização; Anos 1960: "reformas para desobstruir a industrialização"; Anos 1970: reorientação dos "estilos" de desenvolvimento para a homogeneização social e para a diversificação pró-exportadora; Anos 1980: superação dos problemas da dívida externa mediante o "ajuste com crescimento"; Anos 1990: transformação produtiva com equidade. Fonte: <http://www.eclac.org>

produtividade. Roteemos a vapor, os campos que não se prestarem à indústria pastoril, cavemos fundos micos na terra, substituamos saraquá pela semeadora, substituamos em regra, os nossos braços por máquinas e não teremos mais que comprar aos vizinhos os alimentos que as nossas terras e o nosso clima podem dar-nos na quantidade precisa.

Tudo isso, culminou e efetivou-se a partir de um forte incentivo governamental, ocorrido principalmente nas décadas de 70/80 (Milagre Econômico), para a produção da agricultura, visando a agroexportação, assim, supostamente, trazendo divisas para o Brasil.

Para ser implantada essa nova ordem no campo brasileiro; o país foi passível de um modelo na sua agricultura, como já foi discutido anteriormente, esse modelo, o modelo agroexportador, no princípio de sua implantação não atendeu todas as regiões e os indivíduos.

Posteriormente, algumas regiões atendidas com a modernização tinham disparidades internas, ou seja, algumas microrregiões com alta tecnologia e outras áreas circunvizinhas deficitárias de modernização.

Reforçando essa discussão, MESQUITA; GUSMÃO (1977, p.64), nos dizem que:

No Brasil a modernização da agricultura se apresenta com grandes desequilíbrios espaciais, já que se restringe, praticamente, às Regiões Sudeste e Sul, ficando grandes extensões territoriais posicionadas abaixo da média nacional de modernização. Mesmo nas áreas modernizadas são elevadas as disparidades internas e é justamente o fato de existirem microrregiões com índices muito expressivos de modernização que explica a presença de uma vasta área não modernizada, quando se aprecia a melhoria das atividades agrárias relativamente a valores médios em termos nacionais.

Dessa forma, sendo empregada a modernização na agricultura, existiu um retorno financeiro em curto prazo, uma vez que, a agricultura necessita de menor tempo que a pecuária para ter seu produto final, conseqüentemente, o lucro era maior e mais rápido. Com isso, a relegada pecuária extensiva fica destinada ao deficitário abastecimento interno nacional, mas continua com o latifúndio em seu poder.

Segundo NAVARRO; RIEDL (1998, p. 223):

O latifúndio, entendido como uma forma de propriedade típica do meio rural brasileiro, caracterizado por exercer padrões de dominação política clientelística e exploração econômica extensiva, de baixa produtividade, tem

diminuído em número no Estado, em razão de seu recente processo de modernização.

Mas vale lembrar, que a agricultura empresarial, apenas ocupou essas áreas através do arrendamento, ou seja, a concentração de terras ficou mascarada pela modernização.

Seguindo o raciocínio de NAVARRO; RIEDL (1998, p. 223):

Hoje não são muitas as regiões onde é possível identificar um maior número de propriedades com tais características – são, por exemplo, as regiões formadas pelo triângulo Cruz Alta – Santiago – São Gabriel e, certamente, em muitos municípios da fronteira, salvo honrosas exceções, onde a proporção de estabelecimentos rurais acima de 1.000 hectares portando tais características é relativamente comum.

Com isso, conclui-se que o município de Júlio de Castilhos está inserido no triângulo proposto por Navarro; Riedl, ou seja, a modernização da agricultura mascara o latifúndio, que através do arrendamento dá uma nova face ao mesmo com uma alta produtividade da lavoura empresarial e, também oculta a grande propriedade, com vários estabelecimentos rurais, assim, propiciando ao proprietário do latifúndio viver da renda da terra sem trabalhá-la.

Dessa maneira, a modernização da agricultura extravasou as Regiões Sudeste e Sul, chegando ao Centro-Oeste brasileiro, devido às novas frentes de colonização e expansão agrícolas. Assim, esse novo modelo capitalizou o setor agrário do Brasil central (Cerrado), com isso, chegando a esta Região.

Portanto; a capitalização da pecuária do Centro-Oeste do Brasil veio ao confronto dos interesses da pecuária Sul – Riograndense, pois como salienta David (1995, p. 55), “...com o padrão exportador, houve a possibilidade de formação de um mercado de altas rendas para a carne gaúcha, todavia a concorrência com a produção do Centro-Oeste reduziu o mercado interno da carne gaúcha”. Somando-se a esse mau momento da pecuária sulista, a concorrência dos países latinos à pecuária extensiva só veio a acentuar a crise nesse setor.

Neste sentido, BRUM (1988, p. 30) expõe que:

... a pecuária nunca esteve nas prioridades da política econômica governamental, nem no Rio Grande do Sul. Sempre considerada uma atividade secundária, complementar do eixo econômico São Paulo – Rio de Janeiro – Minas Gerais. Este fato explica o atraso zootécnico... da pecuária Sul – Riograndense em relação à Argentina e Uruguai, pois nestes países a

pecuária sempre integrou os projetos econômicos nacionais o que estimulou seu constante aperfeiçoamento técnico.

Corroborando com Brum, os autores NAVARRO; RIEDL (1998, p. 223) contribuem dizendo que: “A pecuária gaúcha é de pobre desenvolvimento, seja qual for o parâmetro utilizado e, em algumas regiões, como alguns municípios do centro do Estado, são ainda mais frágeis suas características produtivas.”

Considerando, que a pecuária extensiva de bovinos tem tradição na economia gaúcha, conforme se destaca esta preferência, pois a criação de bovinos ocupou um espaço significativo, gerando condições econômicas futuras através da criação de gado tanto intensiva como extensiva e, ao contrario da agricultura, não requereu para si um trabalho intensivo de mão-de-obra.

Neste contexto, a agricultura se insere no desenvolvimento econômico, a partir de um intenso processo de modernização, que aponta melhoria quantitativa e qualitativa da produção.

Salienta PEBAYLE (1981, p.5), que essas culturas introduziram no meio rural gaúcho, três novas características: “...os progressos da mecanização, o uso maciço do crédito bancário e a irrigação.”

Assim, pode-se dizer que a possibilidade de rotação da soja com outras culturas, sobretudo o trigo, originando o binômio trigo/soja em regime de consórcio. Essas culturas foram consorciadas devido as suas características sazonais e a presença de uma intensa modernização inserida no processo de cultivo.

A modernização da agropecuária no Rio Grande do Sul, iniciou via mecanização da lavoura gaúcha em áreas tradicionalmente, pertencentes à pecuária extensiva e em estabelecimentos de porte considerável, mesmo assim, isso representa obtenção de lucros pelos proprietários rurais.

A lavoura empresarial caracterizou-se pelo segmento produtivo que, pautado por relações capitalistas de produção do trabalhador, visa a contínua valorização do capital para dar prosseguimento ao processo de acumulação, mediante a ampliação dos recursos técnicos (máquinas, implementos, fertilizantes químicos, agrotóxicos, etc.) e do emprego da força do trabalho permanente e temporária, usando para a efetividade desta combinação terras arrendadas e algumas próprias

Esse processo de modernização da agricultura surgiu junto com a Revolução Verde<sup>15</sup>, para proporcionar aumento de produtividade nas propriedades. Essas modificações obtiveram resultados positivos em países que fizeram uma reforma agrária, significativamente negativa, em países que não fizeram uma reforma agrária. Brum (1988), expõe de forma clara sobre a Revolução Verde e a reforma agrária:

Nos países em que, concomitantemente à 'Revolução Verde', foi implantada a reforma da estrutura agrária, com redivisão e redistribuição das terras, ou se fez alguma alteração estrutural na forma de propriedade, posse e uso da terra, os resultados foram significativamente positivos, com benefícios sensíveis para a maioria da população. Porém, nos países, como o Brasil, em que a 'Revolução Verde não foi acompanhada de uma reforma agrária, mas apenas um sucedâneo desta, resultaram graves conseqüências, tanto de ordem econômica como principalmente sociais (...) uma minoria apenas dos agricultores, aqueles que se estruturaram de forma empresarial - a nova burguesia rural - foram mais ou menos favorecidos, enquanto os mais fracos - os pequenos proprietários rurais - foram e vão sendo progressivamente marginalizados do processo. (BRUM, 1988, p.50).

Em 1964, foi criado o Estatuto da Terra (Lei 4.504), durante o Regime Militar que estabeleceu uma nova ordem econômica, vinculada ao capital oligopolista internacional, consolidando o processo de modernização conservadora, mantendo a grande propriedade e obstaculizando o processo de transformação fundiária e reforma agrária (BRUM, 1988; TAMBARA, 1985).

O Estado atuou com força para a integração indústria-agricultura, sobre tudo através de subsídios creditícios, incentivos fiscais e toda a bateria de políticas incentivadoras das exportações, assim, nascendo a terminologia desse processo como "Complexo Agroindustrial".

Dessa forma, o processo de integração indústria/agricultura foi designado por MÜLLER (1989, p.18) de Complexo Agroindustrial, onde o padrão agrário brasileiro entra em transformação:

A produção agrária não se acha apenas na dependência das solicitações do comércio, mas também de um conjunto de indústrias que têm nas atividades agrárias seus mercados. A dupla dependência destas atividades implica na mudança de padrão agrário

---

<sup>15</sup> Revolução Verde foi um programa que tinha como objetivo explícito contribuir para o aumento da produção e da produtividade agrícola no mundo, através do desenvolvimento de experiências no campo da genética vegetal para a criação e multiplicação de sementes adequadas às condições dos diferentes solos e climas e resistentes às doenças e pragas, bem como da descoberta e aplicação de técnicas agrícolas ou tratos culturais mais modernos e eficientes. (Brum, 1988, p.44)

O Complexo Agroindustrial no entendimento de Müller (1989, p.23) “é uma forma de unificação das relações interdepartamentais com os ciclos econômicos e as esferas da produção, distribuição e consumo, relações essas associadas às atividades agrárias”, assim, para se produzir nas atividades agropecuárias deve ser de forma dinâmica e moderna.

Dessa maneira, Marafon (1998, p. 7) afirma que: “O termo Complexo Agroindustrial tem sido utilizado para rotular articulações entre os setores agrícolas e industriais, que vêm ocorrendo na agricultura brasileira.”

Antes os Complexos Rurais eram de certa forma independente, a agricultura produzia os seus próprios adubos, hoje são adquiridos de fora; antes se criava os próprios animais para a tração, hoje os animais foram substituídos por tratores. Mudaram-se também as atividades produtivas dos complexos, onde se passou a criar vários complexos, como o da soja, canavieiro, ou seja, não se pode mais falar de agricultura para o mercado interno ou para mercado externo, pois cada complexo passou a ser tanto exportador, como para consumo interno no país (GRAZIANO DA SILVA, 1994).

O processo de modernização eleva o consumo intermediário na agricultura, indicando uma crescente dependência da agricultura de compras industriais para a produção de suas mercadorias. O processo da constituição dos Complexos Agroindustriais e a dinâmica da modernização da agricultura, causou dois efeitos latentes para a sociedade, conforme argumenta Graziano da Silva:

Esse processo foi profundamente desigual, eu diria até mesmo parcial; seja por região, produto, tipo de lavoura, tipo de cultura, tipo de produtor, principalmente; ou seja, aqueles produtores menos favorecidos tiveram menos acesso às facilidades de crédito, aquisição de insumos, máquinas, equipamentos, etc e apresentaram graus menores de evolução, especialmente da sua produtividade (...) Uma segunda característica desse processo é que ele foi profundamente excludente, quer dizer, ele não foi só desigual como também foi excludente. Ele atingiu uns poucos e fez com que alguns poucos chegassem ao final desse processo (1994, p. 138-139).

A moderna agricultura esconde alguns “desequilíbrios” inevitáveis e indesejáveis, como a concentração fundiária, êxodo rural, superexploração dos empregados e a concentração da renda. Pois, “o desenvolvimento capitalista se fez gerando profundas riquezas, concentrando riquezas e concentrando, do outro lado, miséria” Graziano da Silva (1994, p.139).

Quando se fala da superioridade econômica do Complexo Agroindustrial, Graziano da Silva (1999, p.116), afirma que “é preciso ressaltar que essa inequívoca superioridade decorre, em grande parte, dos privilégios com que a grande produção agrária foi contemplada durante os 20 anos da ditadura militar”. A modernização da agricultura beneficiou o aumento da participação relativa das camadas mais ricas na apropriação da renda total.

Para Romeiro (1994, p.125) o grande problema da “modernização conservadora” é que:

O aumento da produção agrícola acompanha necessariamente o processo de crescimento econômico, mas não é condição suficiente para que haja desenvolvimento socioeconômico, entendido este último como um processo que eleva a qualidade de vida da população como um todo.

Nesse contexto, “a estrutura fundiária da agricultura brasileira evoluiu num sentido concentrador e excludente ao longo dos anos 1970, no sentido de evitar qualquer tipo de acesso a terra aos trabalhadores rurais brasileiros” Graziano da Silva (1999, p.117). E ainda mais, o Estado foi o “suporte” para o aumento dessa desigualdade socioeconômica, com políticas de crédito e financiamento. A política de crédito rural subsidiado, não apenas permitiu reunificar os interesses das classes dominantes, em torno da estratégia de modernização conservadora da agropecuária brasileira, como também possibilitou ao Estado restabelecer o seu poder regulador macroeconômico, mediante uma política monetário-financeira expansionista. Não é sem outra razão, que a política de crédito rural é considerada o carro-chefe da política de modernização até o final dos anos 1970. Graziano da Silva (1999).

Dentro dessa situação, as políticas agrícolas, beneficiaram a expansão da modernização da agricultura, favorecendo uma minoria, excluindo uma parcela de agricultores, concentrando terra e renda. Ainda, acredita que não haja outra maneira de reverter o processo de concentração - não de propriedade, mas de renda - no campo sem fazer uma Reforma Agrária. Um dos problemas da modernização da agricultura é que ela criou um problema a mais em termos sociais, quando expulsa os agricultores do campo para cidade, marginalizando-os, residindo em favelas. Nesse caso, “a modernização da agricultura não foge a regra: os seus efeitos perversos ameaçam esvaziar os campos e inchar as cidades, transformando a crise agrária em crise urbana” observa Graziano da Silva (1999, p.135).

Observa-se que a pequena propriedade familiar é a mais prejudicada pela capitalização do campo, principalmente devido à monocultura. Como há necessidade de plantar o máximo, para garantir o lucro, a pequena propriedade acaba abdicando da lavoura de subsistência.

Portanto, a exigência de escala mínima de produção é fator determinante para os pequenos agricultores abandonarem suas atividades, levando milhares de agricultores à ruína. Dessa forma, Graziano da Silva (1999, p.135) nos indaga perguntando: “Se a modernização da agricultura tende a agravar as já agudas desigualdades sociais, deve-se, então, tentar abrandar seus efeitos freando o próprio processo?”

### **3.2 – Lavoura Empresarial Castilhense: O Domínio da Soja e a formação da agroindústria**

Agricultores descapitalizados, provenientes de cidades vizinhas a Júlio de Castilhos começam a investir na produção da soja a partir da década de 1970, auxiliados com o financiamentos governamentais; mas isso não quer dizer que; a primeira lavoura empresarial em Júlio de Castilhos foi plantada nos anos de 70. Pelo contrário, as primeiras lavouras empresariais em território Castilhense germinaram na década de 1950, com a produção do trigo e na década de 1960, a inserção da soja com fins experimentais.

Nessa seção será analisado, como a soja se fixou no Município, quais foram os agentes sociais que apostaram e investiram nessa produção, quais são as iniciativas governamentais em prol da soja e como a sociedade da soja esta territorializando o espaço castilhense.

#### **3.2.1 – Gênese e dinâmica do território da soja em Júlio de Castilhos**

A topografia de Júlio de Castilhos é suavemente ondulada, regionalmente conhecida como coxilhas, as quais possuem um solo espesso e muito fértil. Isso, deve-se ao fato de que o Município está sobre o extremo sul do Planalto Meridional Brasileiro, o qual é rico em solos provenientes do intemperismo dos derrames basálticos, datados da era Cenozóica, no início do período Terciário. (COSTA, 1991)

Devido ao motivo de que o solo do Planalto Sul-rio-grandense é muito fértil e, coexistindo a necessidade de áreas, para a produção dessa nova cultura (soja), imposta pelo mercado internacional; as áreas tradicionais da pecuária cederam espaço para essa leguminosa asiática. O auxílio governamental foi de suma importância, pois o mercado internacional estava disposto a comprar soja e em contra-partida “dar” tecnologia para a produção desses grãos. O pacote tecnológico fornecido pelas multinacionais da soja, tiveram um ônus para o produtor, os quais foram e são financiados pelo governo federal.

Conforme exposto nas palavras de Graziano da Silva (1982), essa produção foi excludente, pois favoreceu uma pequena elite fundiária e relegou grande parte dos produtores rurais. Em Júlio de Castilhos, isso não foi diferente, pois os governos federal e estadual incentivaram a produção da soja com largos financiamentos. Entretanto, para ter direito a esse capital investido pelos governos, o produtor deveria deixar algum bem em garantia, e, na grande maioria era hipotecada a terra

ou bens de produção. Como os trabalhadores rurais não tinham nenhum dos dois para hipotecar, logo ficaram fora dos planos governamentais.

No final da década de 60, alguns pecuaristas aderiram a essa produção, pois detinham a terra que foi colocada em garantia para assegurar o financiamento, ao contrário de trabalhadores rurais, que não possuíam bens para assegurar a hipoteca.

Dessa forma, muitos pecuaristas se endividaram e entregaram parte de suas terras para quitar as dívidas, pois os mesmos não tinham conhecimento da atividade lavadeira, pois eram homens conhecedores da atividade pecuarista, ou seja, homens do pastoreio. Por esse motivo, muitos pecuaristas abandonaram a prática alternativa da soja, que hipoteticamente iria garantir um ganho extra. Mas, mesmo assim, a terra continuava concentrada na mão de poucas famílias castilhenses, as mesmas, que compraram as terras em leilões, que anteriormente haviam entregado ao sistema financeiro para quitar as hipotecas.

O cultivo da soja foi desestimulado no início da década de 70 em Júlio de Castilhos, não pelo mercado internacional, que continuava a comercializar a soja cada vez mais, mas sim pelos altos juros do financiamento da produção e o despreparo dos detentores da terra.

Assim, o governo federal visando aumentar as divisas financeiras do país, voltou a estimular a produção de soja, com largos programas de incentivo com juros menores, menos burocracia na retirada do financiamento, facilidade para compra de maquinários e seguro para o plantio e produção. Entretanto, todas essas iniciativas culminaram em várias fraudes, como por exemplo o adubo papel e o calcário papel. Segundo o ENTREVISTADO 6, funcionário aposentado do Banco do Brasil, essa prática ilícita era disposta da seguinte maneira:

Alguns fazendeiros, nem todos, pegavam dinheiro no Banco do Brasil e do Bannisul dizendo que iam investir na correção do solo, para comprar adubo ou calcário, as vezes os dois. Depois compravam notas frias de algumas empresas de insumos para comprovar no Banco. Tudo era na boa fé! (Ironia) Plantavam de qualquer jeito e a soja nascia de qualquer jeito, falhava tudo. Como a produção tinha apólice de seguro, não acontecia nada pra ninguém.

Ao questionar o ENTREVISTADO 6, sobre o que os fraudadores faziam com os recursos, que recebiam do governo voltados para a produção, ele responde:

Olha filho! Alguns compravam carrões do ano e davam para os parentes, outros compravam camionetas para eles, tinha um senhor famoso aqui na cidade que todo o ano comprava carro zero para ele e para a família, tinha um aí que gastava com bobagem, pagava viagem pra família toda ir a Europa. Mas a maioria mesmo comprava mais terra ainda, aqui e nas cidades da vizinhança.

Pergunto, novamente, ao ENTREVISTADO 6, por quanto tempo durou essa fraude e ele responde: “Acho que deu uns cinco anos seguidos, depois a Polícia Federal prendeu dois ou três e liberou, como eu já te disse meu filho, nunca deu nada pra ninguém.”

Essas facilidades em recursos financeiros (Financiamento), que o governo federal condicionou, não favoreceram apenas as fraudes, mas também a trabalhadores rurais, que não possuíam terras. Com isso, os descendentes de imigrantes italianos, principalmente vindos da 4ª Colônia, na região central do Rio Grande do Sul, tinham crédito fácil exclusivamente para a produção da soja, mas a maioria não tinha terras para plantar, assim, o arrendamento foi a saída encontrada por muitos trabalhadores rurais para poderem produzir.

Conforme o relato do ENTREVISTADO 7, ele diz:

Sou natural de Silveira Martins, vim duma família de oito irmãos. Morávamos com o finado do papai e a finada da mamãe em rancho de madeira numa área de duas colônias de terra, não dava pra todos trabalharem. Como sou um dos mais velhos tive que sair cedo de casa e vim pra cá em 1972 com uma mala de roupas e um caminhãozinho velho que meu papai me deu. (Lágrimas)

Após alguns segundos de comoção do entrevistado ele segue dizendo:

No começo foi difícil, foi muito difícil. Tinha muito preconceito com as pessoas de origem italiana, por isso é que nunca me misturei. A gente não tinha espaço na sociedade, a vida era só trabalhar. Pra gente consegui um pedaço de terra pra trabalhar era muito difícil, ninguém queria arrendar e quando conseguia num ano não era garantia pro outro ano.

O relato do ENTREVISTADO 7 foi unânime a todos os outros entrevistados, que chegaram em terras castilhenses, no início da década de 70, pois pecuaristas em um primeiro momento, não queriam arrendar suas terras para a produção de soja, devido ao medo que os agricultores não pagassem o arrendamento.

Segundo as palavras do ENTREVISTADO 9, ele diz:

Uma vez, quando eu era jovem e a recém eu tinha vindo pra cá, pedi pra arrendar uns 40 hectares de terra pra plantar soja pra um pecuarista e ele me disse que não ia me arrendar porque isso não ia dar certo, e que eu não ia pagar ele. E disse mais, disse que se a soja não deu certo com ele, não ia dar certo comigo. Sofri muito pra conseguir os 40 hectares que eu queria plantar naquele ano, mas consegui.

Outra resistência que agricultores expõem, é que após anos de trabalho e economia, era e é até hoje muito difícil de comprar terras em Júlio de Castilhos, o hectare de uma área de campo nativo ou agricultável chega a valer até doze mil reais (R\$ 12.000,00). Segundo os entrevistados, há muita exploração imobiliária e resistência, para não venderem áreas e sim conservá-las nas mãos de poucas famílias.

No final da década de 1970 e início da década de 1980 essa realidade começou a mudar, o capital se impõe diante do fator terra, pois muitos pecuaristas ou detentores deste fator, viram no arrendamento uma nova fonte de lucro, assim, a pecuária se adaptou, surgindo a prática da bovinocultura, já vista anteriormente.

Atualmente, há uma nova geração de sojicultores, que são herdeiros dos pioneiros e com um caráter empresarial mais aguçado do que seus pais. Isso pode ser melhor compreendido na fala do ENTREVISTADO 11, filho da geração dos pioneiros sojicultores em Júlio de Castilhos diz:

Hoje eu planto quase 900 hectares de soja, mas meu mesmo, é só 100 hectares. To juntando um dinheiro no Banco do Rio Grande pra vê se o ano que vem ou no outro compro mais 50 hectares. To com quatro empregados permanentes na lavoura e contrato mais uns 10 a 15 na safra.

Outro filho da geração dos pioneiros sojicultores em Júlio de Castilhos, filho do ENTREVISTADO 7, relata dizendo que: “O pai deixou tudo para eu cuidar. To plantando 2000 hectares, mas nosso são 1000 hectares o restante é arrendado. Hoje eu to com vinte empregados, na safra contrato mais uns 50 homens.”

A atual situação econômica de muitos agricultores castilhenses, apenas demonstra que uma grande parte prosperou com o agronegócio da soja, mas vale ressaltar que isso não foi unânime, pois alguns agricultores tiveram safras frustradas devido as condições adversas do clima.

O Engenheiro Agrônomo da COTRIJUC e produtor de soja, ENTREVISTADO 14, expõem essa dramática situação dizendo:

Muitos agricultores se endividaram, principalmente aqueles que a terra não eram deles e não estavam cooperados. O agricultor paga os insumos da produção, paga empregado, paga o diesel do maquinário, paga manutenção do maquinário, paga transporte, paga armazenamento e ainda tem que pagar o arrendamento. Só o custo de toda produção é entorno de 15 sacos de soja por hectare, ou seja, se colher menos que isso tá pagando para trabalhar.

Essa difícil realidade é ainda confirmada pelo ENTREVISTADO 6, pois o mesmo admite que; “muitos agricultores após um safra de baixa produtividade ficam escravos do sistema financeiro e apenas vão prolongando a dívida”. E ainda complementa dizendo: “Isso só ocorre porque não é vantagem para o governo tirar os bens de produção do agricultor e muito menos as terras, é preferível que ele fique devendo, rolando a dívida e pagando os juros.”

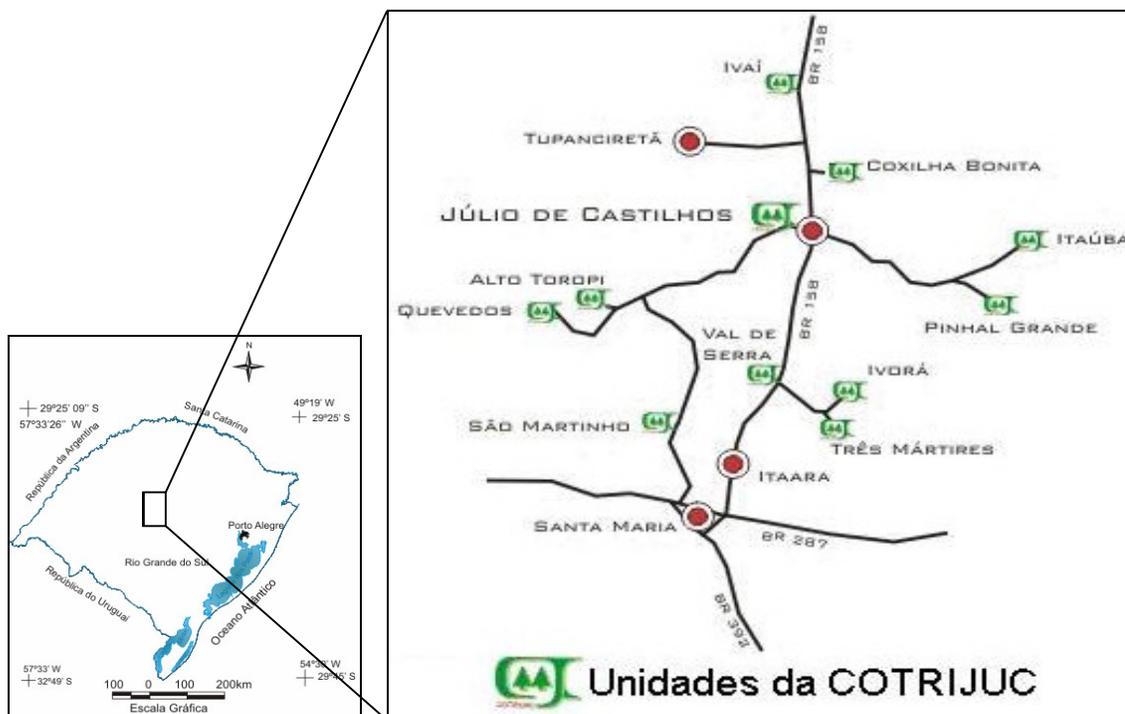
Da necessidade em superar as eventuais crises do agronegócio, em 12 de março de 1950 é fundada a COOPERATIVA TRITICOLA DE JÚLIO DE CASTILHOS (COTRIJUC). Ela é hoje uma cooperativa agropecuária, entidade de capital fechado, que teve sua fundação por iniciativa de 24 produtores rurais, que visavam armazenar e comercializar a produção agrícola de forma cooperada. Hoje a COTRIJUC tem o quadro social composto por 1.720 cooperados.

Com a expansão do agronegócio, a organização ganhou porte, aumentou a área de abrangência, baseando suas atividades na região central do Estado do Rio Grande do Sul, nos municípios de Júlio de Castilhos (Fotografia12), Tupaciretã, Pinhal Grande, Ivorá, Itaara, São Martinho da Serra e Quevedos. (Mapa 03)

A filosofia empresarial tem definido seu negócio como o Agronegócio. Segundo o seu Presidente; “a missão da COTRIJUC é atuar no Agronegócio para promover renda e desenvolvimento aos cooperados” e a visão: “Ser a melhor opção de negócio aos cooperados e servir como referencial de competitividade no Rio Grande do Sul.” Desenvolve-se também atividades de varejo nos setores de bens de consumo e de combustíveis.



Fotografia 12 – Sede da Matriz da COTRIJUC  
 Fonte: Fotografia Aérea concedida pela COTRIJUC.



Como estrutura própria, conta com oito unidades de recebimento e armazenagem de grãos e uma locada; três postos de combustíveis, quatro supermercados, três lojas de produtos agropecuários, quatro pontos de venda de insumos, moinho de trigo e de milho, cerealista, misturador de ração, revenda de máquinas e equipamentos agrícolas e uma ampla sede administrativa localizada na Rua Coronel Severo Barros em Júlio de Castilhos. (Fotografia12)

A COTRIJUC possui, atualmente, 204 funcionários efetivos, 14 funcionários temporários, sendo todos amplamente capacitados para suas atividades e para o desenvolvimento organizacional. Incluídos, neste quadro, estão os fornecedores, os quais disponibilizam serviços e produtos de diversos aspectos; constantemente, busca-se integrá-los nas filosofias e diretrizes organizacionais, estratégia, esta, vinculada ao progressivo envolvimento e comprometimento com a organização.

O compromisso em atender à legislação e adotar boas práticas organizacionais é confirmado pela atenção prioritária concedida à saúde, segurança e à satisfação dos funcionários.

Coerente com a realidade que se insere, a COTRIJUC optou por investir, constantemente, na profissionalização da gestão, incluindo: trabalhos em comitê; planejamento estruturado, com embasamento teórico e metodológico; todos servindo como suportes para a estrutura decisória da organização. Como estratégia à Política da Qualidade, o Presidente define como: “o estímulo a ação cooperativa e a melhoria contínua, promovendo rentabilidade, credibilidade e buscando satisfação das partes interessadas”.

Atualmente a COTRIJUC segue os preceitos do Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade e, esta trabalhando para a adequação dos processos internos a Norma Brasileira de Referência ISO 9001.

Portanto, a COTRIJUC esta estruturada conforme as tabelas 2, 3 e 4.

<b>Nome / Localização</b>	<b>Área construída</b>	<b>Capacidade de industrialização</b>
<b>Júlio de Castilhos</b>		
Moinho - Trigo e Milho	1.050 m <sup>2</sup>	2.050 kg/h
Misturador de Ração	640 m <sup>2</sup>	4.500 kg/h

Tabela 02 – Unidades de Industrialização da COTRIJUC.

Fonte: Cooperativa Tritícola de Júlio de Castilhos - COTRIJUC

Organização: MOREIRA, V. S.

Nome / Localização	Área construída	Capacidade instalada	Secagem e limpeza dos grãos
<b>Júlio de Castilhos</b>			
Armazém Coxilha Bonita	1.000 m <sup>2</sup>	4.800 ton.	40 ton/h
Armazém Semente	3.000 m <sup>2</sup>	12.000 ton.	15 ton/h
Armazém Insumos Agrícolas	1.800 m <sup>2</sup>	7.200 ton.	-
Armazém Forrageiro	2.250 m <sup>2</sup>	7.100 ton.	15 ton/h
Armazém Cerealista	2.120 m <sup>2</sup>	600 ton.	15 ton/h
Armazém Graneleiro	3.330 m <sup>2</sup>	24.000 ton.	210 ton/h
Armazém Val de Serra	1.000 m <sup>2</sup>	3.000 ton.	40 ton/h
<b>Pinhal Grande</b>			
Armazém Itaúba	800 m <sup>2</sup>	8.100 ton.	80 ton/h
<b>Quevedos</b>			
Sede	300 m <sup>2</sup>	600 ton.	-
Alto Toropi	1.000 m <sup>2</sup>	5.400 ton.	80 ton/h
<b>São Martinho Serra</b>			
Sede	3.000 m <sup>2</sup>	12.000 ton.	55 ton/h
<b>Ivora</b>			
Sede	480 m <sup>2</sup>	400 ton.	-
<b>Tupanciretã</b>			
Ivaí	4000 m <sup>2</sup>	20.000 ton.	40 ton/h

Tabela 03 – Unidades de Recebimento e Armazenagem de grãos da COTRIJUC.

Fonte: Cooperativa Tritícola de Júlio de Castilhos - COTRIJUC

Organização: MOREIRA, V. S.

Nome / Localização	Área construída
<b>Júlio de Castilhos</b>	
Agropecuária	480 m <sup>2</sup>
Escritório Central	1.100 m <sup>2</sup>
Insumos Três Mártires	400 m <sup>2</sup>
Máquinas e Implementos	
Posto de Combustíveis	176 m <sup>2</sup>
Supermercado	1.350 m <sup>2</sup>
<b>Pinhal Grande</b>	
Supermercado, Agropecuária e Insumos	748 m <sup>2</sup>
Posto de Combustíveis	100 m <sup>2</sup>
<b>Quevedos</b>	
Posto de Combustíveis	96 m <sup>2</sup>
<b>Ivorá</b>	
Agropecuária e Insumos	962 m <sup>2</sup>

Tabela 04 – Unidades Comerciais e Administrativas da COTRIJUC.

Fonte: Cooperativa Tritícola de Júlio de Castilhos - COTRIJUC

Organização: MOREIRA, V. S.

Dessa maneira, dois anos após a fundação da COTRIJUC, em 1952, o governo do estado do Rio Grande do Sul, também investe massivamente no agronegócio, fundando a COMPANHIA ESTADUAL DE SILOS E ARMAZÉNS – CESA.

A CESA é uma sociedade anônima de economia mista, vinculada à Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento, e tem no Estado do Rio Grande do Sul o seu acionista majoritário. Foi criada em dezembro de 1952, com a finalidade de suprir o setor agrícola de uma infra-estrutura de armazenagem, compatível com as crescentes safras gaúchas.

Essa entidade é responsável pela política oficial de armazenamento no Estado, a CESA atua como uma típica empresa prestadora de serviços, operando basicamente como depositária de produto de terceiros.

A Empresa conta atualmente com 23 filiais e tem sua sede administrativa em Porto Alegre.

O objetivo principal da CESA é assegurar uma conveniente estocagem, tratamento e preservação de produtos perecíveis e deterioráveis, confiados a sua guarda, possibilitando regular o fluxo das safras e facilitar a sua comercialização.

A CESA conta com uma rede operacional constituída de silos, armazéns graneleiros e convencionais, armazéns de carga geral e frigoríficos polivalentes.

Atende a uma área de influência de 300 municípios e está estrategicamente distribuída junto a 24 diferentes zonas de produção e escoamento.

Em Júlio de Castilhos, a filial dispõe de dois silos elevados de concreto e um armazém metálico, totalizando uma capacidade de armazenagem de 38.500 toneladas de grãos. O silo mais novo é composto de seis células enfileiradas, com capacidade para 29.900 toneladas, dotadas de termometria e aeração. O silo menor tem capacidade para 5.000 toneladas e também dispões de termometria e aeração. O armazém celeiro tem capacidade para 3.600 toneladas. (Fotografia 13 e 14)

Em julho de 1991, no município de Tapera, surge uma nova empresa, com a denominação de Marasca Comércio de Cereais Ltda, que viria a influenciar positivamente a economia local.

A empresa começou a prosperar e abriu filiais nas cidades de Cruz Alta, Fortaleza dos Valos, Boa Vista do Cadeado, Selbach, Boa Vista do Incra, Júlio de Castilhos (Fotografia 15), Tupanciretã e Bozano. Em 2004, as unidades foram inauguradas em Jóia, Catuípe e São Martinho da Serra.



Fotografia 13 – CESA unidade de Júlio de Castilhos, filial nº11.  
Fonte: Trabalho de campo realizado nos meses de Agosto/Setembro de 2007.



Fotografia 14 – CESA unidade de Júlio de Castilhos, perfilamento dos graneleiros.  
Fonte: Trabalho de campo realizado nos meses de Agosto/Setembro de 2007.



Fotografia 15 – Marasca unidade de Júlio de Castilhos.

Fonte: Trabalho de campo realizado nos meses de Agosto/Setembro de 2007.

Em 2005, novas unidades foram inauguradas: Localidade de Faxinal - município de Boa Vista do Cadeado; Itaara; Pinhal Grande e Catuípe.

Este crescimento trouxe bons resultados, também no ramo de insumos para a agricultura, porque possibilitou a formação de parcerias, que trazem benefícios diretos aos seus consumidores finais.

Dessa maneira, no que diz respeito ao armazenamento de grãos, outras empresas, além das três citadas anteriormente, ajudam a dinamizar a economia local na armazenagem da produção municipal. A capacidade de armazenagem dessas, podem ser observadas na tabela 5.

<b>EMPRESA</b>	<b>CAPACIDADE</b>
Agropecuária São Pedro	12.000 ton
Camnpal	10.800 ton
Agrodeltha	9.000 ton
Cerealista Dom Manuel	4.200 ton
Outros	12.000 ton

Tabela 05 – Empresas de armazenagem da produção agrícola em Júlio de Castilhos.

Fonte: Prefeitura Municipal – Secretaria de Desenvolvimento.

Organização: MOREIRA, V. S.

Portanto, conclui-se que em Júlio de Castilhos a soja tem grande relevância econômica, pois ela é responsável por 43,40% do PIB do município. (Prefeitura Municipal – Secretaria de Desenvolvimento)

Assim, a produção de soja no Município começou nos anos da década de 1960, territorializou-se, e hoje faz parte da dinâmica local, sendo o segundo território rural a se concretizar em Júlio de Castilhos.

### 3.2.2 – A soja Castilhense em números: Produção e Produtividade.

Dentro do processo produtivo Castilhense, o setor agrícola sempre se destacou, como já foi ressaltado, a soja vem nas últimas décadas, buscando espaços cada vez maiores, voltada para uma agricultura comercial e agroexportadora, sempre com o intuito de abastecer o mercado Internacional.

Segundo ENTREVISTADO 14, Engenheiro Agrônomo da COTRIJUC e produtor de soja, nos diz que:

Apesar da soja ser uma leguminosa Asiática, quem dita o valor dela no mercado mundial é a bolsa de valores de Chicago nos Estados Unidos, que varia em média de doze a quinze dólares (US\$ 12,00 a US\$ 15,00) a saca de sessenta quilogramas (60 Kg) no mercado internacional. (...) Sempre foi assim, desde a primeira colheita no Brasil que iniciou no Planalto do rio Grande do Sul no finalzinho da década de 50. Sempre foram os Americanos que mandaram.

A fala deste entrevistado, somada aos objetivos, incentivou-nos a pesquisar os números, que esta leguminosa asiática teve como desempenho, desde a implantação até os dias de hoje, em Júlio de Castilhos.

Consultando os Censos Agropecuários do FIBGE, pode-se afirmar que no censo de 1950, não se tinha produção da soja no Brasil, uma vez que o grão nem constava na relação da produção naquele ano. Na década de 1960, surgiram algumas lavouras experimentais em Júlio de Castilhos, mas com pouca divulgação e conhecimento por parte dos agricultores, mesmo assim foram quantificadas pelo FIBGE, com 234 toneladas do produto colhido em uma área de 236 hectares, ou seja, baixa produtividade, com 991 Kg/ha ou ainda 16,5 sacos/ha. Nos anos 60, esses 236 hectares correspondiam a 0,012% da área rural do Município.

Já dez anos mais tarde, em 1970, o mercado externo solicitou a soja, em consequência, o governo brasileiro incentivou sua produção através de largos financiamentos, relegando a pecuária e outros cultivos, com incentivos fiscais e

financeiros para a soja em prol de gerar divisas com a agroexportação. Assim, as multinacionais que compram a soja brasileira se estabeleceram no Brasil com a finalidade de vender sua tecnologia (maquinários e insumos), para uma maior produção de soja e, também, atrelar suas relações comerciais.

Na década de 1970, o município de Júlio de Castilhos produziu 3.314 toneladas em 3.441 hectares, mas, mesmo com o aumento da produção e da área cultivada, a produtividade continuava muito baixa, diminuindo ainda mais em comparação com a década anterior, com 963 kg/ha ou 16 sacos/ha.

A produtividade é um fator muito significativo, pois representa maior investimento na produção. A produtividade começou a aumentar no Município, na década de 1980, ano em que foram colhidas 53.317 toneladas em uma área de 49.492 hectares, com produtividade de 1.077 kg/ha ou 18 sacos/ha. (Tabela 06)

Nos anos 90 a soja conquistou índices até então nunca atingidas no Município, com 106.080 toneladas produzidas em uma área de 52.000 ha, com uma produtividade de 2.040 kg/ha ou 34 sacos/ha. Este número só foi alcançado por causa da grande tecnologia acumulada ao longo das últimas décadas, empregadas no campo. Também podemos salientar que, nesta década surgiu em Júlio de Castilhos a técnica do plantio direto<sup>16</sup>, superando e pondo em questionamento o plantio convencional, que degrada com mais intensidade os solos. (Gráfico 2)

<b>ANOS</b>	<b>Quantidade Colhida (ton)</b>	<b>Área Plantada (hectáres)</b>	<b>Produtividade (Kg / ha)</b>	<b>Produtividade (sacos / ha)</b>
<b>1960</b>	234	236	991	16,5
<b>1970</b>	3.314	3.441	963	16
<b>1980</b>	53.317	49.492	1.077	18
<b>1990</b>	106.080	52.000	2.040	34
<b>2000</b>	86.400	48.000	1.800	30
<b>2007</b>	172.800	72.000	2.400	40

Tabela 06: Produtividade Física da Soja em Júlio de Castilhos / RS (1960 – 2007)

Fonte: Censos Agropecuários; FIBGE de 1960, 1970, 1980, 1990, 2000 e 2007.

Organização: MOREIRA, V.S.

<sup>16</sup> Diz-se de sistema de plantio onde procura minimizar a degradação do solo. Sistema que preserva o húmus da terra com a decomposição da matéria orgânica pré-existente, no caso, os campos nativos. Sistema em que a semente é plantada no campo nativo sem movimentar o terreno agricultável.

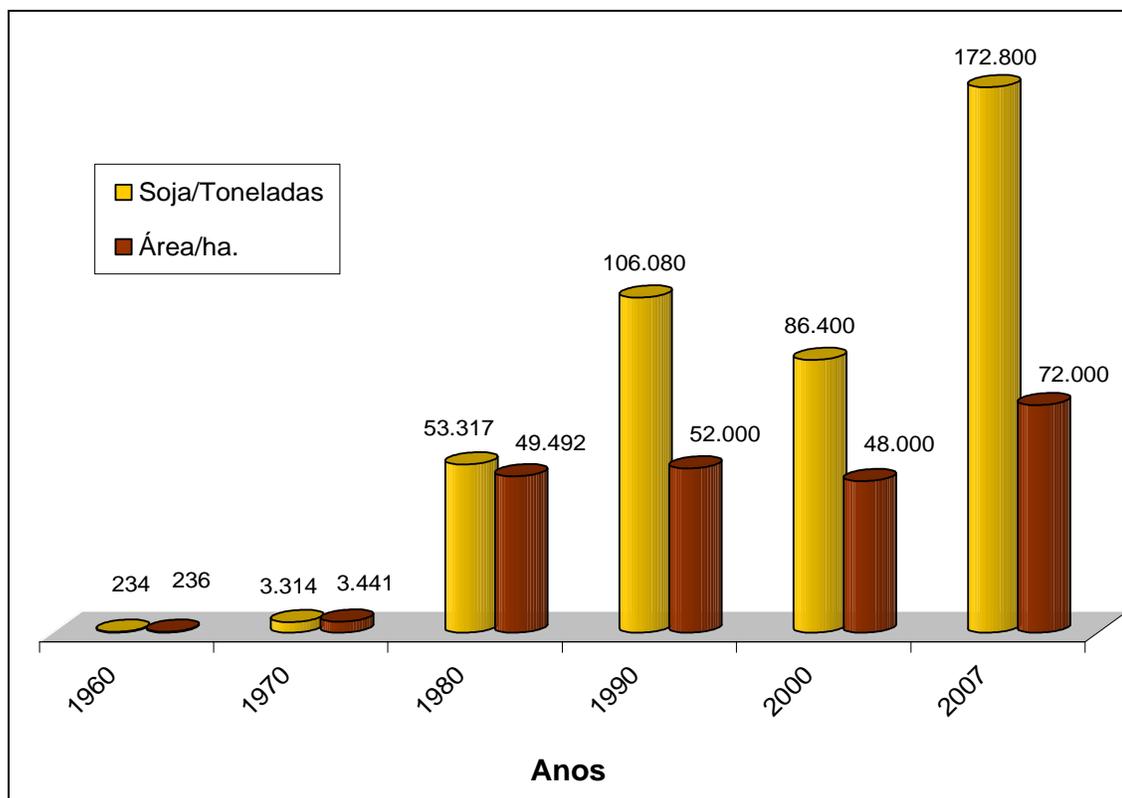


Gráfico 2: A produção e área da soja em Júlio de Castilhos/RS (1960 – 2007)  
 Fonte: Censos Agropecuários; FIBGE de 1960, 1970, 1980, 1990, 2000 e 2007.  
 Organização: MOREIRA, V.S.

Em 2000 a soja colhida no Município diminuiu sua produção, em virtude das instabilidades climáticas que atingiram o Rio Grande do Sul e a ocorrência do fenômeno “*El Nino*”, assim, houve a queda da produtividade devido a estiagem, pois foram colhidos 86.400 toneladas do grão, em uma área de 48.000 hectares, com produtividade de 1800Kg/ha ou 30 sacos/ha.

Comparando a área plantada nas décadas de 1980, 1990 e 2000, é relevante salientar que nessas três décadas a média foi de 49.830 hectares plantados e oscilou entre 48.000 e 52.000 hectares. O diferencial ocorreu na produção como pode ser observado no Gráfico 2.

Atualmente, como pode ser verificado no gráfico 2, o agronegócio que é sustentado pelo lucro do capital investido está em alta, assim; a área plantada e a produtividade da soja em 2007, superou todos os índices e expectativas. Neste ano, a área plantada foi recorde no Município, com 72.000 hectares, correspondendo a quase 40% da área rural de Júlio de Castilhos, responsável por uma produção de 172.800 toneladas do grão e a produtividade alcançada foi de 2.400 kg/ha ou 40 sacos/ha. O custo médio para a produção, neste ano, foi de 14,8 sacos/ha.

### **3.3 – Reflexões sobre o Território da Agricultura Empresarial**

O território da Agricultura Empresarial representa a vitória de descendentes italianos, que migraram da quarta colônia para Júlio de Castilhos e, com muito sacrifício e preconceito encontrado em seus caminhos, conseguiram provar para a sociedade local, que venceram através da insistência e do trabalho, é claro, apoiados pelo capital.

O capital investido nesse território, torna-o muito dinâmico em relação ao primeiro território, mas mesmo assim, não lhe traz o prestígio que a pecuária tem, pelo motivo de que a maioria dos sojicultores não são proprietários das terras em que plantam. Mas o território da pecuária, em nossos dias, não unanimemente, já tolera de forma mais passível o território da agricultura empresarial, isso demonstra que há apenas os laços de interesses em torno do capital.

O território da Agricultura Empresarial é um espaço de relações dinâmicas, que geram fluxos econômicos para Júlio de Castilhos, esse fato, deve-se aos financiamentos, que chegam ao sistema financeiro local, com esse capital é comprado insumos, que na sua maioria vem direto das fábricas para as lavouras e, uma pequena parcela adquirida no Município. Posterior a colheita, a produção é comercializada para quitar os financiamentos e fornecedores.

Portanto, é dessa forma que o segundo território rural castilhense, o território da Agricultura Empresarial, se implanta e se efetiva no território da pecuária.

## **4 – OS ASSENTAMENTOS RURAIS: NOVAS CONFIGURAÇÕES NO ESPAÇO AGRÁRIO CASTILHENSE**

Esse capítulo da dissertação, analisará como ocorreu o surgimento de três assentamentos rurais promovidos pelo INCRA, que (re)territorializaram três latifúndios, assim, analisando a fragmentação espacial de áreas tradicionais da pecuária e a estrutura fundiária do município em estudo.

### **4.1 – O despertar de um Movimento Social**

Não é possível fazer uma leitura geográfica de algum movimento social, utilizando somente conceitos de outras ciências, assim, essa é uma reflexão, que tem por finalidade propor uma análise de um movimento social a partir de conceitos geográficos, como a espacialização e a territorialização, ambos, embasados na relação do poder já visto anteriormente.

De acordo com SANTOS (1996, p.70): “Conceitos em uma disciplina são freqüentemente apenas metáforas nas outras, por mais vizinhas que se encontrem. Metáforas são *flashes* isolados, não se dão em sistemas e não permitem teorizações”.

Os movimentos sociais constroem estruturas, desenvolvem processos, organizam e dominam territórios das mais diversas formas. Os movimentos sociais podem ser categorias de diferentes áreas do conhecimento, desde que os cientistas construam os respectivos referenciais teóricos. Esse é o nosso desafio na Geografia.

É de fundamental importância para a Geografia conhecer a organização do território, considerando cinco pontos cruciais, a partir desse momento a análise de um movimento social será facilitada. Sendo eles: 1º) a estrutura da organização espacial, os fluxos relacionados aos processos físicos, sociais e econômicos e como os mesmos interagem; 2º) as características das interações homem – meio ambiente; 3º) as características sociológicas e econômicas de cada época; 4º) as forças de ação que interferem na estrutura e dinâmica da organização; 5º) os limites territoriais das organizações espaciais, que são mutáveis e podem ser alterados. (SPOSITO, 1996)

Vale lembrar, que cada sistema territorial segrega sua própria territorialidade, que os indivíduos e as sociedades vivem. Assim, a territorialidade é a soma das relações entre um ator com seu meio, é a totalidade de relações biossociais em uma

interação espacializada. A espacialidade expressa, sustenta, determina, e ao mesmo tempo designa a formação social e econômica, e também reforça a acentuação da diferenciação, segregação e da separação entre as pessoas e os lugares, entre o ser, o estar e o fazer.

Numa sociedade de classes, esta contém a lógica e o sentido dado pela diferenciação social e econômica, e o poder de produzir / transformar / consumir este espaço está também determinado por esta diferenciação. (SPOSITO, 1996)

Então, a natureza, a qualidade política e a intensidade do poder, decorrem desta diferenciação social e econômica, definindo se este poder significa ter apenas possibilidade de, ou força para, meios de, ou ter o direito de, a capacidade e a autoridade para, ou ainda ter ou não ter condições socialmente determinadas para poder produzir / transformar / consumir uma dada espacialidade. Com tudo isso, ou a falta de tudo isso, é que motiva os atores sociais a constituírem ou se integrarem em um movimento social, lutarem pela re-inserção ao modelo capitalista, que um dia os excluiu, deixando-os a margem, como foi o caso que efetivou dois assentamentos rurais em Júlio de Castilhos.

Conforme as leituras realizadas, foi relevante confeccionar um organograma para melhor compreensão do tema abordado. (Figura 1)

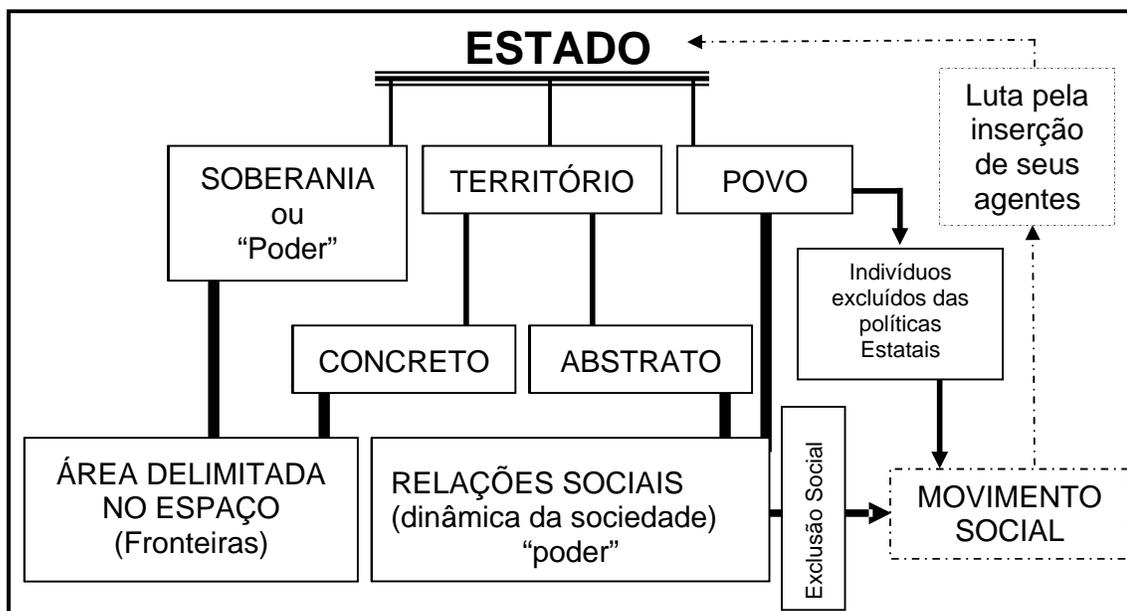


Figura 1 – Fluxograma explicativo da gênese de um Movimento Social  
Org.: Vinicius Silva Moreira, 2006.

Assim, com uma análise do mesmo, perceber-se que o Movimento Social deriva de duas correntes; a primeira, provém de indivíduos excluídos das políticas governamentais, são pessoas que estão à margem da sociedade, dessa forma, são marginalizados pelo poder público não atuante. Essa realidade, pode ser exemplificada na figura dos moradores das grandes favelas do Rio de Janeiro, onde o “Poder” estatal não chega devido ao narcotráfico, ou ainda; indivíduos que são excluídos do direito de serem atendidos pelo deficitário Sistema Único de Saúde – SUS, pois são brasileiros, que não tem uma certidão de nascimento.

Conforme as palavras de MARTINS (2002, p. 14): “A exclusão é e foi própria das sociedades tradicionais, das sociedades estamentais, como foi a nossa, aliás, durante todo o período colonial e o período imperial, e da qual sobrevivem fortes vestígios.”

A segunda corrente é composta pelos indivíduos excluídos pelo próprio sistema capitalista, o qual através das relações sociais, segrega e impõem classes aos seus atores. Em soma disso, “... é útil refletir a respeito do que é o capitalismo nos dias de hoje, à partir da intuição política e social, do homem comum, de que vivemos numa sociedade que visivelmente descarta e secundariza pessoas.” (Ibid., p. 19)

Na verdade, a categoria exclusão é resultado de uma metamorfose nos conceitos que procuravam explicar a ordenação social, que resultou do desenvolvimento capitalista. Mais do que uma definição precisa de problemas, ela expressa uma incerteza e uma grande insegurança teórica na compreensão dos problemas sociais da sociedade contemporânea.

A exclusão é um problema social, porque abrange a todos: a uns porque os priva do básico para viver com dignidade, como cidadãos; a outros porque lhes impõe o terror da incerteza quanto ao próprio destino e ao destino dos filhos e dos próximos. A verdadeira exclusão está na sumarização própria da sociedade contemporânea, que ou nos torna panfletários na mentalidade ou nos torna indiferentes em relação aos seus indícios visíveis no sorriso pálido dos que não têm um teto, não têm trabalho e, sobretudo, não têm esperança. (MARTINS, 2002)

Um Movimento Social é alicerçado num processo de territorialização, pois esse se fortalece possibilitando a espacialização das experiências de seus atores, contribuindo no avanço da luta. Nesse sentido, o começo de uma luta tem como referencia outras lutas e conquistas. Dessa forma, ao consumarem suas conquistas,

territorializando-se, terão suas lutas relatadas na espacialização do movimento. Assim, vão construindo suas histórias, suas existências. (FERNANDES, 2000)

Portanto, a maneira mais racional e eficaz de haver uma inserção social das pessoas excluídas, é via movimento social; pois o grito da luta de uma causa é ouvida pelo Estado quando seus agentes se organizam, se manifestam, protestando e exigindo seus direitos legais.

#### **4.2 – Histórico do MST**

Para falar sobre a trajetória do MST é preciso falar da história da concentração fundiária, que marca o Brasil desde 1500. Por conta disso, aconteceram diversas formas de resistência como os Quilombos, Canudos, as Ligas Camponesas, as lutas de Trombas e Formoso, a Guerrilha do Araguaia, entre muitas outras.

Em 1961, com a renúncia do então presidente Jânio Quadros, João Goulart – o Jango – assume o cargo com a proposta de mobilizar as massas trabalhadoras em torno das reformas de base, que alterariam as relações econômicas e sociais no país. Vive-se, então, um clima de efervescência, principalmente sobre a Reforma Agrária.

Com o golpe militar de 1964, as lutas populares sofrem violenta repressão. Nesse mesmo ano, o presidente-marechal Castelo Branco decretou a primeira Lei de Reforma Agrária no Brasil: o Estatuto da Terra. Elaborado com uma visão progressista com a proposta de mexer na estrutura fundiária do país, ele jamais foi implantado e se configurou como um instrumento estratégico, para controlar as lutas sociais e desarticular os conflitos por terra. As poucas desapropriações serviram apenas para diminuir os conflitos ou realizar projetos de colonização, principalmente na região amazônica. De 1965 a 1981, foram realizadas 8 desapropriações em média, por ano, apesar de terem ocorrido pelo menos 70 conflitos por terra anualmente.

Nos anos da ditadura, apesar das organizações que representavam as trabalhadoras e trabalhadores rurais serem perseguidas, a luta pela terra continuou crescendo. Foi quando começaram a ser organizadas as primeiras ocupações de terra, não como um movimento organizado, mas sob influência principal da ala progressista da Igreja Católica, que resistia à ditadura. Foi esse o contexto que levou ao surgimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975.

Nesse período, o Brasil vivia uma conjuntura de extremas lutas pela abertura política, pelo fim da ditadura e de mobilizações operárias nas cidades. Fruto desse contexto, em janeiro de 1984, ocorre o primeiro encontro do MST em Cascavel, no Paraná, onde se reafirmou a necessidade da ocupação como uma ferramenta legítima das trabalhadoras e trabalhadores rurais. A partir daí, começou-se a pensar um movimento com preocupação orgânica, com objetivos e linhas políticas definidas.

Em 1985, em meio ao clima da campanha “Diretas Já”, o MST realizou seu primeiro Congresso Nacional, em Curitiba, no Paraná, cuja palavra de ordem era: “Ocupação é a única solução”. Neste mesmo ano, o governo de José Sarney aprova o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que tinha por objetivo dar aplicação rápida ao Estatuto da Terra e viabilizar a Reforma Agrária até o fim do mandato do presidente, assentando 1,4 milhão de famílias. Mais uma vez a proposta de Reforma Agrária ficou apenas no papel. O governo Sarney, modificado com os interesses do latifúndio, ao final de um mandato de 5 anos, assentou menos de 90 mil famílias sem-terra. Ou seja, apenas 6% das metas estabelecidas no PNRA foi cumprida por aquele governo.

Com a articulação para a Assembléia Constituinte, os ruralistas se organizam na criação da União Democrática Ruralista (UDR) e atuam em três frentes: o braço armado – incentivando a violência no campo – a bancada ruralista no parlamento e a mídia como aliada.

Os ruralistas conseguiram impor emendas na Constituição de 1988, ainda mais conservadoras, que o Estatuto da Terra.

Porém, nessa Constituição os movimentos sociais tiveram uma importante conquista, no que se refere ao direito à terra: os artigos 184 e 186. Eles fazem referência à função social da terra e determinam que, quando ela for violada, a terra seja desapropriada para fins de Reforma Agrária. Esse foi também um período em que o MST reafirmou sua autonomia, definiu seus símbolos, bandeira, hino. Assim foram se estruturando os diversos setores dentro do Movimento.

A eleição de Fernando Collor de Melo para a presidência da República em 1989, representou um retrocesso na luta pela terra, já que ele era declaradamente contra a Reforma Agrária e tinham ruralistas como seus aliados de governo. Foram tempos de repressão contra os Sem Terra, despejos violentos, assassinatos e prisões arbitrárias. Em 1990, ocorreu o II Congresso do MST, em Brasília, e que continuou debatendo a organização interna, as ocupações e, principalmente, a

expansão do Movimento em nível nacional. A palavra de ordem era: “Ocupar, resistir, produzir”.

Em 1994, Fernando Henrique Cardoso vence as eleições com um projeto de governo neoliberal, principalmente para o campo. É o momento em que se prioriza novamente a agroexportação. Ou seja, em vez de incentivar a produção de alimentos, a política agrícola está voltada para atender os interesses do mercado internacional e para gerar os dólares necessários para pagar os juros da dívida externa.

O ano seguinte, o MST realizou seu III Congresso Nacional, em Brasília. Cresce a consciência de que a Reforma Agrária é uma luta fundamental no campo, mas que se não for disputada na cidade nunca, terá uma vitória efetiva. Por isso, a palavra de ordem foi “Reforma Agrária, uma luta de todos”.

Já em 1997, o Movimento organizou a histórica “Marcha Nacional Por Emprego, Justiça e Reforma Agrária” com destino a Brasília, com data de chegada em 17 abril, um ano após o massacre de Eldorado dos Carajás, quando 21 Sem Terra foram brutalmente assassinados pela polícia no Pará.

Em agosto de 2000, o MST realiza seu IV Congresso Nacional, em Brasília, cuja palavra de ordem foi “Por um Brasil sem latifúndio”.

Em junho de 2007, o MST faz seu V Congresso Nacional, em Brasília e, sua palavra de ordem era “REFORMA AGRÁRIA: Por Justiça Social e Soberania Popular!”

Hoje, completando 22 anos de existência, o MST entende que seu papel como movimento social é continuar organizando os pobres do campo, conscientizando-os de seus direitos e mobilizando-os para que lutem por mudanças. Nos estados em que o Movimento atua, há luta não só pela Reforma Agrária, mas pela construção de um projeto popular para o Brasil, baseado na justiça social e na dignidade humana.

#### **4.3 – Um Novo Território no Rural Castilhense**

Pode ser observado que, tanto a agricultura empresarial, quanto à pecuária extensiva, sempre tiveram destaque no cenário agrário Castilhense; uma por possuir o fator capital em forma de financiamento/subsídios e outra por possuir o fator terra. Dessa forma, a agricultura familiar não somente no município em estudo, mas em todo o Brasil, sempre foi colocada em segundo plano, relegada as políticas de

auxílio e financiamento. Isto pode ser confirmado nas palavras de TAMBARA (1983, p. 20):

O setor agrícola constitui, pois; um elemento-chave no modelo econômico brasileiro na medida em que é um dos principais captadores de divisas para a nação. Assim, nota-se que os produtos incentivados pelo governo neste setor são aqueles destinados à exportação em detrimento daqueles destinados ao consumo interno, como feijão, milho, mandioca, etc.

Nos anos 80/90 essa realidade adquiriu outra concepção, mesmo com uma relutância da sociedade local, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) através de sua luta, ocupou e (re)territorializou três latifúndios em Júlio de Castilhos, via desapropriação realizada pelo INCRA.

Esse processo é melhor enfatizado e explicado nas palavras de FERNANDES (1996, p. 23) que diz:

No processo de dimensionamento do espaço de socialização política, os trabalhadores vêm a público de forma organizada e ocupam a terra, uma fração do território, cujo domínio reafirma, viabiliza e valoriza o processo de espacialização e de territorialização da luta. O espaço social concretiza-se geograficamente como lugar social nos processos de construção da luta. O lugar social revela-se como conquista das condições essenciais para o próprio movimento em transformação. O lugar social é fundamental para a própria reprodução do espaço social que o produz, pois é onde se desenvolvem as experiências que permitem conquistar o espaço social e transformá-lo. Nesse processo, as lutas avançam como formas de organização social.

Com isso, são impressas novas configurações no espaço agrário, uma nova realidade na dinâmica das relações locais e uma nova paisagem formada pela diversificação do agrário em Júlio de Castilhos.

Ainda FERNANDES (1996, p. 26), tratando da compreensão do processo, nos diz que:

A utilização da idéia de processo no estudo da formação de um movimento de trabalhadores na luta pela terra, portanto, torna-se fundamental para compreender a interação espaço social/movimento, social/lugar, social/território. Esse deve ser o caminho para se dar conta da concepção dialética de processo.

A reforma agrária é um instrumento estratégico para o fortalecimento, a expansão e a consolidação do modelo familiar de agricultura. É fundamental para a

construção de um desenvolvimento sustentável, sob o prisma da democracia política, equidade social e sustentabilidade econômica e ambiental. (SAUER, 1998)

SAUER (1998, p. 87) salienta que: “Há uma conexão direta entre a agricultura de base familiar e a reforma agrária, ou, dito de outra forma, o acesso à terra transforma as famílias assentadas em um segmento de agricultores familiares.”

Para BLUM (1999, p. 72) as propriedades de agricultura familiar ou subsistência, são:

Propriedades muito diversificadas (quatro a sete atividades para subsistência e comercializando o excedente: culturas de lavoura de verão e inverno, bovinocultura de leite, suinocultura, avicultura, olericultura, piscicultura, fruticultura, etc.) O seu proprietário mora na propriedade. São propriedades geralmente menores de 50 ha, com concentração abaixo de 20 ha; usam baixa tecnologia (...)

Dessa forma, no ano de 1989, após dois anos de luta, foi desapropriado um latifúndio denominado de “Fazenda da Ramada”, com 2649,5 hectares de terra no município de Júlio de Castilhos, com isso, assentando 102 famílias, onde cada uma recebeu um lote de aproximadamente 25 hectares e, denominaram-no “Assentamento Ramada”. (Mapa 4)

No ano de 1995, nasce um novo assentamento no Município o qual assenta 72 famílias em um tradicional latifúndio pastoril, a “Fazenda da Alvorada”. Cada família recebeu aproximadamente 21,7 hectares e o Assentamento passou a se chamar, “Assentamento Alvorada”. (Mapa 4)

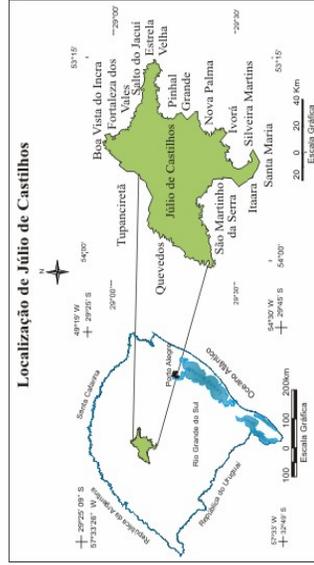
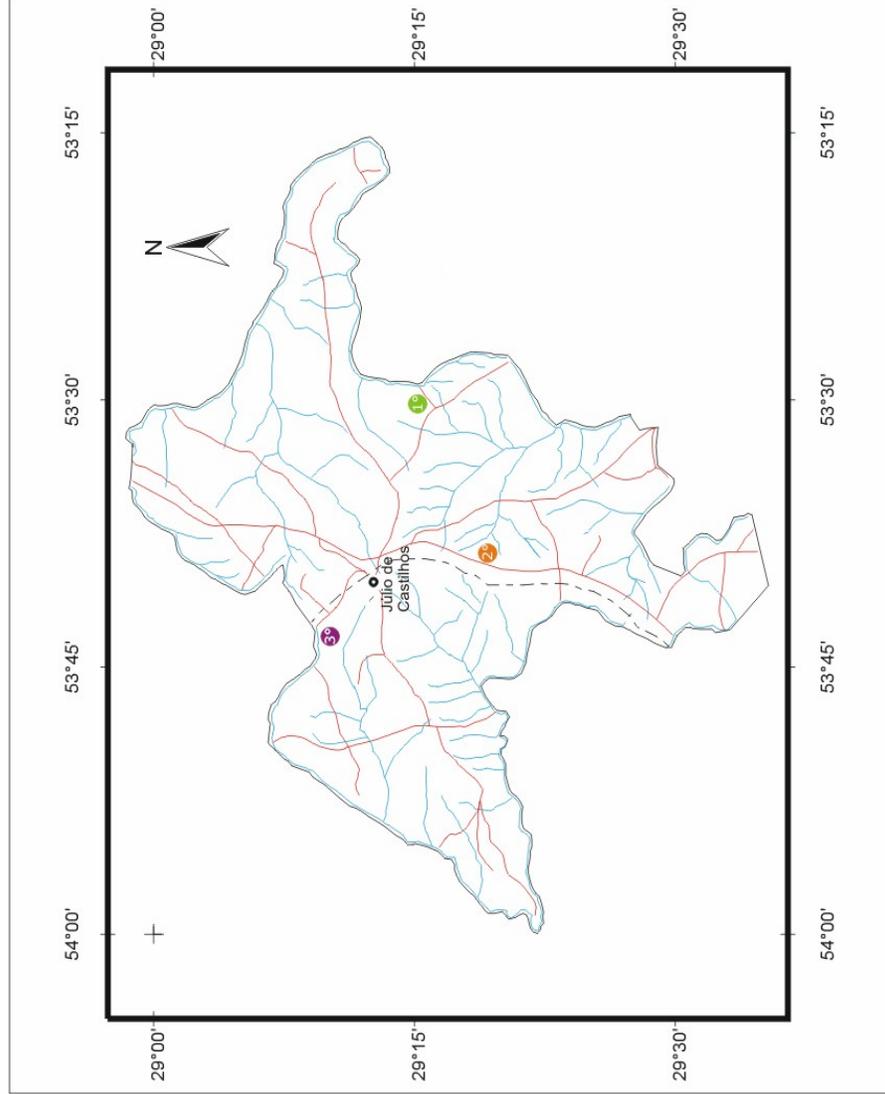
O terceiro assentamento rural em Júlio de Castilhos, efetivou-se no ano de 1999 na então Fazenda Santa Júlia, assim, denominando-o “Assentamento Santa Júlia” com 60 lotes de aproximadamente 20 hectares cada. (Mapa 4)

Após as desapropriações desses três latifúndios, surge uma nova configuração no espaço agrário castilhense, a inserção da agricultura familiar no cenário local, onde antes era dominado pela pecuária extensiva e a lavoura agroexportadora de soja. O MST confirma a agricultura familiar em Júlio de Castilhos, lutando pelo direito de sua manutenção e subsidiando os alimentos para a sede municipal. Conforme ressalta GORENDER (1994, p. 41):

Recentes pesquisas empíricas bem fundamentadas vêm demonstrando a extraordinária vitalidade do desenvolvimento da agricultura brasileira por via da pequena exploração familiar, ... essa é que garante a maior parte do abastecimento alimentar das populações urbanas.

Assim, encontra-se no município de Júlio de Castilhos uma notável produção primária com três configurações distintas, ou ainda pode-se dizer; três territórios distintos, pois compreende a pecuária de corte ou extensiva embasada no fator terra; a produção de grãos (sobretudo a soja) com a lavoura empresarial, alicerçada no fator capital e, a diversificação da agricultura familiar, essa, reforçada com três assentamentos rurais e apoiada com o fator trabalho.

# Evolução Temporal dos Assentamentos Rurais em Júlio de Castilhos/RS



**Convenções cartográficas**

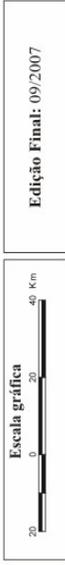
<b>Zonal</b>	<b>Linear</b>
Assentamento Ramada (1)	Rede de Drenagem
Assentamento Alvorada (2)	Limite Municipal
Assentamento Santa Júlia (3)	Rodovia Principal
	Rodovia Secundária
	Ferrovia

**Base cartográfica utilizada**

<b>Malha Digital</b>	<b>Cartas Topográficas Dsg/RS</b>
Municípios 2001 IBGE	Escala: 1:50.000
<b>Mapa Político</b>	Val de Serra - SH22-V-C-14
Município de Júlio de Castilhos 2005	Júlio de Castilhos - SH22-V-C-14

**Sistema de coordenadas**

Projeção Universal Transversa de Mercator - UTM  
 Datum Vertical: Marcenato de Torres-RS  
 Datum Horizontal: Corrego Alegre-MG  
 Origem da Quilometragem UTM: Equador e Meridiano 57° W. GR.  
 Acrecidas as constantes 10.000Km e 500Km, respectivamente.



**Edição Final:** 09/2007

**Elaboração:** Vinicius Silva Moreira **Orientação:** Prof. Dr. Cesar de David

Mapa 4 – Mapa de localização dos Assentamentos Rurais em Júlio de Castilhos/RS

#### **4.4 – A Territorialização dos Assentamentos rurais em Júlio de Castilhos**

Nesta seção, será relatada a luta pela terra nos três assentamentos rurais e, o processo de implantação e desenvolvimento dos mesmos. Essa análise realizar-se-á de acordo com a ordem cronológica de implantação, dessas três áreas, que formam o território dos assentamentos rurais; primeiro o Assentamento Ramada, segundo o Assentamento Alvorada e o terceiro o Assentamento Santa Júlia.

##### **4.4.1 – Assentamento Ramada**

No ano de 1988, a Fazenda da Ramada foi ocupada pelos acampados da Fazenda Anonny, a partir desse momento, começou um litigioso processo pela desapropriação de uma área de 2.649,5 hectares, onde foram assentadas 102 famílias.

Segundo o ENTREVISTADO 18, um dos coordenadores do assentamento; a primeira ocupação foi em março de 1988, mas após 36 dias ocupando a área, foram retirados por um mandado judicial expedido pela comarca local, solicitado pelo então proprietário. Juntamente com essa ordem judicial, receberam a garantia do INCRA, que a área seria desapropriada até dezembro daquele ano. Assim, não houve resistência na desocupação, pois tinham a garantia, que iriam voltar definitivamente no próximo ano. Em janeiro de 1989, o MST fez uma nova mobilização, famílias cansadas de esperar pela promessa não cumprida do INCRA em desapropriar a Fazenda da Ramada, marcham novamente da Fazenda Anonny, no Norte do estado, até Júlio de Castilhos.

O proprietário, sabendo que a marcha estava próxima, solicitou ao Estado proteção para a sua Fazenda, contando inclusive com o apoio da União Democrática Ruralista (UDR) e da Brigada Militar, com homens do grupamento da polícia de choque, vindos da capital.

O ENTREVISTADO 18, relata que:

A Brigada ficou na saída da cidade, bem na Vilão União, de frente a Igreja Medianeira (Saída da cidade em direção a Pinhal Grande). Trancaram a rua com dois ônibus um de frente pro outro e eles (Policiais) ficaram lado a lado em frente aos ônibus. Mais pro lado tinha os da UDR insultando a nossa gente. Tivemos que parar nossa marcha no trevo, era uma tarde quente de janeiro, tinha mulher e criança naquele sol. O comércio da redondeza fechou, ninguém queria dar água. Quando os companheiros começaram a gritar a palavra de ordem do movimento: "Ocupação é a única solução!" a polícia começou a bater o cacete no escudo e bater os pés no chão. O

conflito foi inevitável, deram tiros de borracha nos companheiros, soltaram os cachorros, gás lacrimogêneo, paulada e nós revidamos também.

Dessa maneira, o entrevistado expõe o confronto entre os envolvidos na questão (Sem-Terra, Latifundiários e o Estado, através da Brigada Militar), onde militantes do MST foram presos, alguns feridos e encaminhados ao hospital da cidade. O Estado disponibilizou ônibus para as famílias retornarem ao acampamento da Anonny, novamente com a promessa de desapropriação da Fazenda da Ramada em março do mesmo ano.

Conforme a Secretaria Estadual do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (2007), institucionalmente, esta área conforma dois assentamentos distintos. O Assentamento Ramada, implementado pelo INCRA em 15 de março de 1989, com uma área de 2.137,4 ha e no qual foram assentadas 83 famílias; e o Assentamento Ramada II, criado pelo governo estadual em maio do mesmo ano, com uma área de 512,1 ha abrigando 19 famílias. Como a área dos dois assentamentos é contígua os assentados consideram-se pertencentes a um único assentamento: o Ramada. Os lotes possuem dimensão média de 25 hectares, com topografia suavemente ondulada, típica do Planalto Meridional, formado por terra roxa muito fértil, propícia ao desenvolvimento de culturas agrícolas anuais.

O sujeito que luta pela terra, luta pela sua inserção social, deixa de ser sem terra a medida em que torna-se um assentado, porém uma questão a ser ressaltada é que; “a reforma agrária não é apenas redistribuição de terra, mas redistribuição de oportunidades de reinserção ou de inserção no sistema econômico” (Martins, 2002, p.42). Inserção esta, dificultada pela ausência de políticas específicas para o segmento familiar, em especial para os que ingressam nos assentamentos, via de regra, descapitalizados e sem bens materiais.

De acordo com Chayanov (1974), que vislumbrava um aumento dos estabelecimentos rurais de economia familiar, com a inserção do capitalismo no campo, haveria uma substituição do campesinato pelo surgimento da agricultura familiar capitalizada, suas afirmações em 1925 estavam corretas. Portanto, os assentados nada mais são do que agricultores familiares, que estão inseridos no modelo capitalista, pois os mesmos são frutos desse modelo.

Com isso, ao passar 18 anos desde a sua fundação, as 102 famílias de pequenos agricultores tornaram-se, juntas, os maiores produtores de leite da região. A criação do assentamento conta atualmente, com gado leiteiro, suínos e algumas

aves para o comércio e para o abastecimento próprio. A produção tem o suporte técnico da COPTec, a qual contribui com a assistência de agrônomos e veterinários.

A reprodução socioeconômica das famílias assentadas, advém do sistema produtivo agrícola, composto basicamente pelo cultivo do soja presente em 35% dos estabelecimentos e milho em regime direto totalmente mecanizado, e pelo sistema criatório, onde segundo a Inspeção veterinária de Júlio de Castilhos – IVJC, as famílias possuem, em média, 21 cabeças de gado bovino de raças leiteiras como a Jérei e a Holandesa. Segundo a IVJC, em 31 de janeiro de 2007, o total do rebanho bovino leiteiro no Assentamento Ramada, era de 2168 cabeças. Esse número demonstra, que atualmente há mais bovinos na Ramada, do que quando era um estabelecimento de pecuária extensiva, pois, segundo lideranças do Assentamento, quando chegaram pela primeira vez, em 1988, não havia mais do que 50 cabeças de gado bovino.

A produção leiteira envolve a totalidade dos assentados, em que alguns destes pela sua elevada produção, se consagram como os maiores produtores municipais de leite. Ambos os produtos, cereais e leite são comercializados em sua totalidade junto as cooperativas locais, notadamente a Cotrijuc, Coopterra e Camnpal.

Secundariamente as famílias cultivam hortaliças agroecológicas, milho e laranja. (Fotografia 16) Os assentados também se envolvem com a piscicultura e com a produção de mel.

O beneficiamento da produção constitui-se em outra atividade relevante, destacando-se os seguintes produtos: queijos, pães, bolos, doces e pastéis, vendidos no próprio assentamento e também na feira da cidade.

Com relação ao sistema de trabalho, normalmente, a família explora seu lote individualmente, reproduzindo o modo de vida da produção familiar, contudo também existe trabalho semi-coletivo ou em parceria. Constatou que este fenômeno, no entanto, se restringe aos casos das famílias, que não possuem máquinas. O trabalho semi-coletivo ocorre quando a família não dispõe de máquinas, assim, buscam trabalhar seu lote coletivamente com outra família que possua o maquinário necessário. Neste caso, a primeira família contribui com terra, adubo e trabalho, enquanto que a outra fica responsável pelo preparo da terra, plantio e colheita.

Já a parceria se desenvolve, quando a família assentada, não possuindo máquinas para trabalhar seu lote, arrenda uma parcela de suas terras, para uma família assentada, que seja detentora de máquinas e implementos agrícolas. Desta

maneira, a família que arrenda parte de seu lote, solicita como pagamento à família arrendatária, o preparo do restante de suas terras, ou seja, aquelas que não foram arrendadas. Cabe destacar ainda, que uma parte dos assentados compraram máquinas coletivamente, formando grupos de duas ou três famílias. Situações como estas, indicam a presença de laços de solidariedade entre os assentados, embora predomine o trabalho individual.



Fotografia 16 – Produção de laranjas no Assentamento Ramada. Safra de 1999.  
Fonte: Fotografia concedida pelo Assentamento .

O assentamento além de possuir boa infra-estrutura individual, dispõe também de boa infra-estrutura coletiva, materializada pela rede de água artesiana comunitária, oferecendo água potável, o que contribui com a saúde das 102 famílias.

O assentamento possui infra-estrutura de lazer e recreação tais como: salões comunitários, canchas de bocha, campos de futebol, locais que proporcionam momentos de sociabilidade entre a população assentada, seja nos finais de tarde, ou de semana ou ainda por ocasião das festas, que servem para agregar a comunidade local.

Há também uma escola Estadual de Ensino Fundamental, que denomina-se “Quinze de Março” a data da maior conquista dessas famílias, em que receberam seus lotes do INCRA, construída a partir de 1990 e concluída em 1997.

Essa escola oferece ensino fundamental completo a 90 alunos, filhos de assentados, proporcionando formação voltada para a valorização da luta pela terra e pela descendência, seja na militância ou na propriedade através da pedagogia Freiriana. O corpo docente é composto por 10 professores, oriundos do próprio assentamento, com nível superior, além do que alguns agregam em sua formação, experiências adquiridas na militância do MST, em nível nacional.

Com a conclusão do ensino fundamental, os estudantes têm que se deslocarem até a cidade, percorrendo 44 quilômetros para continuarem seus estudos no ensino médio. São 22 quilômetros para ir e mais 22 quilômetros para voltar, o que levou o assentamento a adquirir um ônibus para o transporte escolar.

Hoje, passados 18 anos da fundação do assentamento, pode se dizer que este foi um projeto bem sucedido, que apesar dos problemas que ainda persistem, muito já contribuiu para o desenvolvimento local, provando que a reforma agrária é uma das formas para a dinamização socioeconômica no meio rural, invertendo a lógica do domínio latifundiário secular, marcado pelo subaproveitamento de terra e sua incapacidade de gerar e distribuir renda, para o alcance do desenvolvimento socioeconômico e para a melhoria das condições de vida da população.

Mesmo com o progresso e a inserção social das famílias, muitos filhos de agricultores não conseguem mais permanecer nas terras conquistadas com tanto sacrifício pelos seus pais, pois a terra é pouca e não é suficiente para suprir a mão de obra dos filhos. Com isso, os jovens têm dois caminhos; um é ser proletário e vender sua força de trabalho em outras áreas rurais ou até mesmo nas cidades, outro, é fazer o mesmo árduo caminho que seus pais fizeram no passado, inserindo-se nos movimentos sociais, voltando a um acampamento para lutar pela terra.

#### 4.4.2 – Assentamento Alvorada

A Fazenda da Alvorada possuía 1569 hectares e estava sob processo judicial pelo não pagamento do Imposto Territorial Rural (ITR) e, também sob vistoria do INCRA por estar ociosa desde 1986.

Dessa forma, houve uma grande mobilização do MST, quando no ano de 1996 ela foi ocupada por 1200 famílias, oriundas de três acampamentos localizados em Cruz Alta, Lagoa Vermelha e Encruzilhada do Sul. Essa ocupação teve a finalidade de pressionar e acelerar o processo de desapropriação, que estava se arrastando na justiça a quase uma década. Durante o processo de ocupação, a Brigada Militar destacou 300 homens para a fazenda, mas a ação de ambas as partes foi pacífica.

Como a fazenda é atravessada pela BR – 158, as 1200 famílias não ficaram somente dentro da fazenda, mas também as margens dessa rodovia. Essa iniciativa, segundo o ENTREVISTADO 20, teve como finalidade a divulgação para a sociedade gaúcha da problemática centenária que o Brasil não reconhece como a má distribuição de terra, o problema da questão fundiária, uma vez que essa rodovia é uma importante rede que serve ao agronegócio.

Conforme as palavras do ENTREVISTADO 20, agricultor familiar e liderança do assentamento, ele diz:

São 1569 hectares onde havia duas pessoas morando, o capataz e o peão. O antigo dono que é médico só passava aqui pra pagar o salário dos dois empregados. Criavam uns 25 cavalos, e o resto era capim, também tinha uns 100 hectares de soja plantada e de resto não tinha nada. Os dois empregados também receberam um lote cada um.

Assim, na data de 10 de fevereiro de 1996, a fazenda da Alvorada foi desapropriada e dividida em 72 lotes, onde dois não participaram do sorteio para as 1200 famílias, pois foram destinados aos antigos empregados. Cada lote ficou com aproximadamente 21,7 hectares em média e, o mais relevante, ainda 1140 famílias permaneceram literalmente marginalizadas, mas permaneceram no movimento em busca da inserção social através da terra.

Passados 12 anos da fundação do assentamento, houve um crescimento populacional, que alterou a dinâmica demográfica local, pois onde antes moravam apenas dois empregados, hoje o assentamento, segundo lideranças, conta com 365 pessoas, distribuídas nas 72 famílias.

Ao falar sobre as dificuldades enfrentadas no assentamento, relembra o ENTREVISTADO 20:

O começo, logo após a fundação foi muito difícil, cada família, recebeu apenas 1700 Reais para construir as suas casas, por isso é que todas naquele período foram de madeira, alguns já construíram de alvenaria, mas a maioria ainda é de madeira. A energia elétrica só veio no fim do ano de 2000 e água encanada de qualidade não temos até hoje, bebemos água da cacimba, isso dá problema de saúde. A luta é constante, já fizemos vários pedidos pros governos, mas até hoje nada.

Em relação as moradias, segundo o entrevistado, muitas famílias já construíram ou estão em fase de construção das suas casas de alvenaria e, as antigas casas de madeira, foram transformadas em galpões para guardar suas ferramentas de trabalho e partes da produção, mas porém ainda há muitas famílias morando em precárias casas de madeira, como se observa nas fotografias 17 e 18.

A comunidade do assentamento Alvorada está ciente, que a má qualidade da água é um condicionante, para diversos tipos de doenças e as famílias têm por hábito em fervê-la antes de consumi-la. Outra prática a ser implantada no próximo ano são as fossas sépticas biodigestoras que o assentamento, em convênio com a Embrapa, irá substituir o poço negro que afeta a qualidade do solo e do lençol freático, uma vez que as famílias dependem dele para ter acesso a água.

Ainda em relação a saúde da comunidade, o Alvorada conta de uma unidade odontológica móvel (ônibus), que se desloca mensalmente da sede municipal até o assentamento. Já para o atendimento médico, as famílias se deslocam 15 quilômetros até o posto de saúde mais próximo, localizado na área urbana, porém os assentados reclamam da qualidade no atendimento e das péssimas condições de saúde há que estão submetidos.

As famílias, com uma área de 21 hectares em média, devem tirar seu sustento dessa área, em que o excedente de suas produção é comercializado nos centros urbanos. A viabilidade econômica e financeira das famílias está embasa, principalmente, na pecuária leiteira. Conforme os dados da IVJC, o assentamento Alvorada, em 31 de janeiro de 2007, contava com 1082 vacas das raças Holandesa ou Jérsei.



Fotografia 17 – Casa em precárias condições de moradia no assentamento Alvorada.  
Fonte: Trabalho de campo realizado nos meses de Agosto/Setembro de 2007.



Fotografia 18 – Em primeiro plano a horta da família, ao fundo casa sendo construída.  
Fonte: Trabalho de campo realizado nos meses de Agosto/Setembro de 2007.

Sabendo que os lotes variam em média de 21 hectares, e, que a média é de 15 vacas por lote, o criatório é intensivo, assim, além das famílias assentadas plantarem pastagem, utilizam também outros tipos de silagem para complementação alimentar da criação, pois a terra é pouca e tem que sobrar espaço para outros cultivos comerciais de subsistência.

A estrutura organizacional do assentamento é individual, e cada família escolhe o que vai ser produzido em seu lote. Isso não significa que as famílias não troquem serviços, a mão-de-obra é trocada entre vizinhos para diferentes tarefas, sobretudo nos períodos de safra. Essa prática ocorre, porque muitos agricultores familiares não possuem maquinários e implementos para realizarem suas atividades.

Dessa forma, é relevante salientar, que uma pequena parte dos assentados compraram máquinas e implementos agrícolas coletivamente, formando grupos de três a quatro famílias para compartilharem suas ferramentas de produção. Pois como Chayanov (1974, p. 94) expõem, "...a melhor forma dos pequenos agricultores se manterem no campo e se fortalecerem perante o modelo capitalista, é cooperarem, é se ajudarem coletivamente."

Seguindo essa premissa, os assentados do Alvorada, por serem na sua essência agricultores familiares e sobrevivendo em uma agricultura de subsistência, a salvo a produção leiteira, começam a pensar coletivamente no ano de 2006, quando constituem uma comissão para a construção de um quiosque de vendas de produtos manufaturados do assentamento. Com isso, cada família poderá agregar valor em sua produção, fazendo doces, pães, bolos, geléias, embutidos, queijos entre outros produtos coloniais e agroecológicos para comercializarem no quiosque

Para a construção do quiosque, destacado na fotografia 19, o assentamento contou com o apoio do Governo Federal, que através do Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do PRONAF, investiu vinte e quatro mil, quatrocentos e sessenta reais (R\$ 24.460,00), sendo que, a mão-de-obra para edificar a estrutura foi da própria comunidade.

A escolha do local foi estratégico, pois localiza-se as margens da BR – 158, com grande fluxo de veículos e com fácil acesso de estacionamento. No primeiro semestre do ano de 2007 a obra estava concluída.

Atualmente, o quiosque não está funcionando devido a dois problemas; primeiro por não ter uma produção consistente, mas segundo as lideranças do assentamento, a comissão que está a frente desse projeto, já está organizando com

as famílias essa questão. A segunda adversidade, deve-se ao fato de que somente após a liberação da inspeção sanitária, o lugar estará pronto para suas atividades, assim, a inauguração está prevista para 2008.

O assentamento também conta com uma escola municipal de ensino fundamental incompleto, da pré-escola à 5ª série, atendendo as crianças da comunidade, atualmente totalizando 48 alunos matriculados. Para completarem sua escolaridade, as crianças têm que se deslocarem até as escolas da cidade. A prefeitura Municipal, em convênio com o Estado, fornece transporte gratuito aos estudantes.

Essa escola teve fundação datada no ano de 1996 e suas instalações iniciais, estavam localizadas na antiga sede da fazenda (casa grande). No ano de 2000 foram concluídas as obras do novo prédio da escola São Francisco, como apresenta a fotografia 20.

Após 11 anos de fundação, o assentamento Alvorada vem colaborando com a economia local, pois são 72 famílias que movimentam recursos financeiros ajudando a dinamizar o município de Júlio de Castilhos, através do fortalecimento da agricultura familiar.



Fotografia 19 – Quiosque do assentamento Alvorada.

Fonte: Trabalho de campo realizado nos meses de Agosto/Setembro de 2007.



Fotografia 20 – Prédio da escola do assentamento Alvorada.

Fonte: Trabalho de campo realizado nos meses de Agosto/Setembro de 2007.

#### 4.4.3 – Assentamento Santa Júlia

A antiga Fazenda Santa Júlia tinha 1156 hectares, propriedade de um empresário português. Segundo relato dos assentados, a fazenda era de propriedade de um Coronel, que possuía mais duas fazendas no Rio Grande do Sul, uma em Santana do Livramento e outra em São Luiz Gonzaga. Com a morte desse latifundiário, cada um dos seus três filhos recebeu de herança uma dessas fazendas.

A herdeira que recebeu a Santa Júlia era empresária no Rio de Janeiro e nunca havia estado em Júlio de Castilhos. Assim, conforme os entrevistados, essa empresária vendeu a fazenda para um outro empresário, de origem portuguesa que queria investir no Brasil.

Segundo o ex-capataz da fazenda Santa Júlia, hoje um dos 60 assentados do local, diz que: “A patroa e o português sabendo da distância da capital até aqui, alugaram um avião pra virem até aqui na Santa Júlia, (...) voaram ai por cima uns 10 minutos, acho que acertaram o negócio e foram embora. (Risos)”

Ele complementa:

Um mês depois apareceu um advogado dizendo que era o tal de procurador do português, veio com uns homens da justiça e não ficaram mais de meia hora, deram uma olhada na sede, fizeram umas perguntas, olharam meus documentos e carteira de trabalho, acertaram meu salário, disseram que eu ia ficar tomando conta daqui e foram embora. Não deixaram nenhuma ordem, mas fiz meu trabalho como sempre.

Após esse momento, a fazenda Santa Júlia ficou ociosa por mais de dois anos, quando o MST, em 1999, a ocupou. Famílias vindas de outros acampamentos ao norte do Estado, como Rondinha, Cruz Alta e Passo Fundo, constituíram essa ocupação. Ao saber do acontecido, o proprietário e empresário português, imediatamente fez uma proposta de venda ao governo brasileiro, a qual foi aceita através do INCRA, não ocorrendo litígio pela propriedade através da reintegração de posse.

Assim, em 15 de setembro de 1999, a indenização foi paga ao proprietário e, na mesma data, houve o sorteio das 59 famílias, que iriam receber seus lotes no Santa Júlia. Um lote foi destinado ao antigo capataz do latifúndio.

Os lotes no assentamento variam em tamanho, sendo que o menor deles é de 18,5 hectares e o maior de 24 hectares, com a média de 19 hectares. Essa diferença de até 5 hectares de um lote para outro, segundo lideranças, deve-se ao motivo que

há áreas de mata nativa, que devem ser preservadas. Com isso, diminuindo a área agricultável pela família que recebeu o lote com a mata, portanto, a saída mais viável foi compensá-la, recebendo alguns hectares a mais para fazer uma hegemonia média de área agricultável.

Para que isso acontecesse, o desmembramento e a demarcação exata dos 60 lotes, o INCRA demorou quase um ano, mas as casas foram construídas todas de alvenaria no mesmo ano, contando com recursos do INCRA e do Governo do Rio Grande do Sul.

Em se tratando da infra-estrutura, a água encanada, energia elétrica e a estrada, demoraram três longos anos para que fossem implantadas no assentamento. A energia elétrica, recebida no assentamento conta com uma rede trifásica, propiciando a utilização de máquinas pesadas e de uma possível agroindústria.

Até o ano de 2002, a única estrada existente no assentamento era a que ligava a sede do antigo latifúndio a estrada principal, mas com o auxílio do maquinário da Prefeitura Municipal e recursos do INCRA, essa realidade mudou. A estrada foi aberta até os lotes mais longínquos, localizados na extremidade do assentamento, há cerca de 5 quilômetros da estrada principal, onde antes só existiam caminhos e trilhas.

O saneamento do assentamento é razoável. No ano de 2002 todas as residências receberam água encanada vinda de um poço artesiano localizado no centro comunitário, antiga sede do latifúndio. Atualmente, há dois projetos em trâmite no INCRA, para complementação das moradias, com previsão de execução no ano de 2008; um é a perfuração e construção de outro poço artesiano, para reforçar o abastecimento de água potável as famílias e o outro é a construção de fossas biodigestoras em substituição aos poços negros.

Para a diversão e lazer dos assentados são realizadas confraternizações no centro comunitário, onde há uma bodega<sup>17</sup>, mesas de sinuca, cancha de bocha e campo de futebol. Uma vez por mês, aos finais de semana, o assentamento promove festas e eventos que são divulgados na rádio local da cidade, assim, demais assentamentos e pessoas da cidade fazem excursões até o Santa Júlia. A religiosidade é muito presente no assentamento, pois as 60 famílias, todas católicas,

---

<sup>17</sup> Diz-se de botequim, boteco.

recebem a visita do pároco uma vez por mês, para a realização da santa missa dominical, no centro comunitário, outra forma de integração e socialização das famílias assentadas.

A educação para as crianças do assentamento é realizada na escolinha, localizada no centro comunitário. A escola oferece ensino da pré-escola até a 4ª série do ensino fundamental, isso deve-se ao motivo que, o currículo das séries iniciais é formado pela unidocência, assim reduzindo o número de professores deslocados da cidade, pois a escola é municipal.

Os sistemas de produção, desenvolvidos no assentamento, constituem-se em dois segmentos: os produtos de subsistência (milho, feijão, galinhas, porcos e hortaliças) e a produção leiteira como produto de geração de renda.

Conforme dados disponibilizados pela IVJC, o assentamento Santa Júlia, em janeiro de 2007, contava com 681 cabeças de bovinos, perfazendo uma média de 11 animais por lote. A realidade expressa nos outros dois assentamentos, em relação a pecuária leiteira, também se efetiva no Santa Júlia, pois esse, como nos outros dois, trabalha com uma pecuária intensiva apenas com vacas produtoras, como observa-se na fotografia 21.

Segundo as palavras do ENTREVISTADO 21, ele relata que: “Para a reprodução tem seis touros aqui no assentamento, quando alguma vaca está no cio e a gente quer que ela fique prenha, pedimos os touros emprestados.” E complementa dizendo: “Todos anos cada família sempre cria um boizinho pro consumo, que é abatido nas festas de final de ano. Quando nasce terneirinho macho a mais, o povo aqui tem costume de vender, pra quem tem terra e arrenda pra soja.” Ou seja, os terneiros excedentes são vendidos para a prática da Bovinocultura, já vista anteriormente.

Segundo os assentados do Santa Júlia, a produção do leite é essencial, para a geração de renda das famílias, mesmo que o preço do produto seja baixo. Porém, oferece a possibilidade de uma renda mensal, o que é uma garantia para o pagamento das obrigações financeiras e para a aquisição de produtos e bens de consumo, que a nove anos atrás ficavam apenas no imaginário, ficavam nas conversas em baixo da “lona preta”, e hoje, adquiridos no comércio local, como mostra a fotografia 22.



Fotografia 21 – Assentado alimentando suas 10 vacas leiteiras com farelo de milho.  
Fonte: Trabalho de campo realizado nos meses de Agosto/Setembro de 2007.



Fotografia 22 – Família de assentados recebendo geladeira e freezer comprados com o dinheiro da produção do leite do primeiro semestre. Compra efetuada no comércio de Júlio de Castilhos.  
Fonte: Trabalho de campo realizado nos meses de Agosto/Setembro de 2007.

A soja é outra produção agrícola que é praticada no Santa Júlia, mas de acordo com o ENTREVISTADO 21: “Nos últimos anos, a soja ta perdendo pro leite, o plantio da soja vem diminuindo aqui no assentamento e também ta diminuindo a dependência de adubo químico e agrotóxico.” E complementa dizendo: “A monocultura não é possível. A saída para a agricultura familiar é a policultura, a diversificação.”

Ainda o ENTREVISTADO 21: “Trabalhar meio ano, investindo na soja e depois quando colhe não dá pra pagar nem as dividas, isso não é vida. Você paga pra trabalhar, sem falar da saúde da comunidade, que fica prejudicada com o agrotóxico.”

É oportuno destacar a resistência de algumas famílias do assentamento Santa Júlia, em abandonar a produção da soja, pois há uma concepção enraizada na cultura local, que para gerar e acumular capital tem que aderir ao modelo vigente, de monocultura intensiva, entretanto, este modelo prioriza a grande propriedade e os altos custos de produção.

Da mesma maneira, cabe destacar que no assentamento Santa Júlia há 15 tratores, 5 plantadeiras e 3 colheitadeiras, que auxiliam não somente a produção de soja, mas também, a produção de feijão e milho. No assentamento, famílias que possuem maquinários, emprestam-nos às que não os têm, em troca de óleo diesel ou de trabalho.

Consoante as afirmações do ENTREVISTADO 22, os principais problemas enfrentados no assentamento são três: 1º) as más condições das estradas; 2º) a falta de assistência técnica e 3º) a carência de mão-de-obra.

Houve unânidade nas entrevistas, e todas as famílias entrevistadas reclamaram das más condições de trafegabilidade da estrada, que liga o assentamento até a estrada principal, com extensão de 5 quilômetros. Todos concordam que a Prefeitura Municipal não faz a manutenção e reparo, ficando esse serviço a cargo dos próprios assentados.

Outro problema enfrentado pelas famílias assentadas, refere-se a extrema carência dos serviços de assistência técnica, pois a EMATER não se faz presente e a COPTEC, segundo um de seus coordenadores, enfrenta muitos problemas para manter seus serviços aos agricultores.

O terceiro problema, está ligado a conjuntura histórica e social que o Brasil enfrenta, com o problema da má distribuição da terra e, desde a década de 1960,

com carência da mão-de-obra no meio rural, quando o espaço urbano ficou mais atrativo e superou o meio rural em números demográficos.

Segundo os coordenadores, há muito trabalho no assentamento Santa Júlia, pois o que falta é remuneração e os 20 hectares conquistados é o mínimo para a subsistência de uma família, em razão da terra insuficiente, os filhos adultos dos assentados vão em busca de outras alternativas, em geral nas cidades da região.

Alguns filhos de assentados do Santa Júlia exercem atividades urbanas, sendo que dois são moto-boy e outros três são empregados nas cidades da região. Há também, outros dois filhos de assentados, que nas safras de soja, prestam serviço para a lavoura empresarial como atividade complementar.

Em consideração ao exposto, há alguns problemas que necessitam de urgente solução, porém os assentados são unânimes em afirmar que a conquista da terra, apesar de árdua, foi um processo exitoso, que contribui não apenas para as famílias assentadas, mas também para a região em que o assentamento está inserido.

#### **4.5 – Reflexões sobre o Território dos Assentamentos Rurais**

Remontando brevemente à História de Júlio de Castilhos (COSTA, 1991), o lugar onde hoje é o Município foi uma das maiores sesmarias, da então província de São Pedro do Rio Grande do Sul, pertencente a João Vieira de Alvarenga. Esse estancieiro, o fundador do vilarejo, denominado primeiramente de Vila Rica e, posteriormente em 1889, elevado a categoria de Município, pela nova República que se instaurava, foi o maior proprietário de terras no centro do Estado.

Assim, pode-se considerar que a formação fundiária de Júlio de Castilhos, desde sua gênese, teve a grande propriedade como referência. Essa alusão perdurou exatamente por um século, pois em 1989, algo não concebível pela elite local aconteceu: a materialização da produção familiar em terras do latifúndio, através da formação do primeiro assentamento rural e o incremento da policultura.

Esse fato para a sociedade local foi de grande impacto, não apenas aos latifundiários, mas à sociedade como um todo, como os profissionais liberais, comerciantes, estudantes, políticos, religiosos e também proletários urbanos e rurais, que manifestaram sua discriminação e preconceito aos assentados.

Onde antes existiam apenas cinco (5) empregados, após a efetivação dos três assentamentos, alterou-se a composição e dinâmica demográfica, com o crescimento populacional rural. Hoje, residem 248 famílias, ou seja, 1177 pessoas

que representam 29,3% da população rural, cujo total é de 4.016 habitantes. (Secretaria Municipal de Desenvolvimento, 2007)

Os assentamentos rurais alteraram não somente a dinâmica demográfica, mas também a economia de Júlio de Castilhos. Essa afirmativa é justificada na alocação do ENTREVISTADO 21:

Acredito que a pequena propriedade aqui em Júlio de Castilhos está nos três assentamentos, o restante são médias e grandes propriedades. Esses caras, senhores do agronegócio ou latifundiários, compram insumos direto da fábrica, calcário direto de Caçapava do Sul, não como nós que compramos nas casas agropecuárias aqui da cidade. Eles não compram o carro zero na revenda do Elvio Fruet, eles vão direto a Santa Maria ou vem direto da fábrica pra eles, se a gente quer comprar um carrinho usado, vai lá no Fruet que ele financia. As roupas, eles não compram na quitanda da esquina como nós, eles compram roupas de grife no shopping de Santa Maria. Se eles tem dinheiro sobrando, investem em outras cidades, como Santa Maria e na Capital, não investem aqui em Júlio de Castilhos. Se a gente tem um dinheirinho sobrando, compramos material de construção pra reforma da casa, do chiqueiro, da estrebaria, tudo aqui na cidade. São quase 250 famílias que compram somente no comércio local, em Santa Maria a gente só vai quando tem que ir ao HUSM. (Ironia) Eu me pergunto se os assentamentos fizessem um boicote à economia castilhense. Eu me pergunto o que seria!

Conforme expôs o ENTREVISTADO 21, o comércio local depende, e muito, dos três assentamentos. Isso nos instiga a refletir que são 248 casas construídas, de alvenaria ou de madeira. São 248 famílias consumindo eletrodomésticos, bens e serviços, umas mais, outras menos. São 1177 pessoas, que de uma forma ou de outra, dinamizam o comércio castilhense; por essa razão, a sociedade castilhense diminuiu o preconceito com essas famílias, porém isso não significa a aceitação por todos os setores sociais, haja visto o conservadorismo ainda vigente, sobretudo pela elite econômica e pelos grandes proprietários fundiários.

Todavia, antes da implantação dos assentamentos rurais, a produção de leite era pouco expressiva do ponto de vista econômico. Conforme dados do IBGE, essa produção era destinada apenas para o consumo dos produtores e o excedente deixado para a criação dos animais. A tabela 07 apresenta as médias de produção, entre 1975 e 1990, que comprovam essa baixa produção.

Essa realidade começa a ter outra configuração, à partir da implantação dos assentamentos rurais, que encontraram no criatório de bovinos leiteiros (Holandesas e Jérseis) uma fonte constante de renda. A produção leiteira vem a corroborar e incrementar a economia castilhense, que segundo a Secretaria de Desenvolvimento

(2007), é responsável por 1,06% do PIB total. Assim, a prefeitura municipal de Júlio de Castilhos a partir de 1989, começou a quantificar a produção leiteira no Município, como mostram os dados da tabela 08.

<b>ANOS</b>	<b>Média da produção mensal</b>
<b>1975</b>	29.750 litros/mês
<b>1980</b>	56.434 litros/mês
<b>1990</b>	400.158 litros/mês

Tabela 07: Produção de leite em Júlio de Castilhos.

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE referente aos anos de 1975, 1980 e 1990. <sup>18</sup>

Organização: MOREIRA, V.S.

<b>ANOS</b>	<b>Média da produção mensal</b>
<b>1989</b>	394.234 litros/mês
<b>1994</b>	533.676 litros/mês
<b>2004</b>	637.712 litros/mês
<b>2005</b>	640.510 litros/mês
<b>2006</b>	730.315 litros/mês
<b>2007</b>	1.350.000 litros/mês (1º semestre)

Tabela 08: Produção de leite em Júlio de Castilhos.

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento do Município de Júlio de Castilhos.

Organização: MOREIRA, V.S.

Na tabela 08, é notável a gradativa elevação da produção leiteira. Como já mencionado, a implantação do primeiro assentamento ocorreu no ano de 1989, quando então as famílias assentadas começam a investir na atividade através de um plantel de qualidade.

Com o passar dos anos essa atividade foi prosperando devido a dois fatores principais; a implantação de mais dois assentamentos, o Alvorada em 1996 e o Santa Júlia em 1999, através dos agricultores familiares que começaram a investir na atividade e; o segundo fator vincula-se, diretamente, ao investimento feito pelos assentados nos seus rebanhos e infra-estruturas voltadas para a produção leiteira.

<sup>18</sup> O Censo Agropecuário do IBGE informa a produção em litros por ano, assim, foi dividido o valor total por 12, referente aos 12 meses do ano, para demonstrar a média mensal.

Outra reflexão relevante, é a contribuição do território dos assentamentos rurais para a pecuária em geral, pois 6% da produção do Município está nos assentamentos, que representam 2,88% da área total das propriedades. Razão pela qual a produção dos assentamentos é significativa, inclusive neste setor, quando comparadas as médias e grandes propriedades de Júlio de Castilhos.

## 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do litígio entre as coroas ibéricas, a doação de sesmarias surgiu como alternativa para Portugal garantir o território, aos indivíduos que da terra desejassem prosperar e defender a fronteira meridional da colônia. Somada a terra concedida pelo governo português, o varão também recebia uma patente do oficialado militar colonial. O município de Júlio de Castilhos tem sua gênese ligada nessa herança colonial, alicerçada no latifúndio proveniente das doações de sesmarias possibilitando as famílias sobreviver das atividades pastoris.

Compreendendo o processo de transformação do espaço rural, pode-se afirmar que o território da pecuária extensiva castilhense, perdurou hegemonicamente até meados da década de 1960, quando a agricultura empresarial, através do arrendamento, vem requerer do espaço agrário, áreas agricultáveis para o plantio da soja. Nas décadas de 1980 e 1990, o território da pecuária novamente cede parte de suas áreas através da desapropriação de latifúndios para a formação de assentamentos rurais e a prática da agricultura familiar.

Com a introdução da agricultura empresarial, subsidiada pelo Estado federal no campo brasileiro, em favor da geração de divisas através da agroexportação da soja, o território do agronegócio se efetivou em Júlio de Castilhos, com o arrendamento de áreas de campos nativos, onde tradicionais estâncias pecuaristas detinham glebas de terras. Assim, a agricultura da soja fez surgir um novo território rural no Município, o território do agronegócio ou da lavoura empresarial, não extinguiu o território da pecuária, mas sim sobrepõem-se a ele.

Constatou-se três fatores que propiciaram o surgimento do território da lavoura empresarial em terras da pecuária extensiva, são eles:

(1) a disponibilidade de áreas propícias à agricultura amplamente mecanizada pois essas condições favoráveis devem-se à topografia suave da área e a fertilidade das terras; (2) a euforia do chamado "milagre brasileiro", que proporcionou grande produtividade física da soja no Município, atuando como elemento propulsor para a expansão da lavoura, financiada por recursos públicos e; (3) a falta de subsídios governamentais (políticas) a que está relegada a pecuária, fazendo com que o pecuarista, através de cessão do solo por meio do arrendamento, extraísse a renda da terra, mantendo a exploração fundiária.

O desenvolvimento do território da lavoura empresarial está assegurado pela dinâmica econômica exercida no Município, uma vez que, a mesma lidera o PIB municipal. Entretanto, há contradições que a lavoura empresarial monocultora acarreta no rural, pois, se por um lado dinamiza a economia, por outro, aumenta os impactos ambientais como o desmatamento de matas galerias e capões<sup>19</sup> em busca de mais áreas agricultáveis, algo não concebível na prática da pecuária extensiva. Além disso, a lavoura empresarial utiliza de forma massiva adubos químicos e agrotóxicos que impactam a flora e fauna e aceleram os processos erosivos lixiviando campos e assoreando cursos de água.

Outra consequência problemática que a lavoura empresarial condiciona, é a ocultação do problema fundiário existente não somente em Júlio de Castilhos, mas em todo Brasil. Pois diversos proprietários de terras arrendam suas áreas para que terceiros cultivem a soja, dessa forma os donos da terra não precisam trabalhá-la, assim, ocultam o latifúndio em vários estabelecimentos rurais, mas a terra continua concentrada em poder de uma única pessoa ou família que lucra com a especulação fundiária.

Porém, a partir da década de 1980 e 1990, começa a implantação de assentamentos rurais em Júlio de Castilhos e seus efeitos sobre a estrutura fundiária do município. O motivo pelo qual os três assentamentos são formados no Município deve-se as grandes extensões de terras ociosas formadas pelo latifúndio pastoril. Aproximadamente 250 famílias que correspondem a 29,3% da população rural, vivem onde antes haviam apenas três propriedades. Os fluxos de bens e serviços no comércio de Júlio de Castilhos aumentou consideravelmente, pois os três assentamentos dinamizaram a economia municipal.

Em contrapartida, o território da pecuária encontrou no arrendamento de suas áreas para a sojicultura, uma alternativa para ocultar sua baixa produtividade, não sendo passível de vistorias do INCRA e possíveis desapropriações; tudo isso, somado a uma nova prática da pecuária, a bovinocultura. Dessa forma, o latifúndio é ocultado com o plantio de soja no verão e uma pecuária provisória em pastagens de inverno, como a aveia ou o azevém.

Com a inserção dos assentamentos rurais, surge o terceiro território rural que é embasado na agricultura familiar, pois a única maneira sustentável de manejar a

---

<sup>19</sup> Denominação regional referindo-se a bosques de matas nativas existentes nas pradarias.

pequena propriedade é sem dúvida a policultura, onde o caminho mais viável é otimizar ao máximo a área com culturas diversificadas. Essa prática, comprovada a partir da análise que das três antigas propriedades ociosas, atualmente, desenvolvem-se 248 lotes com diversificação de suas culturas, proporcionando uma nova dinâmica no rural local.

Mas o grande e principal problema enfrentado nos três assentamentos, é que em alguns lotes, a produção da soja transgênica, com todo o pacote tecnológico para essa produção é realizada, o que vai contra os princípios do MST e da sustentabilidade. Pois é insustentável uma pequena propriedade de até 24 hectares, de caráter familiar, utilizar toda carga de agrotóxicos e produtos químicos em uma monocultura agroexportadora, arcando com os altos custos de produção e deixando de produzir alimentos para sua família e sociedade.

Não fica difícil compreender os motivos que levam os assentados repetirem as práticas que no passado os excluíram do campo, sendo eles: (1) as terras conquistadas pelos assentados é de ótima qualidade, terra roxa do planalto meridional com grande fertilidade, assim, essa terra é alvo constante de interesse do capital para o cultivo da soja; (2) no sistema financeiro, há várias linhas de crédito incentivando o cultivo da soja e; (3) com a soja geneticamente modificada, não há necessidade de mão-de-obra intensiva, isso, devendo-se ao uso de agrotóxicos e mecanização, assim, aparentemente ou ilusoriamente há um lucro rápido com essa produção sem muito esforço físico.

Conforme lideranças dos três assentamentos, a produção da soja está reduzindo consideravelmente ano a ano, pois todo um trabalho de conscientização está sendo realizado em prol da saúde das famílias assentadas, uma vez que, cada lote é responsável pelo planejamento de suas atividades e organização do seu trabalho.

É relevante salientar que os três territórios presentes em Júlio de Castilhos, (Pecuária, Lavoura Empresarial e os Assentamentos Rurais) estão sobrepostos no espaço castilhense formando mosaicos, mesclas de formas e funções. Isso é observado ao transitar-se pelas estradas interioranas do Município, onde frações dos territórios se intercalam, não respeitando nenhum padrão espacial.

Cada território imprime no espaço suas características resultantes de suas atividades, mas no decorrer dos tempos, outros territórios surgem e competem nesses espaços, dessa forma, dinamizam o espaço geográfico através das relações

de seus agentes em prol de suas atividades. Através da proposta de análise espacial, elaborada por Milton Santos, a percepção de cada território é compreendida através de suas formas, funções, estruturas e processos, o que distingue um território de outro.

Assim, percebe-se que os três territórios rurais sobrepõem-se em Júlio de Castilhos, e entre si, mesclam, dinamizam e articulam o Município. Mas essa realidade não significa que os mesmos se equivalem em dimensões territoriais, pois ainda a pecuária detêm de forma majoritária as terras castilhenses. Mesmo assim, os assentamentos rurais têm um grande potencial em expandir sua abrangência, pois esse território em Júlio de Castilhos representa apenas 2,88% das propriedades, ou seja, uma ínfima parcela entre propriedades gigantescas e alguns latifúndios.

## 6 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.

ALONSO, J. A. F., BANDEIRA, P. S. Crescimento inter-regional no Rio Grande do Sul nos anos 80. *In*: ALMEIDA, P. F. C. de. **A Economia Gaúcha e os anos 80: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira**. Porto Alegre: FEE, 1990.

AZEVEDO, T. **Italianos e Gaúchos: Os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: A Nação/IEL – DAC/SEC, 1975.

BEZZI, M. L.; MARAFON, G. J. **Historiografia da ciência geográfica**. Santa Maria: UFSM, CCNE, Curso de Geografia, 2005.

BLUM, R. **Agricultura familiar: estudo preliminar da definição, classificação e problemática**. *In*: TEDESCO, J. C.. (Org.) Agricultura Familiar: Realidade e Perspectivas. Passo Fundo/RS: EDIUPF, 1999. Capítulo 2.

BROSE, M. **Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999, 2000 (reimpressão). 347 p.

BRUM, A J. **Modernização da agricultura – trigo e soja**. Ijuí: Vozes, 1987. 200p.

CALABI, D.; INDOVINA, F. **Sobre o uso capitalista do território**. Tradução de M. Marques. **Orientação**: revista do departamento de Geografia da USP, São Paulo, n.9, p.57-66, set. 1992.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CERVO, A. L. & BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, Ltda. 1983

CHAYANOV, A.. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974 (1925).

CHEVRIER, Y. **Mao e a revolução chinesa.** (Tradução: Mauro Lando e Isa Mara Lando). São Paulo: Ática, 1996.

CLAVAL, P. **A revolução pós – funcionalista e as concepções atuais da Geografia.** (Tradução: Nathalie Dessartre - Mendonça). In: MENDONÇA, F.; KOZEL, S.. (Org.) Elementos de Epistemologia da Geografia Contemporânea. Curitiba: Ed. da UFPR, 2004. p. 11 – 43.

COSTA, F. **Terra de Vila Rica:** Contribuição ao Estudo da História do Município de Júlio de Castilhos. 1 ed. Júlio de Castilhos: Prefeitura Municipal de Júlio de Castilhos, 1991. 480p.

COSTA, R. H. da. **Latifúndio e identidade regional.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. 104p. (Documenta 25)

DAVID, C. de **A estrutura da produção agrícola e as transformações decorrentes da modernização da agricultura no Município de São Sepé – RS.** Rio Claro, IGCE – UNESP, 1995. 175 p. (Dis. Mestr.)

EHLERS, E. **Agricultura sustentável:** origens e perspectivas de um novo paradigma. Guaíba, Agropecuária, 2ª. ed. 1999. 157p.

FERNANDES, B. M. **MST formação e territorialização.** São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. **Movimento Social como categoria geográfica.** São Paulo. Revista Terra Livre: Publicação da Associação dos Geógrafos Brasileiros. n. 15, p. 59 – 85, 2000.

FORTES, A. B. **Compêndio da história do Rio Grande do Sul.** 6. ed. Porto Alegre: Sulina, 1981.

FUNDAÇÃO ECONOMICA E ESTATISTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER. (FEE). **A agricultura no Rio Grande do Sul.** 2 ed. Porto Alegre: FEE, 1978. Vol 3.

FUNDAÇÃO ECONOMICA E ESTATISTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER. (FEE). **Anuário estatístico anos de 1991, 1992, 1993, 1994 e 1997.** (CD ROM). Porto Alegre: Rio Grande do Sul.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (FIBGE)  
**Censo Agropecuário de 1960, 1970 e 1980.** Rio de Janeiro: Rio de Janeiro.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (FIBGE)  
**Censo Agropecuário de 1990 e 2000.** Disponível em:  
<<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listab.asp?c=1612&z=t&o=11>>. Acesso em:  
25 abr. 2006.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização Dolorosa:** estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

\_\_\_\_\_. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. P. 137 – 143. *In:* STÉDILE, J. P. (Coord.). **A questão agrária hoje.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1994.

\_\_\_\_\_. **Tecnologia e Agricultura Familiar.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIRON, L. S. A imigração italiana no RS: fatores dominantes. *In:* DACANAL, J. H. (org.). **RS: imigração e colonização.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

GORENDER, J. **Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro.** *In:* STÉDILE, J. P. (Coord.) **A questão agrária hoje.** Porto Alegre: Editora UFRGS, 1994.

HEIDRICH, A. L. **Além do Latifúndio:** Geografia do interesse econômico gaúcho. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000. 212p.

KLIEMANN, L. H. S. **RS: Terra e Poder** – História da questão agrária. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986. 176 p. (Documenta, 21)

LUDKE, M.; ANDRE, M. **Pesquisa em Educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARAFOM, J. G. **A dimensão espacial do complexo agroindustrial soja no estado do Rio Grande do Sul.** RJ. UFRJ. 1998. 225p. (Tese de Doutorado)

\_\_\_\_\_. **Industrialização da Agricultura e Formação do complexo Agroindustrial no Brasil.** Revista do Departamento de Geografia da UERJ, RJ, n.3, p. 7 – 21, junho de 1998.

MARTINS, J. de S. A questão agrária brasileira e o papel do MST. *In:* STÉDILE, J. P. (org.). **A reforma agrária e a luta do MST.** Petrópolis: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. **A Sociedade vista do abismo:** Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MEDEIROS, L. S. & LEITE, S. (Org.) **A formação dos assentamentos rurais no Brasil:** processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. UFRGS/CPDA, 1999.

MESQUITA, O.V.; GUSMÃO, R. P. de; SILVA, S. T. **Modernização da agricultura brasileira.** Rio de Janeiro, 1977. (R. Bras. Geogr., Rio de Janeiro, 39 (4): 3 – 65, out/dez 1977)

MORAES, A. C. R. **O que é território?** Orientação: revista do departamento de Geografia da USP, São Paulo: n.5, p.91, out.1984.

\_\_\_\_\_. **Ideologias geográficas:** espaço, cultura e política no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1988. 156p.

\_\_\_\_\_. (Org.) Ratzel: geografia [Coordenador: Florestan Fernandes]. São Paulo: Ática, 1990. (Grandes cientistas sociais)

\_\_\_\_\_. **Baseada formação territorial do Brasil – O território colonial brasileiro no “longo” século XVI.** São Paulo: Hucitec, 2000.

MORAES, A. C. R; COSTA, W. M. da. **Geografia crítica: a valorização do espaço.** São Paulo: Hucitec, 1984.

MOREIRA, R. **Velhos Temas, Novas Formas.** *In:* MENDONÇA, F.; KOZEL, S.. (Org.) Elementos de Epistemologia da Geografia Contemporânea. Curitiba: Ed. da UFPR, 2004. p. 47 – 62.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST. **Histórico do MST.** Disponível em: <<http://www.mst.com.br/historico>> Acesso em: 19 fev. 2007.

MÜLLER, G. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: Hucitec/Educ, 1989. 150p.

NAVARRO, Z. S.; RIEDL M. **Reforma agrária na região sul**. In: SCHMIDT, B.V.; MARINHO, D.N.C.; ROSA, S.L.C.. (Org.) Os assentamentos de reforma agrária no Brasil. Brasília: Ed. da UnB, 1998. p. 221 – 236.

PENHA, E. A. **Território e Territorialidade**: considerações histórico-conceituais. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro: IBGE, nº1, jan/jun 2005 p.7-21.

PESAVENTO, S. J. **História do Rio Grande do Sul**. 8. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

POGGI, G. **A evolução do estado moderno**: uma introdução sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

PRADO JUNIOR, C. **A Questão Agrária no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. p.161-172.

\_\_\_\_\_. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 31. ed.,1985.

QUAINI, M. **A construção da Geografia Humana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

QUEVEDO DOS SANTOS, J. R. **As missões**: crise e redefinição. São Paulo: Ática, 1993.

QUEVEDOS DOS SANTOS, J. R., TAMANGUEVIS SANTOS, J. **Rio grande do Sul**: Aspectos da história. 2. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1990.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROCHA, J. M. **As raízes da crise da – “Metade Sul” – uma análise da exploração pecuária na formação econômica do RS**. Dissertação de Mestrado, Santa Cruz do Sul: UNISC, 1999.

ROCHE, J. **A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969.

ROMEIRO, A. R. Reforma agrária e distribuição de renda. P. 105 – 136. *In*: STÉDILE, J. P. (Coord.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1994.

SÁ, L. **Introdução á teoria do estado**. Lisboa: caminho, 1986. 240 p. (coleção universitária, 14).

SANTOS, B. S. **Os novos movimentos sociais**. *In*: LEHER, R.; SETÚBEL, M. (Org.) **Pensamento Crítico e Movimento Social**. São Paulo: Cortez Editora, 2005. p. 174 189.

SANTOS, M. **Espaço & Método**. 3. ed. São Paulo: Nobel, 1992.

\_\_\_\_\_. **Por uma Geografia Nova**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_ **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SEHN, P. S., ILHA, A. da S. Aspectos Históricos da Ocupação e Evolução da Estrutura fundiária no Rio Grande do Sul no período de 1940 a 1996. *In*: **Economia e Desenvolvimento**, Santa Maria, n. 12. p. 101 – 118, nov. 2000.

SILVA, J. G. da. **Tecnologia & Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999. 238p.

SOUZA, M. A. de. **Educação do Campo**: Propostas e práticas pedagógicas do MST. Petrópolis: Vozes, 2006.

SOUZA, M. J. L. de. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. *In*: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.) **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p.77 – 116.

SPOSITO, M. E. B. **Espacialidade, Cotidiano e Poder**. Revista Paranaense de Geografia Associação dos Geógrafos Brasileiros - AGB Curitiba. nº 01, p. 14 – 22. 1996.

SAUER, S. **Reforma Agrária e Geração de Emprego e Renda no Meio Rural**. São Paulo: Coleção ABET, vol. 3. 1998. 127 p.

TAMBARA, E. **RS: modernização & crise na agricultura**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. 95p.

TORRONTÉGUY, T. **As origens da pobreza no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto / Instituto Estadual do Livro, 1994.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução a Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa. **Estrutura e apresentação de monografias, dissertações e teses: MDT / UFSM**. – 6. ed. – Santa Maria : Ed. da UFSM, 2006. 67 p.

**ANEXO A**

**ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO AOS REPRESENTANTES DO**

**TERRITÓRIO DA PECUÁRIA.**

## TERRITÓRIO DA PECUÁRIA

### I – INFORMAÇÕES GERAIS

- 1 – Nome do informante:
- 2 – Nome e localização da propriedade:
- 3 – Área total:
- 4 – Número de pessoas residentes:
- 5 – Número de funcionários:

### II – INFORMAÇÕES SOBRE A FAZENDA

- 6 – Histórico da propriedade:

- 7 – Comente sobre a infra-estrutura:

- a) Casa (área, cômodos, alvenaria, instalações sanitárias).
- b) Energia elétrica
- c) Estradas – acesso: ( ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim
- e) Saneamento (fossa):
- f) Água Potável

- 8 – Dentro da fazenda existe uma parcela de terras arrendada para a sojicultura?

Sim ( ) Não ( ) Quantos hectares? \_\_\_\_\_

- 9 – O (A) Sr. (a) já pensou em vender a propriedade, ou já receberam proposta de compra? Sim ( ) Não ( ) De quem? Por quê?

- 10 – Comente sobre o planejamento das atividades anuais e a organização do Trabalho durante os meses:

- 11 – Há assistência técnica ao rebanho? Quem presta o serviço?

- 12 – Qual é a quantidade do rebanho?

Bovinos \_\_\_\_\_ Ovinos \_\_\_\_\_ Eqüinos \_\_\_\_\_

Outros \_\_\_\_\_

13 – Qual é a raça que tem maior destaque na propriedade?

Bovinos \_\_\_\_\_ Ovinos \_\_\_\_\_ Eqüinos \_\_\_\_\_

Outros \_\_\_\_\_

14 – Algum animal do plantel já recebeu algum prêmio em alguma exposição?

15. Grau de instrução dos moradores da fazenda:

( ) Ensino fund. Incompleto ( ) Ensino fund. Completo ( ) Ens. Méd. Incompl

( ) Ens. médio. Completo ( ) Técnico ( ) 3º Grau completo

### III – RELAÇÕES EXTERNAS DA FAZENDA

16 – Quais são os insumos mais comprados?

17 – Como é realizada a comercialização da produção?

18 – Quem são os compradores da produção e qual é a forma de pagamento?

19 – Quem presta assistência técnica a fazenda?

20 – Comente a respeito dos créditos/financiamentos obtidos.

### IV – PERSPECTIVAS DA FAZENDA

21 – Quais são os principais problemas enfrentados na propriedade?

22 – Em relação aos problemas, como esperam resolvê-los?

23 – Qual é o projeto futuro para a fazenda?

24 – Há mais algum fato que o/a Sr.(a). gostaria de comentar?

---

---

---

## **ANEXO B**

**ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO AOS REPRESENTANTES DO  
TERRITÓRIO DA LAVOURA EMPRESARIAL E O AGRONEGÓCIO.**

## TERRITÓRIO DA LAVOURA EMPRESARIAL E O AGRONEGÓCIO

### I – INFORMAÇÕES GERAIS

- 1 – Nome do informante:
- 2 – Localização da lavoura:
- 3 – Área total:
- 4 – Área Plantada:
- 5 – Número de empregados:

### II – INFORMAÇÕES SOBRE O LAVOUREIRO

- 6 – Histórico:

### 7 – Quadro das Benfeitorias

<b>Benfeitoria</b>	<b>Padrão*</b>	<b>M<sup>2</sup>; m</b>	<b>Ano de construção</b>
Casa			
Galpão			
Armazén			
Estufa			
Secador			
Silos			
Cercas			
Energia elétrica			
Outro			

\*1 – Madeira; 2 – Alvenaria; 3 – Metálico; 4 – Misto

8 – O (A) Sr. (A.) arrenda mais alguma área destinada para o cultivo de soja?

8.1 – Onde?

8.2 – Quantos hectares?

9 – Qual o sistema de produção em uso na propriedade ou estabelecimento rural? ( ) Convencional. Quantos hectares? \_\_\_\_\_

( ) Plantio direto. Quantos hectares? \_\_\_\_\_

( ) Orgânico. Quantos hectares? \_\_\_\_\_

10 – Sistemas de produção desenvolvidos:

	Plantio: Kg / Sc	Área Plantada	Produção Total	Produção Comercializada	Número de Lavouras
<b>Soja</b>					
<b>Milho</b>					
<b>Trigo</b>					
<b>Aveia</b>					
<b>Azevém</b>					
<b>Outro</b>					

11 – Comente sobre os implementos utilizados:

<b>Tipo</b>	<b>Modelo</b>	<b>Ano</b>
Trator		
Roçadeira		
Arado		
Plantadeira		
Semeadeira		
Colheitadeira / Automotriz		
Reboque		
Caminhão		
Outro		

### III – RELAÇÕES EXTERNAS

18 – Quais são os insumos mais comprados?

19 – Como é realizada a comercialização da produção?

20 – Quem são os compradores da produção e qual é a forma de pagamento?

21 – Quem presta assistência técnica para a lavoura?

22 – Comente a respeito dos créditos/financiamentos obtidos.

#### IV – PERSPECTIVAS DO AGRONEGÓCIO

24 – Quais são os principais problemas enfrentados para o lavoureiro?

25 – Em relação aos problemas, como esperam resolve-los?

27 – Qual é o projeto futuro para a lavoura?

28 – Há mais algum fato que o/a Sr.(a). gostaria de comentar?

---

---

---

---

## **ANEXO C**

**ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO AOS REPRESENTANTES DO  
TERRITÓRIO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS.**

## TERRITÓRIO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS

### I – INFORMAÇÕES GERAIS

- 1 – Nome do informante:
- 2 – Nome e localização do assentamento:
- 3 – Área:
- 4 – Número de famílias assentadas / nº. lotes:
- 5 – Número de pessoas residentes:

### II – INFORMAÇÕES SOBRE O ASSENTAMENTO

6 – Como foi o processo de regularização da terra e a divisão dos lotes?

Histórico:

7 – Comente sobre a construção da infra-estrutura: (apoio, recursos e custos).

a) Casas (área, cômodos, alvenaria, instalações sanitárias).

b) Energia elétrica

c) Estradas – acesso: ( ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim

e) Posto de saúde (no assentamento?) acesso à saúde:

f) Saneamento (fossa):

g) Água Potável

h) Centro Comunitário

8 – Comente sobre a estrutura organizacional dos assentamentos:

8.1 – comissões (individual / coletivo)

8.2 – Cooperativas e associações

9 – Qual o sistema de produção em uso nas propriedades rurais?

( ) Convencional ( ) Plantio direto ( ) Orgânico

10 – Comente sobre os sistemas de produção desenvolvidos no assentamento (cultivos / criação voltados para o mercado):

a) Arroz

d) Soja

b) Milho

e) Gado leiteiro

c) Outros

11 – Comente sobre os implementos utilizados: (destaque os individuais e os coletivos)

12 – Comente sobre o planejamento das atividades e a organização do trabalho:

13 – Existem assentados que prestam serviços fora do assentamento?

13.1 – Onde?

13.2 – Quais atividades realizam?

14 – Quais são as atividades não agrícolas desenvolvidas no assentamento?

14.1 – Qual a importância dessas atividades?

15. Qual a composição por gênero da população?

a) masculino: \_\_\_\_\_%                      b) feminino: \_\_\_\_\_%

16. Faixa etária predominante da população:

( ) 0 a 10 anos    ( ) 10 a 20 anos    ( ) 20 a 30 anos    ( ) 30 a 40 anos

( ) 40 a 50 anos    ( ) 50 a 60 anos                      ( ) acima de 60 anos

17. Grau de instrução da maioria dos produtores:

( ) Ensino fund. Incompleto    ( ) Ensino fund. Completo    ( ) Ens. Méd. Incompl

( ) Ens. médio. Completo    ( ) Técnico    ( ) 3º Grau completo

### III – RELAÇÕES EXTERNAS DO ASSENTAMENTO

18 – Quais são os insumos mais comprados?

19 – Como é realizada a comercialização da produção?

20 – Quem são os compradores da produção e qual é a forma de pagamento?

21 – Quem presta assistência técnica ao assentamento?

22 – Comente a respeito dos créditos/financiamentos obtidos.

#### IV – PERSPECTIVAS DO ASSENTAMENTO

23 – Comente a respeito da desistência dos assentados (índices, motivos e destinos):

24 – Quais são os principais problemas enfrentados pelos assentados?

25 – Em relação aos problemas, como esperam resolve-los?

26 – Algum membro do assentamento ocupa cargo político no Município?

27 – Qual é o projeto futuro para o assentamento?

28 – Há mais algum fato que o/a Sr.(a). gostaria de comentar?

---

---

---

---

## **ANEXO D**

### **ESTRATIFICAÇÃO DAS PROPRIEDADES RURAIS DE JÚLIO DE CASTILHOS**

**EXTRATO DAS PROPRIEDADES RURAIS DE JÚLIO DE CASTILHOS**

<b>ÁREAS</b>	<b>Nº de PROPRIEDADES</b>	<b>% do Nº de Propriedades</b>	<b>QUANT. ÁREA</b>	<b>% Quant. Área Total</b>
000 a 10 Ha	233	16,36	1.165 Ha	0,62
011 a 20 Ha	233	16,36	3.029 Ha	1,61
021 a 50 Ha	433	30,41	11.691 Ha	6,25
051 a 100 Ha	165	11,59	10.725 Ha	5,74
101 a 200 Ha	132	9,27	7.160 Ha	9,18
201 a 500 Ha	124	8,71	37.200 Ha	19,90
501 a 1000 Ha	66	4,63	46.068 Ha	24,65
1001 a 2000 Ha	25	1,76	30.000 Ha	16,05
Mais de 2000 Ha	13	0,91	29.900 Ha	15,99
<b>TOTAL</b>	<b>1.424</b>	<b>100,00</b>	<b>186.938 Ha</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Cartório de Registro de Imóveis Rurais de Júlio de Castilhos (Janeiro de 2007)

Tamanho total do território municipal .....1.929,38 Km<sup>2</sup>

Área rural total do território municipal .....1.869,38 Km<sup>2</sup>

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.  
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.  
This page will not be added after purchasing Win2PDF.